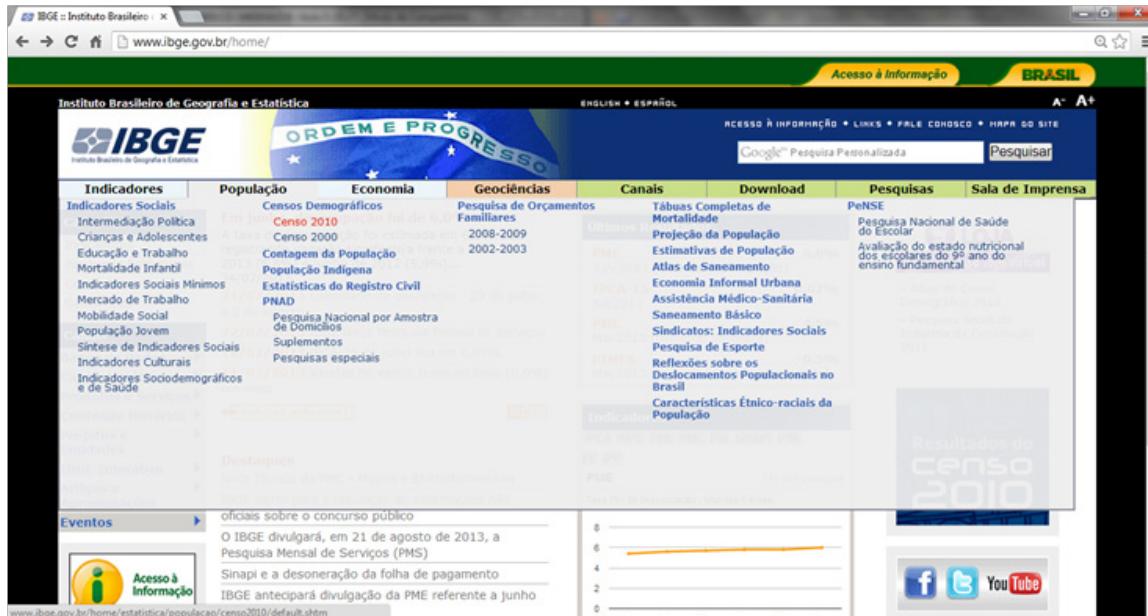


- **Dados relevantes para a Assistência Social:** o conjunto dos dados coletados e trabalhados estatisticamente permite o conhecimento da realidade brasileira nos seguintes aspectos, relevantes para a Assistência: tamanho e composição da população; situação habitacional; nível de instrução; força de trabalho; padrões de rendimentos individual e domiciliar, deficiência, deslocamento para estudo/trabalho.
- **Utilização dos seus resultados, de maneira geral, no âmbito da assistência social:** os resultados do Censo Demográfico auxiliam o gestor a responder questões fundamentais como: Qual é o total da população por sexo e faixa etária e como está distribuído no Território Nacional? Qual é a expectativa de vida da população? Qual é a estimativa de brasileiros que vivem fora do país? Qual é o número médio de filhos que uma mulher teria ao final do seu período fértil? Qual é o tipo de habitação em que vive a população? Qual é a proporção da população que tem acesso ao saneamento básico? Qual é o nível de instrução da população? Quais são as condições de trabalho e o rendimento da população?
- **Acesso digital:** www.ibge.gov.br > População > Censos Demográficos (Figura 3).

Figura 3 - Acesso ao Censo no site do IBGE



Fonte: IBGE (2010).


atenção!

Cada quesito de informação levantado no Censo Demográfico pode se constituir num indicador relevante, dependendo do detalhamento do diagnóstico ou do setor social de intervenção de um programa público.



Para utilizar o banco de dados do IBGE (Censo, PNAD, MUNIC, ESTADIC, etc.), é necessário conhecer o código IBGE do seu município. Para descobri-lo, basta acessar o link <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.shtm>> (Figura 4).

Figura 4 - Acesso ao código do município no site do IBGE

Fonte: IBGE (2010).



Censo Demográfico 2010: Características urbanísticas do entorno dos domicílios.

Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/entorno/default_entorno.shtm>.

Tabelas com informações sobre presença de iluminação pública, pavimentação, arborização, bueiro/boca de lobo, lixo acumulado, esgoto a céu aberto, meio-fio ou guia, bem como calçada e rampa para cadeirante, além de informações sobre os domicílios particulares permanentes e moradores, segundo condição de ocupação, adequação das moradias, rendimento, sexo do responsável, grupos de idade e cor ou raça da população. Tais resultados são para o conjunto do país, grandes regiões, Unidades da Federação e municípios (Figura 5).

Figura 5 - Acesso às características urbanísticas do entorno dos domicílios no site do IBGE

Fonte: IBGE (2010).

Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtml>.

Tabelas sobre população residente por situação do domicílio e sexo; taxas de analfabetismo; pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever; unidades domésticas por sexo das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes; total de domicílios particulares permanentes; valor médio e quartis do rendimento mensal total domiciliar per capita nominal; razão entre médias do rendimento mensal total nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade; proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento; proporção de crianças de 0 a 5 anos de idade residentes em domicílios particulares permanentes, com responsável ou cônjuge analfabeto, com saneamento inadequado. As tabelas podem apresentar informações para Unidades da Federação, grandes regiões e classes de tamanho da população dos municípios (Figura 6).

Figura 6 - Acesso aos Indicadores Sociais Municipais no site do IBGE

The screenshot shows the official website of the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). The main navigation bar includes links for 'IBGE', 'Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística', 'Acessos à Informação', 'BRASIL', 'Acessos à Informação', 'Links', 'Fale Conosco', and 'Ajuda ao Site'. Below the main menu, there's a secondary navigation bar with tabs for 'Indicadores', 'População', 'Economia', 'Geociências', 'Canais', 'Download', 'Pesquisas', and 'Sala de Imprensa'. The central content area is titled 'Censos Demográficos' and specifically focuses on 'Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico'. It provides information about the availability of tables in XLS and PDF formats, detailing data on population by residence situation, sex, age, and household characteristics. To the right, there are two promotional boxes: 'ATLAS ESCOLAR' (the school atlas online) and 'BIBLIOTECA' (the library online). At the bottom left, there's a link to download the Acrobat Reader.

Fonte: Site do IBGE.

Manual do Recenseador - Censo 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2601.pdf>.
Questionário Básico - Censo 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2585.pdf>.
Questionário Amostra - Censo 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2584.pdf>.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)

- **Definição:** sistema de pesquisas por amostra de domicílios que investiga diversas características socioeconômicas da população.
- **Objetivo:** atualizar anualmente as informações levantadas pelo Censo Demográfico ao nível do país, Unidades da Federação e principais regiões metropolitanas, constituindo-se em um levantamento fundamental para atualizar os indicadores sociais do país e dos estados.
- **Periodicidade:** anual.
- **População pesquisada:** diferentemente do Censo, que engloba a totalidade da população brasileira, a PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção:

unidades primárias, municípios; unidades secundárias, setores censitários; e unidades terciárias, unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

● **Metodologia:** coleta dos dados por meio de entrevista presencial do pesquisador nos domicílios selecionados na amostra.

● **Dados coletados:** por ter propósitos múltiplos, a PNAD investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter **permanente** nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade **variável**, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos nos suplementos do sistema, de acordo com as necessidades de informação para o país.

● **Dados relevantes para a Assistência Social:** além dos dados coletados de forma permanente na pesquisa, a PNAD produz suplementos cujos resultados são relevantes para a Assistência Social. Destacam-se os seguintes suplementos: PNSD 2001: Trabalho Infantil; PNAD 2004: Aspectos Complementares de Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais; PNAD 2004: Segurança Alimentar; PNAD 2006: Acesso a Transferência de Renda de Programas Sociais; PNAD 2007: Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; e PNAD 2009: Segurança Alimentar.

● **Acesso digital:** [www.ibge.gov.br > População > PNAD](http://www.ibge.gov.br/home/xml/suplemento_pnad.shtml) (Figura 7).



Figura 7 - Acesso à PNAD no site do IBGE

A screenshot of the IBGE website's homepage, specifically highlighting the PNAD section. The page features the IBGE logo and navigation links for English, Spanish, and Portuguese. The main content area has a banner for the 'Censo 2010'. Below the banner, there is a table with various categories like Indicadores, População, Economia, Geociências, Canais, Download, Pesquisas, and Sala de Imprensa. The 'População' row contains a link to 'Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios'. The 'Canais' row lists various survey titles. The 'Download' row includes links to 'Tábuas Completas de Mortalidade' and 'Projecção da População'. The 'Pesquisas' row includes links to 'Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar' and 'Avanço do estudo nutricional das escolares do 5º ano do ensino fundamental'. The 'Sala de Imprensa' row includes a link to 'Características Étnico-raciais da População'. At the bottom left, there is a section for 'Eventos' with a link to 'Acesso à Informação'.

Fonte: Site do IBGE.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Volume_Brasil/pnad_brasil_2011.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Volume_Brasil/pnad_brasil_2011.pdf)>.

ALÉM DO IBGE, ONDE MAIS O GESTOR PODE BUSCAR DADOS E INFORMAÇÕES TEMÁTICOS PARA CONSTRUIR UM DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO?

Embora sejam de grande utilidade, tanto o Censo Demográfico quanto a PNAD carecem de uma atualização perfeita. Diante dessa realidade, dados coletados e disponibilizados por ministérios e secretarias deixaram de servir apenas para o controle administrativo e passaram a subsidiar o gestor, o pesquisador e mesmo o cidadão nas atividades de pesquisa, planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Os gestores podem e devem utilizar essas informações em conjunto com as demais pesquisas.

A seguir, listam-se os principais bancos de dados temáticos ministeriais.

SAÚDE

1. DataSUS

- **Responsável:** Ministério da Saúde.
- **Objetivo:** disponibiliza informações que podem servir para subsidiar análises objetivas da situação sanitária, tomadas de decisão baseadas em evidências e elaboração de programas de ações de saúde.
- **Recursos, dados, nível de agregação e acesso:**

a) Indicadores e Dados Básicos (IDB)

Indicadores demográficos, indicadores socioeconômicos, indicadores de mortalidade, indicadores de morbidade, indicadores de fatores de risco e proteção, indicadores de recursos, indicadores de cobertura.

Disponível para Brasil, regiões, Unidades da Federação, Distrito Federal, capitais e regiões metropolitanas.

Acesso digital: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/matriz.htm>>.

b) Cadernos de Informações Municipais

Dados sobre demografia, saneamento, rede assistencial, profissionais e equipamentos, financiamento assistencial, assistência

ambulatorial, assistência hospitalar, morbidade hospitalar, nascimentos, mortalidade, imunizações, atenção básica e orçamentos públicos.

Disponível para Brasil, regiões, Unidades da Federação, Distrito Federal e municípios.

Acesso digital: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/cadernosmap.htm>>.

c) Sala de Situação: Sala de Apoio à Gestão Estratégica

Dados e indicadores de acompanhamento: das ações das redes e programas prioritários da saúde; das metas físicas, das coberturas e dos repasses financeiros aos principais programas do Ministério da Saúde; da execução orçamentária do Ministério. Além disso, conta com dados sociodemográficos e financeiros e com indicadores epidemiológicos e operacionais.

Disponível para Brasil, regiões, Unidades da Federação, Distrito Federal e municípios.

Acesso digital: <<http://189.28.128.178/sage>>.

EDUCAÇÃO

1. Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

- **Responsável:** Ministério da Educação.
- **Objetivo:** disponibiliza informações sobre o sistema educacional brasileiro, qualidade do ensino, reprovação e evasão escolar.
- **Recursos, dados, nível de agregação e acesso:**

a) Consulta ao Saeb e à Prova Brasil

Fornece os resultados obtidos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e na Prova Brasil, avaliações que visam realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do aluno, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino que é oferecido. A Prova Brasil avalia alunos de cinco e nove anos do ensino fundamental, da rede pública e urbana de ensino, enquanto o Saeb é uma avaliação por amostra representativa das redes estadual, municipal e particular do país, das regiões e dos estados.

Disponível para Brasil e estados (Saeb), e Brasil, estados, municípios e escolas (Prova Brasil).

Acesso digital: <<http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/resultados>>.

b) Censo Escolar

Dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar da educação básica, regular e de jovens e adultos (EJA).

Acesso digital: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/basica-censo>>.

c) Consulta ao Ideb

Fornece os resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que visa analisar a qualidade das escolas públicas brasileiras. Esse índice é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil.

Disponível para Brasil, estados, municípios e escolas.

Acesso digital: <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>>.

Planilhas para download: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>>.

d) Microdados

Disponibiliza para download os microdados gerados por avaliações, pesquisas e exames realizados pelo Inep, tais como Enade, Censo da Educação Básica, Censo da Educação Superior, Saeb, Enem, Prova Brasil, entre outros.

Disponível para Brasil, estados, municípios e escolas.

Acesso digital: <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>>.

e) Investimentos Públicos em Educação – Receita Total

Informações de cunho orçamentário e financeiro sobre a aplicação de recursos públicos em todos os níveis de ensino.

Disponível para níveis federal, estadual e municipal.

Acesso digital: <<http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducação>>.

2. Painel de Controle do MEC

- **Responsável:** Ministério da Educação.
- **Objetivo:** possibilitar a pesquisa e o acompanhamento de dados e informações acerca das iniciativas do Ministério da Educação.
- **Dados:** variam conforme o objeto, registrando desde dados sobre matrícula, até situação do andamento de obras de reforma financiadas com recursos do Ministério.
- **Nível de agregação:** estados, municípios, universidades, escolas, regiões, territórios, ações, programas, indicadores, secretarias, autarquias, etc.
- **Acesso digital:** <<http://painel.mec.gov.br>>.

TRABALHO

1. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET)

- **Responsável:** Ministério do Trabalho e Emprego.
- **Objetivo:** disponibilizar dados e informações sobre as características básicas dos empregados, como sexo, idade, escolaridade, salário, funções exercidas, e dos estabelecimentos, como setor de atividade, número de admissões e desligamentos.

- **Recursos, dados, nível de agregação e acesso:**

- a) **Relação Anual de Informações Sociais (Rais)**

Censo administrativo anual sobre mercado de trabalho, com informações sobre admissões de demissões de empregados celetistas, estatutários, trabalhadores temporários e avulsos. Contudo, não contempla os trabalhadores autônomos, empresários sem vínculo empregatício formal com sua organização e a mão de obra sem registro em carteira de trabalho.

Disponível para Brasil, estados e municípios.

Acesso digital ao Anuário Rais:

<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario.htm>.

- b) **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)**

Dados sobre as características básicas dos empregados, como sexo, idade, escolaridade, salário, funções exercidas, e dos estabelecimentos, como setor de atividade, número de admissões e desligamentos.

Disponível para Brasil, estados e municípios.

Acesso digital ao Perfil dos Municípios Caged:

<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>.

2. Pesquisa Mensal de Empregos (PME)

- **Responsável:** IBGE.
- **Objetivo:** produzir indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitam avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazo, do mercado de trabalho, nas suas áreas de abrangência, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do país. Pesquisa amostral, com dados coletados por meio de entrevistas nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.
- **Dados:** informações referentes à condição de atividade, condição de

ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios.

- **Acesso digital:** www.ibge.gov.br > Indicadores > Pesquisa Mensal de Empregos (Figura 8).

Figura 8 - Acesso à PME no site do IBGE

The screenshot shows the IBGE website's main menu with the 'Indicadores' option selected. Under 'Indicadores', 'Trabalho e Rendimento' is expanded, showing 'Pesquisa Mensal de Emprego - PME'. This link leads to a detailed page for the PME, which includes sections like 'Indústria', 'Economia', 'Geociências', 'Comércio', 'Canais', 'Download', 'Pesquisas', and 'Sala de Imprensa'. The 'Comércio' section is currently active, displaying information about the monthly commerce survey, including its scope (covering capital goods, intermediate goods, consumer goods, and services), harmonization with MERCOSUL countries, and various price indices (IPCA, INPC, IPP). Other tabs like 'Canais' and 'Download' also provide links to reports and datasets.

Fonte: Site do IBGE.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

1. Atlas do Desenvolvimento Humano

- **Responsável:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundação João Pinheiro e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- **Objetivo:** oferecer um panorama do desenvolvimento humano dos municípios e da desigualdade entre eles em vários aspectos do bem-estar. Sua relevância vem justamente da capacidade de fornecer informações sobre a unidade político-administrativa mais próxima do cotidiano dos cidadãos: o município.
- **Dados:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, além de mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.
- **Nível de agregação:** municípios.
- **Acesso digital:** [<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>](http://www.atlasbrasil.org.br/2013).

E PARA O DIAGNÓSTICO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL, QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS FONTES DE DADOS EXISTENTES NO BRASIL?



O IBGE produz duas importantes pesquisas acerca da capacidade de gestão governamental. No âmbito dos municípios, produz a Pesquisa Básica de Informações Municipais (MUNIC). Já no âmbito dos estados, produz a Pesquisa Básica de Informações Estaduais (ESTADIC). Ambas trazem informações úteis ao gestor no que se refere à capacidade de gestão em assistência social, a chamada TACGAS.

TIPOLOGIA ANALÍTICA DE CAPACIDADE DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (TACGAS)

Atualmente, o MDS está estudando a elaboração da TACGAS, uma medida que visa classificar o potencial de capacidade de gestão dos municípios brasileiros de gerir políticas, recursos e apresentar resultados na área de assistência social. A TACGAS considera três dimensões: institucional, atividades para gestão Suas e Recursos Humanos. O objetivo é elaborar tipologias de municípios, cuja atenção recebida, por parte do MDS, será diferenciada conforme suas necessidades, a fim de melhor servir ao planejamento público e ao fortalecimento das políticas sociais localmente.

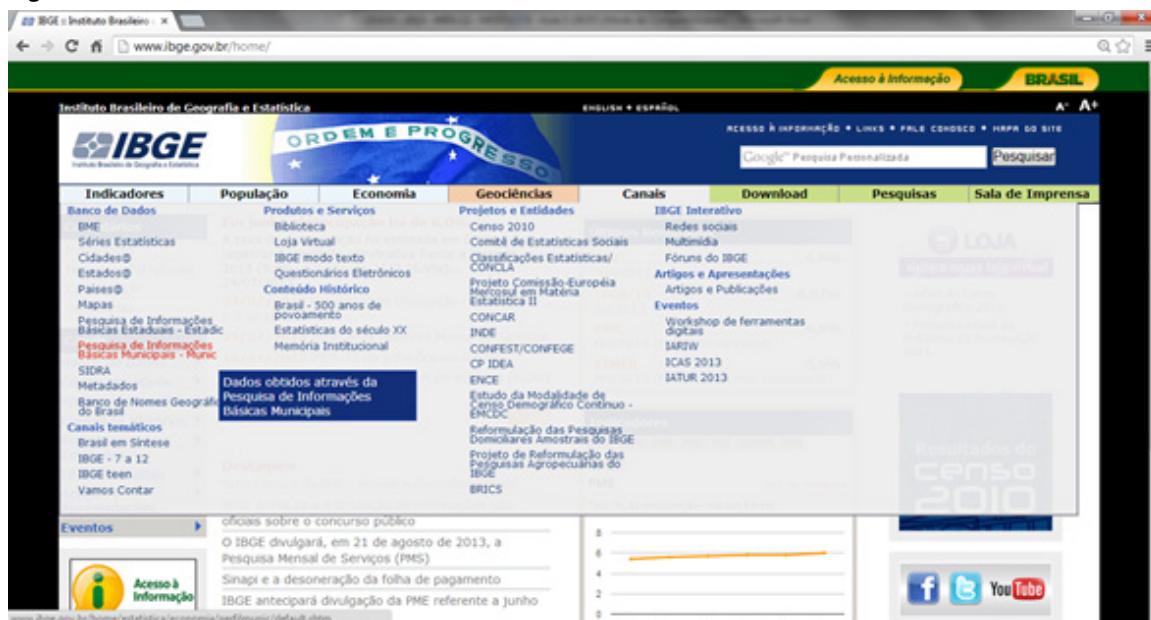
Além disso, o MDS produz anualmente o CensoSUAS, importante instrumento de coleta de informações acerca da implementação do Sistema Único de Assistência Social nos estados e municípios. As informações do CensoSUAS servem não apenas ao monitoramento da aplicação dos recursos federais e da qualidade da oferta dos serviços ofertados pelo Suas, mas também ao conhecimento da própria cobertura e das características da rede de assistência social dos municípios. Essas informações são essenciais para compor o diagnóstico da oferta de serviços do município.

1. Pesquisa Básica de Informações Municipais (Munic)

- **Responsável:** IBGE.
- **Definição:** pesquisa institucional e de registros administrativos sobre o poder público local. Efetua, periodicamente, um levantamento de informações sobre a estrutura, os recursos humanos, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial, da prefeitura, compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.
- **Objetivo:** viabilizar a elaboração de um perfil dos municípios brasileiros, especialmente no tocante às suas administrações públicas, a partir de uma base de informações institucionais desagregadas em âmbito municipal.

- **Periodicidade:** sem periodicidade fixa. A Munic já foi realizada em 1999, 2001, 2002, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2011 e 2012.
- **População pesquisada:** universo de 5.565 municípios brasileiros.
- **Metodologia:** aplicação de um questionário básico a um informante da prefeitura, devidamente identificado, para fins de comprometimento e responsabilização em relação à informação prestada.
- **Dados coletados:** os principais tópicos abordados pela Munic 2012 foram recursos humanos das administrações municipais, legislação e instrumentos de planejamento, recursos para a gestão, comunicação e informática, transporte, cultura, assistência social, segurança pública, meio ambiente – temas já investigados em anos anteriores –, além de segurança alimentar e nutricional, este inédito até então.
- **Dados relevantes para a Assistência Social:** em 2009 e 2005, o IBGE, em parceria com o MDS, produziu suplementos especiais referentes à Assistência Social (Munic AS), reunindo insumos importantes para o acompanhamento da estrutura e da forma de funcionamento da rede pública de prestação de serviços assistenciais no Brasil. Em 2009, a Munic AS coletou dados sobre: caracterização e infraestrutura do órgão gestor da política de assistência social; recursos humanos; legislação e instrumentos de planejamento; conselhos municipais; recursos financeiros; convênios e parcerias; e serviços socioassistenciais.
- **Acesso digital:** [www.ibge.gov.br > Canais > Munic](http://www.ibge.gov.br/home/) (Figura 9). Clicar em "Banco de Dados (em formato .xls)" para baixar a base de dados completa ou "Publicação completa (em formato pdf)" para acessar a publicação final.

Figura 9 – Acesso a Munic no site do IBGE



Fonte: Site do IBGE.

Baixando a base de dados completa da Munic em formato .xls, é possível visualizar o **Dicionário de Variáveis** na primeira aba da planilha (Figura 10). Reconhecidas as variáveis, basta navegar pelas abas temáticas da planilha, buscando as informações por meio do código IBGE de seu município.

Figura 10 – Dicionário de Variáveis da Munic

The screenshot shows the Microsoft Excel interface with the 'base.xls' file open. The 'Dicionário' sheet is active. The table lists variables from 24 to 47, each with a code and a brief description. A yellow tag with the text 'leia+' is overlaid on the left side of the table.

	A	B	C	D	E	F	G
24.	1. INFORMAÇÕES SOBRE O ATUAL PREFEITO						
25.	O prefeito atual estava em exercício do mandato de prefeito neste município em 2008				A2		
26.	Sexo				A3		
27.	Idade				A4		
28.	Escolaridade				A5		
29.	Partido pelo qual foi eleito				A6		
30.	Partido atual				A7		
31.							
32.	2. Recursos Humanos						
34.	2.1 Composição do quadro de pessoal da administração direta						
35.	2.2 Composição do quadro de pessoal da administração indireta						
36.	2.3 Informações registros administrativos						
37.							
38.	2. Recursos Humanos						
39.	2.1 Composição do quadro de pessoal da administração direta						
40.	Total de funcionários ativos da administração direta (1)				A8		
41.	Estatutários				A9		
42.	Celulares (CLT)				A10		
43.	Somente comissionados				A11		
44.	Estagiários				A12		
45.	Sem vínculo permanente				A13		
46.							
47.	Fonte: IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros - 2009						
48.	(1) Inclusive os sem declaração de vínculo empregatício.						

Fonte: IBGE.

Perfil dos Municípios Brasileiros 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2012/munic2012.pdf>.

Perfil dos Municípios Brasileiros - Assistência Social 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/assistencia_social2009/munic_as2009.pdf>.

2. Pesquisa Básica de Informações Estaduais (ESTADIC)

- **Responsável:** IBGE.

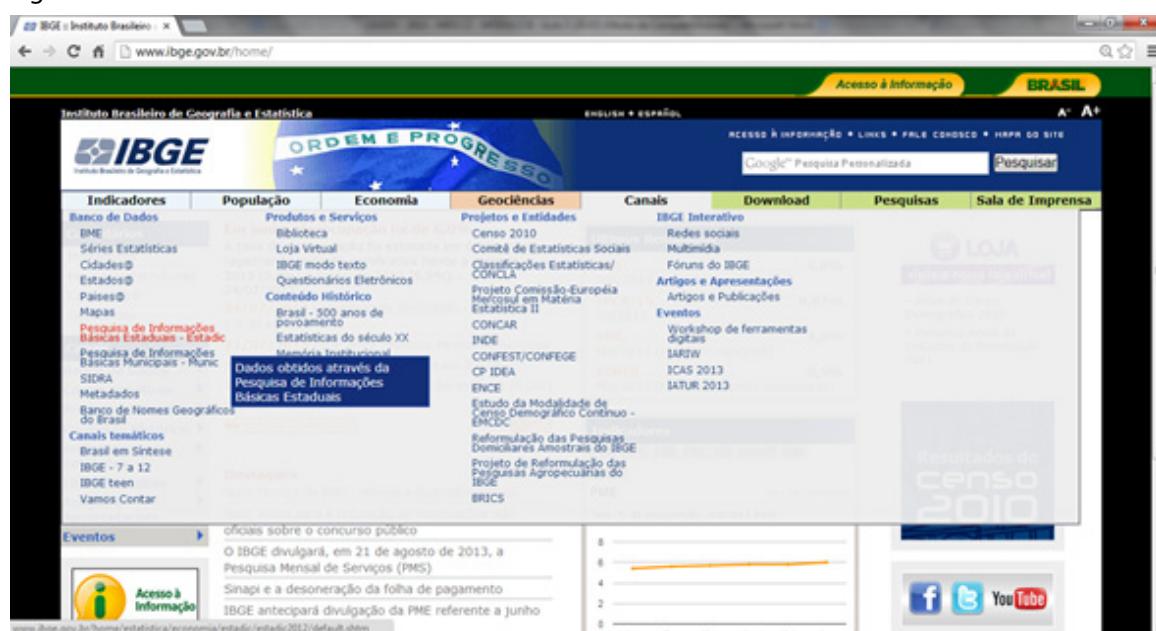
- **Definição:** pesquisa institucional e de registros administrativos concernentes ao poder público estadual. É a versão estadual da MUNIC.

- **Objetivo:** suprir a lacuna de estudos que focalizam as esferas estaduais, notadamente no que diz respeito às suas administrações, e oferecer elementos para análises sobre como são governadas as Unidades da Federação e como são definidas e implementadas suas políticas públicas,

ampliando o conhecimento sobre o papel das instituições estaduais no contexto da democracia, do “novo” federalismo e da descentralização.

- **Periodicidade:** primeira edição realizada em 2012.
- **População pesquisada:** 26 Unidades da Federação e Distrito Federal.
- **Metodologia:** aplicação de um questionário básico e um suplemento de Assistência Social.
- **Dados coletados:** o questionário básico cobre aspectos relevantes da gestão e da estrutura das Unidades da Federação a partir dos seguintes eixos temáticos: recursos humanos das administrações, conselhos e fundos, política de gênero, direitos humanos, segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva.
- **Dados relevantes para a Assistência Social:** da mesma forma como fez no âmbito municipal, em 2012, o IBGE, em parceria com o MDS, produziu um suplemento especial referente à Assistência Social em nível estadual. Foram coletados dados relativos à gestão da assistência social, especificamente sobre o órgão gestor, o perfil do gestor, os recursos humanos, a estrutura do órgão gestor, os instrumentos de gestão, a capacitação, os serviços e benefícios e a gestão financeira.
- **Acesso digital:** www.ibge.gov.br > Canais > ESTADIC (Figura 11).

Figura 11 – Acesso a ESTADIC no site do IBGE



Fonte: Site do IBGE.

A Pesquisa de Informações Básicas ESTADIC possui um site próprio e de fácil acesso (Figura 12).

Acesso digital: <<http://www.ibge.gov.br/estadic2012>>.

Figura 12 – Portal dos Estados Brasileiros

The screenshot shows the homepage of the 'Perfil dos Estados Brasileiros' website. At the top, there's a navigation bar with links for 'Acesso à Informação', 'BRASIL', 'English | Español', and the IBGE logo. Below the navigation is a banner with the text 'Perfil DOS ESTADOS BRASILEIROS'. On the left, there's a sidebar titled 'Busca por UF' (Search by State) with a dropdown menu showing 'Selecionar a UF' and a list of states: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, and Pará. The main content area features a section titled 'Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2012 – Informações Básicas'. It contains two columns of text: one about the ESTADIC initiative and another about the construction of the state profile. Both columns mention the IBGE's role in research, analysis, and consolidation of information on governments, decentralization, federalism, and public policies in Brazil.

Fonte: Site do IBGE.

O Suplemento ESTADIC – Assistência Social também possui um site próprio (Figura 13).

Acesso digital: <http://www.ibge.gov.br/estadic_social_2012>.

Figura 13 – Portal dos Estados Brasileiros – Suplemento Assistência Social

This screenshot shows the 'Suplemento Assistência Social' section of the 'Perfil dos Estados Brasileiros' website. The layout is identical to Figura 12, with the same header, banner, and sidebar. The main content area is titled 'Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2012 – Suplemento de Assistência Social'. It includes two columns of text: one about the survey's scope and methodology, and another detailing the purpose and findings of the Social Assistance Supplement, which aims to improve social assistance management and policy formulation.

Fonte: Site do IBGE.

 **Pesquisa Básica de Informações Estaduais. IBGE – ESTADIC**
Perfil dos Estados Brasileiros 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Estados/2012/estadic2012.pdf>.

EXISTEM MUITAS BASES DE DADOS E FONTES DE INFORMAÇÕES. POR ONDE COMEÇAR?

De fato, estão disponíveis para acesso inúmeras fontes e bases que reúnem dados e informações demográficas, de saúde, trabalho, educação, renda, etc., nas mais distintas plataformas e formatos. Visitar os sites de todas essas fontes à procura de informações de interesse para a assistência social é trabalhoso. Pensando nisso, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) disponibiliza em sua plataforma (www.mds.gov.br/sagi) dezenas de ferramentas virtuais que compilam e organizam as principais informações de diversas pesquisas e bancos de dados (Figura 14).

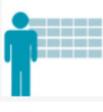
Essas ferramentas, chamadas de ferramentas de gestão da informação, permitem consultar as fontes de dados aqui listadas de maneira direcionada para a aplicação no diagnóstico de assistência social. Praticamente todas as informações necessárias para a construção de um diagnóstico municipal de assistência social podem ser encontradas lá: dados populacionais, localização das famílias vulneráveis, número de CRAS e CREAS, financiamento dos órgãos de assistência social, carências de serviços por região do município, programas sociais em andamento, etc.

Os dados são discriminados por municípios, e algumas ferramentas permitem analisar separadamente zonas dentro de uma mesma cidade. Além do uso para o diagnóstico, essas ferramentas com informações subdistritais ajudam na hora de realizar a Busca Ativa. A Identificação de Domicílios em Vulnerabilidade (IDV), por exemplo, possui mapas dividindo o município em diversas subáreas e classificando-as segundo escalas de carências diversas (moradia, renda, educação), facilitando a localização das áreas com famílias vulneráveis.



Na Aula 7, aprenderemos a usar o DataSocial, o Mops, o TabSocial, o RI e o TabCad, tabulador dos dados e informações do Cadastro Único. Essas ferramentas de informação da SAGI podem ser acessadas no endereço: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/index.php?group=1>. Antes, porém, conhceremos mais do CadÚnico, instrumento fundamental à gestão e ao planejamento da assistência social no Brasil. Até lá!

Figura 14 – Ferramentas de informação da Sagi-MDS

	Data Social - Dados e Indicadores Sociais e de Programas do MDS Permite conhecer o panorama social, perfil econômico e estrutura demográfica de municípios e estados brasileiros e obter informações sobre as ações e públicos-alvo dos programas do MDS.
	MI Social - Matriz de Informação Social Sistema de monitoramento gerencial dos programas/ações/serviços conduzidos pelo MDS. Permite a visualização de informações físico-financeiras e indicadores sociais em tabelas, gráficos e mapas.
	MOPS - Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos Reúne e organiza informações acerca de oportunidades de inclusão produtiva e disponibilidade e localização de serviços, equipamentos e programas públicos identificados em municípios no país.
	IDV - Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade Apresenta indicadores dos Censos Demográficos 2000 e 2010 e do Cadastro Único de Programas Sociais, até o nível de setor censitário, possibilitando o dimensionamento e localização de áreas em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade.
	Tab Social - Tabulador de Microdados sociais Reúne um conjunto de aplicativos que permite produzir tabulações simples e cruzadas das principais bases de dados e pesquisas do MDS, como o Censo SUAS, o Cadastro Único de Programas Sociais, as pesquisas de avaliação da SAGI e outros levantamentos
	RI - Relatórios de Informações Sociais Resume na forma de relatórios os dados e indicadores sociais e aqueles específicos sobre os programas, ações e serviços relativos às políticas de desenvolvimento social, em nível de municípios, estados e Distrito Federal
	Pesquisas e Estudos de Avaliação Permite buscar, consultar e recuperar fichas técnicas, sumários executivos e microdados de pesquisas de avaliação e outros estudos realizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS
	Publicações, Estudos e Acervo Digital Disponibiliza publicações acerca das Políticas e Programas do MDS, como estudos técnicos, livros com artigos de especialistas, relatórios e sumários de Pesquisas de Avaliação, revistas técnico-científicas e outros assuntos.

Fonte: Jannuzzi (2009).



NESTA AULA VOCÊ APRENDEU QUE:

aula
4

MÓDULO 2

- ✓ Existem diversas fontes de dados para o diagnóstico de assistência social.
- ✓ O IBGE é o responsável por diversas pesquisas sobre a população brasileira, como o Censo Demográfico, realizado a cada dez anos, e a PNAD, realizada anualmente para atualizar os resultados do Censo.
- ✓ O IBGE também realiza a MUNIC e a ESTADIC, pesquisas sobre a estrutura e o funcionamento das administrações municipais e estaduais, respectivamente.
- ✓ O MDS realiza anualmente o Censo Suas, um levantamento sobre a estrutura de assistência social do país.
- ✓ A Sagi, secretaria de gestão da informação do MDS, reúne os dados e indicadores mais interessantes para a assistência social e os disponibiliza em seu site por meio de ferramentas virtuais.

VIDEOTECA

VIDEO 1 - MINISTRA TEREZA CAMPOLLO COMENTA OS INDICADORES SOCIAIS DA PNAD 2011

Descrição: Declaração da Ministra do MDS, Tereza Campello, sobre os indicativos sociais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2011, divulgados pelo IBGE (de 2012).

Link: <http://www.youtube.com/watch?v=ONZIk6wV12U&list=PL9BAB2EB-5CFC7EDEF&index=54>

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração.** São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Brasília, DF: MDS, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública.** Brasília: MP, Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2012.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública.** Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências da Administração; Brasília, DF: Capes, UAB, 2009.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Regional do Estado do Paraná. **Construção e Análise de Indicadores.** Curitiba: Serviço Social da Indústria, Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade, 2010.

CADASTRO ÚNICO

aula
5

MÓDULO 2



Olá, gestor e gestora!

Nesta aula, daremos continuidade ao estudo das fontes para a coleta de dados e informações sobre os cidadãos, famílias e municípios, com a finalidade de elaborar um diagnóstico socioterritorial.

Especificamente, conheceremos o Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único), importante instrumento desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para recolher, processar e disseminar informações acerca das famílias de baixa renda no Brasil. Por meio do Cadastro Único, é possível identificar e caracterizar essas famílias e suas condições de vida, sendo, portanto, de grande utilidade para o planejamento da intervenção governamental.

Conheceremos desde as características do Cadastro Único e as informações e dados que reúne, até as responsabilidades da gestão municipal em relação a seu preenchimento e atualização. Ainda, veremos como acessar os dados do Cadastro Único para fins de diagnóstico e planejamento das políticas e ações sociais.

Como na aula anterior, a proposta é que, ao longo desta aula, você possa acessar essas fontes de dados na internet enquanto acompanha o conteúdo apresentado.

Desejamos a todos uma ótima aula!



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Nesta aula você vai:

- conhecer as principais variáveis do Cadastro Único e sua relevância para as ações da Assistência Social;
- utilizar o Cadastro Único para conhecer a distribuição dos riscos e vulnerabilidades das famílias no território municipal, a fim de planejar, de maneira mais adequada, o público-alvo das políticas e intervenções sociais; e
- utilizar o Cadastro Único como ferramenta para subsidiar o diagnóstico socioterritorial.

SUMÁRIO DA AULA 5

● O que é o Cadastro Único	118
● Quais programas utilizam o Cadastro Único para selecionar seus beneficiários?	119
● Quais são as informações familiares reunidas no Cadastro Único?	120
● Qual a importância da gestão municipal para o Cadastro Único?	121
● Os dados do Cadastro Único devem ser atualizados periodicamente?	123
● Qual a importância do Cadastro Único para a elaboração do diagnóstico socioterritorial do município?	124
● O Sistema de Cadastro Único permite inserir as informações das famílias na base de dados nacional. Mas onde o gestor pode acessar esses dados e informações para fins de diagnóstico?	125
● Quais os principais dados do Cadastro Único que podem subsidiar a elaboração de diagnóstico das famílias que são público-alvo de programas do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e do Brasil sem Miséria (BSM)?	127

O QUE É O CADASTRO ÚNICO

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. Sua função é manter um registro de todas as famílias de baixa renda num único cadastro. Por isso, é uma importante ferramenta de apoio à ação dos gestores municipais que atuam na área social, pois além de servir como referência para diversos programas sociais, permite que os municípios e os estados conheçam melhor os riscos e as vulnerabilidades as quais sua população está exposta.

FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

São entendidas como famílias de baixa renda as que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal familiar total de até três salários mínimos.

O Cadastro Único possui informações sobre as condições sociais de todos os seus cadastrados. Isso origina um gigantesco banco de dados que permite conhecer, de forma detalhada a realidade socioeconômica dessas famílias, incluindo informações como: características do domicílio, formas de acesso a serviços públicos essenciais e dados de cada um dos componentes da família. Em outras palavras, permite conhecer melhor as famílias de baixa renda, suas demandas, vulnerabilidades e potencialidades, podendo ser empregado para auxiliar na seleção de públicos-alvo e no desenho de políticas públicas capazes de promover a melhoria das condições de vida dessa população.

Sendo assim, o Cadastro Único constitui uma base de informações que pode ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades e promovendo a formulação e a implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. Esse diagnóstico permite que o poder público converja suas políticas e programas para um público-alvo comum, otimizando recursos e potencializando esforços no sentido de implantar políticas solidárias entre si.

Famílias que não atendem aos recortes de renda estabelecidos também podem ser incluídas na base de dados do Cadastro Único, desde que a sua inclusão esteja vinculada a algum programa social desenvolvido em âmbito federal, estadual ou municipal.

O Cadastro Único é coordenado pelo MDS, devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda. Por exemplo, para receber benefícios como o Bolsa Família, é preciso estar cadastrado.



atenção!

Baixa renda não é a mesma coisa que extrema pobreza. O indivíduo extremamente pobre é aquele que sobrevive com menos de R\$ 70 mensais. O indivíduo pode ter baixa renda, mas não ser considerado extremamente pobre. Ainda assim, ele pode ter acesso a programas de transferência de renda.

QUAIS PROGRAMAS UTILIZAM O CADASTRO ÚNICO PARA A SELEÇÃO DE SEUS BENEFICIÁRIOS?

Uma série de programas sociais utilizam o Cadastro Único para selecionar seus beneficiários, tais como:

- Programa Bolsa Família (PBF);
- Tarifa Social de Energia Elétrica;
- Brasil Alfabetizado;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti);
- Carteira do Idoso;
- Cisternas;
- Projovem Adolescente;
- Minha Casa Minha Vida e outros programas habitacionais (Ministério das Cidades);
- Isenção de taxa para concursos públicos;
- Programa Passe Livre (Ministério dos Transportes);
- Telefone Popular (Acesso Individual Classe Especial – Aice);
- Aposentadoria para pessoa de baixa renda;
- Programa Bolsa Verde;
- Programa Mais Educação;
- Ação Brasil Carinhoso;
- Água para Todos;
- Programa Bolsa Estiagem (Auxílio Emergencial Financeiro);
- Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);
- Carta Social.

É importante salientar que o cadastramento não significa a inclusão automática da família nos programas sociais. A seleção e o atendimento da família por esses programas ocorrem de acordo com os critérios e procedimentos de cada um.

QUAIS SÃO AS INFORMAÇÕES FAMILIARES REUNIDAS NO CADASTRO ÚNICO?

Os formulários do Cadastro Único refletem a percepção da pobreza como um fenômeno multidimensional, não restrito somente à renda. Sendo assim, abarcam dados relativos não só à renda, mas também a outros aspectos, tais como escolaridade, condições de moradia, de trabalho e de acesso à saúde e à educação, entre outros serviços.

Em síntese, o **Formulário Principal** do Cadastro Único apresenta as seguintes seções:

- Identificação e Controle: forma de coleta de dados, endereço da família e dados do entrevistador, entre outras informações;
- Caracterização do Domicílio: material de construção utilizado e condições infraestruturais de abastecimento de água, escoamento sanitário, energia elétrica e coleta de lixo;
- Caracterização da Família: etnia, componentes da família e despesas;
- Caracterização da Pessoa: dados pessoais, inclusive:
 - Documentação;
 - Seção específica para pessoas com deficiência;
 - Escolaridade;
 - Trabalho e remuneração.

O **Formulário Suplementar I** abrange dados sobre acesso a programas governamentais pelas famílias de baixa renda, tais como:

- Programas de segurança alimentar (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, PAA Leite, Cisternas);
- Programas do Ministério de Minas e Energia (Tarifa Social);
- Assistência Social (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF, etc.);
- Programas habitacionais do Ministério das Cidades, como o Minha Casa Minha Vida.

O **Formulário Suplementar II** destina-se ao registro específico de informações sobre pessoas em situação de rua, tais como:

- tempo em que moram na rua;

- lugares públicos mais frequentes de pernoite/habitação;
- motivos para ida às ruas;
- existência e caracterização de vínculos familiares;
- exercício de atividades comunitárias;
- trabalho e remuneração;
- eventual atendimento por instituições de saúde ou assistência social (CRAS, CREAS, entre outros).

Conceitos básicos e fundamentais do Cadastro Único

Família – unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, ocasionalmente ampliada por outras que contribuem para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por ela, todas moradoras em um mesmo domicílio.

Família de baixa renda – aquelas cuja renda familiar mensal não ultrapasse meio salário mínimo per capita ou três salários mínimos no total.

Renda familiar mensal – soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles provenientes dos programas de transferência de renda.

Responsável pela Unidade Familiar (RF) – um dos componentes da família e morador do domicílio, com idade mínima de 16 anos, preferencialmente do sexo feminino.

QUAL A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL PARA O CADASTRO ÚNICO?

É no município que se inicia a construção da base de dados Cadastro Único, pois é nele que são identificadas as famílias que possuem perfil para o cadastramento e são coletadas e digitadas as informações na base nacional. A partir desse registro, as pessoas recebem o Número de Identificação Social (NIS), que as identifica no Cadastro Único.

As principais atividades de gestão do Cadastro Único são:

- identificar as famílias de baixa renda;
- realizar o cadastramento das famílias de baixa renda;
- registrar essas informações no Sistema de Cadastro Único; e
- atualizar os dados, no máximo, a cada dois anos.

Para isso, é necessário que o município possua uma equipe de entrevistadores, responsável por preencher os formulários de cadastramento, bem como uma equipe de operadores do Sistema de Cadastro Único, responsável por digitar os dados no sistema.

O município deve capacitar esses entrevistadores e operadores, a fim de que a coleta de dados e a entrevista com a família sejam realizadas



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Guia do Gestor Municipal: Cadastro Único para Programas Sociais.** Brasília, DF: MDS, 2010. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/documentos//GUIA%20DO%20GESTOR%20\(V2\).pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/documentos//GUIA%20DO%20GESTOR%20(V2).pdf)>.

segundo uma abordagem adequada, preferencialmente por meio de visitas domiciliares.

Ainda, é necessário que o município mantenha uma infraestrutura mímina para o desenvolvimento das atividades de cadastramento e gestão do Cadastro Único, com local para arquivamento dos formulários e para o trabalho dos digitadores, bem como computadores com acesso à internet e impressoras. Também devem ser implantados postos de atendimento fixos para as famílias que desejarem se cadastrar ou atualizar seus dados.

A gestão do Cadastro Único pressupõe um papel primordial do município, mas requer a cooperação dos três níveis da federação, que atuam conjuntamente para cumprir uma responsabilidade que é constitucionalmente compartilhada: o combate à extrema pobreza e às desigualdades sociais.

Cada esfera de governo – União, estados, Distrito Federal e municípios – tem responsabilidades e competências que garantem o bom funcionamento e a correta utilização dos dados do Cadastro Único, sintetizadas na Tabela 1.

Quadro 1 - Competências de cada esfera federativa na gestão do Cadastro Único

Compete aos municípios
<ul style="list-style-type: none">• Identificar as famílias que compõem o público-alvo do Cadastro Único e registrar seus dados nos formulários específicos;• Analisar os dados e zelar pela qualidade das informações coletadas;• Digitar, no sistema de cadastro único, os dados coletados nos formulários;• Manter atualizada a base de dados municipal do cadastro único;• Dispor de infraestrutura e recursos humanos permanentes para a execução das atividades irrelevantes à operacionalização do cadastro único;• Estimular a utilização dos dados do cadastro único para o planejamento e gestão de políticas públicas locais voltadas à população de baixa renda, executadas no âmbito do governo local;• Prestar apoio e informações às famílias de baixa renda sobre o cadastro único;• Arquivar os formulários em local adequado por um período mínimo de 5 anos; e• Adotar medidas para controle e prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais.
Compete aos estados
<ul style="list-style-type: none">• Promover a utilização do Cadastro Único como ferramenta de planejamento e integração de políticas públicas estaduais voltadas à população de baixa renda;• Disponibilizar apoio técnico aos municípios na gestão do Cadastro Único;• Coordenar, gerenciar, executar e co-financiar programas de capacitação do Cadastro Único;• Implementar estratégias, desenvolvidas pela SENARC ou no próprio âmbito estadual, em parceria com municípios e/ou órgãos representativos dos respectivos segmentos populacionais, para o cadastramento de povos indígenas e comunidades quilombolas;

Tabela 1 - Competências de cada esfera federativa na gestão do cadastro único (continuação)

Compete à **União** (Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SENARC/MDS)

- Coordenar, acompanhar e supervisionar, no âmbito federal, a gestão, a implantação e a execução do Cadastro Único;
- Emitir regulamentos e instruções operacionais sobre o Cadastro Único, para subsidiar procedimentos que se verificarem necessários à sua operacionalização;
- Articular os processos de capacitação de gestores e de outros agentes públicos envolvidos com a operação do Cadastro Único;
- Avaliar a conformidade e qualidade do Cadastro Único, definindo estratégias para buscar a veracidade e aumentar a qualidade das informações nele registradas;
- Tornar disponível atendimento aos governos locais para esclarecimentos de dúvidas referentes ao Cadastro Único;
- Estimular o uso do Cadastro Único por outros órgãos do Governo Federal, pelos estados, Distrito Federal e municípios;
- Disponibilizar para os estados, periodicamente, a base de dados dos municípios situados em sua área de abrangência;
- Adotar procedimentos de fiscalização e controle, com intuito de detectar falhas ou irregularidades;
- Autorizar o envio de formulários de cadastramento aos governos locais.

Fonte: Brasil (2013).

Ainda na esfera federal, o MDS contratou como agente operador do Cadastro Único a Caixa Econômica Federal (CAIXA), que tem as seguintes atribuições:

- Fornecer e enviar os formulários utilizados para o cadastramento das famílias, mediante autorização do MDS;
- Desenvolver, sob supervisão do MDS, os aplicativos necessários à digitação e à transmissão dos dados cadastrais;
- Processar os cadastros enviados pelos municípios, identificando e atribuindo o Número de Identificação Social (NIS) para as pessoas cadastradas;
- Capacitar gestores e técnicos no sistema operacional, mediante autorização do MDS;
- Manter atendimento operacional e suporte técnico aos municípios.

OS DADOS DO CADASTRO ÚNICO DEVEM SER ATUALIZADOS PERIODICAMENTE?

Como visto, uma das principais atividades de gestão do Cadastro Único é a **atualização cadastral** dos dados da família, que deve ser feita, no máximo, a cada dois anos, contados da data da inclusão ou da última atualização realizada. Antes de terminar esse prazo, nova entrevista deverá ser feita com a família, mesmo que os dados não tenham sofrido

qualquer tipo de alteração.

As informações também devem ser atualizadas sempre que houver mudanças nas características familiares, especialmente na sua composição, no seu endereço ou nas suas condições socioeconômicas. Desse modo, a base de dados do Cadastro Único torna-se um repositório confiável e atualizado de informações.

Chama-se **revalidação cadastral** o procedimento a ser utilizado quando for verificado, na atualização cadastral, que não houve nenhuma modificação nas informações já registradas. Ou seja, trata-se da confirmação das informações presentes do cadastro das famílias. Nesta etapa, apenas é atualizado o campo referente à data da entrevista.

QUAL A IMPORTÂNCIA DO CADASTRO ÚNICO PARA A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO?

O Cadastro Único possibilita ao gestor a realização do diagnóstico localmente, permitindo quantificar e mapear as carências de comunidades e municípios e adequar a disponibilidade dos serviços públicos às necessidades locais. Esse mapeamento é fundamental, pois a única outra fonte de informação capaz de coletar informações pormenorizadas acerca das famílias de baixa renda é o Censo Demográfico, que, como visto, é realizado somente a cada dez anos.

O Cadastro Único reúne informações dos domicílios e de cada um dos membros da família. Dessa forma, ele permite avaliar tanto as condições de vida de cada família quanto as do conjunto da população de baixa renda cadastrada do município. Esses indicadores são indispensáveis para o gestor elaborar diagnósticos das condições de vida das famílias no seu município.

As informações do Cadastro Único também permitem o acompanhamento da evolução das condições de vida das comunidades e, consequentemente, o monitoramento e a avaliação da qualidade de intervenções específicas e do desempenho global das políticas locais.

Por exemplo...

Com a base de dados do Cadastro Único, o gestor pode:

- mapear as famílias de baixa renda com crianças de 0 a 6 anos, identificando o melhor local para a implantação de creches e pré-escolas;
- identificar as famílias com domicílios precários, priorizando as políticas de habitação e saneamento;
- identificar os adultos com baixo grau de instrução, oferecendo a eles cursos de alfabetização ou educação de jovens e adultos.

O SISTEMA DE CADASTRO ÚNICO PERMITE INSERIR AS INFORMAÇÕES DAS FAMÍLIAS NA BASE DE DADOS NACIONAL. MAS ONDE O GESTOR PODE ACESSAR ESSES DADOS E INFORMAÇÕES PARA FINS DE DIAGNÓSTICO?

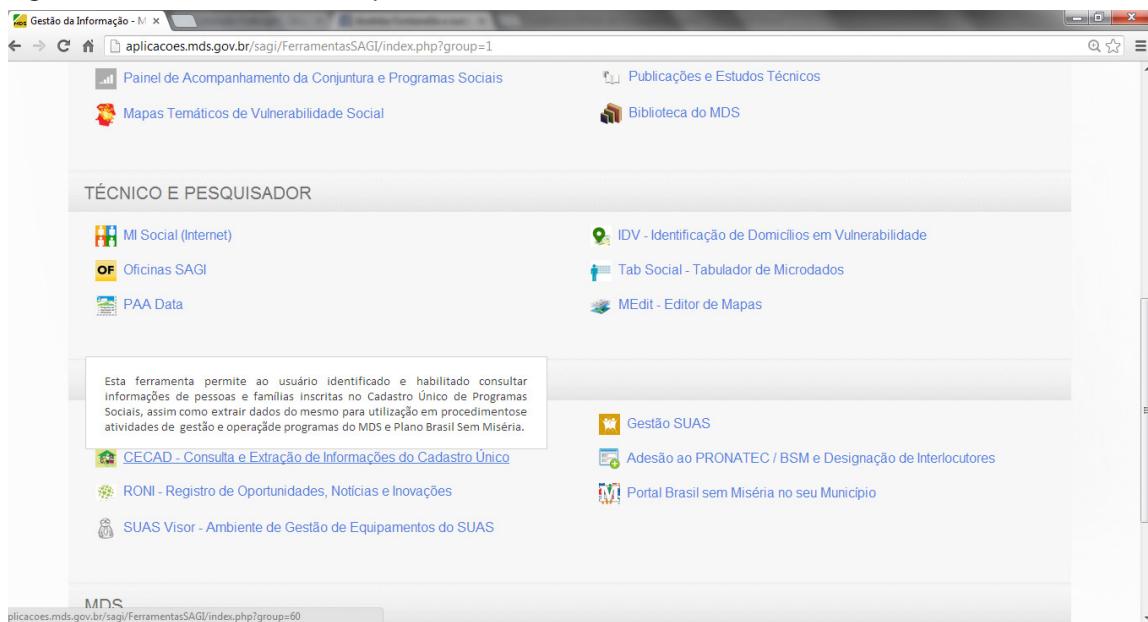
Para consultar o banco de dados gerado pelo Cadastro Único, basta o gestor acessar a ferramenta TabCad (Tabulador de Informações do Cadastro Único), no portal da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), disponível em mds.gov.br/sagi.

O TabCad possibilita a realização de consultas e o cruzamento de dados acerca das famílias cadastradas no Cadastro Único, auxiliando o gestor a conhecer as características e a realidade socioeconômica dessas famílias, bem como a situação de seu domicílio e as formas pelas quais acessam serviços públicos essenciais.

As informações podem ser obtidas por meio de Tabulação Cruzada de Variáveis (por exemplo: gênero e renda, idade e especificação de domicílio, etc.), Frequência Simples.

Para utilizar a ferramenta de maneira satisfatória, é necessário que, antes, o gestor conheça os conceitos das variáveis do Cadastro Único, disponível no *Dicionário de Variáveis*. Também é útil a leitura do já citado *Guia do Gestor Municipal*.

Figura 1 - Acesso ao TabCad no portal da SAGI



Fonte: Portal da SAGI-MDS.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Dicionário de Variáveis**. Brasília, DF: MDS, 2011. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/documentos//Dicionario_de_Variaveis_CECAD.pdf>.



Na próxima Aula, de número 6, aprenderemos a utilizar o TabSocial, portal que reúne bases de dados das áreas de atuação do MDS, provenientes das pesquisas primárias, registros de programas e cadastros públicos, dispondo também de ferramentas para tabulação, análise e extração de informações. Entre as ferramentas disponíveis no TabSocial, está o Tabulador de Informações do Cadastro Único (TabCad), que possibilita conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda, por meio da apresentação de dados agregados do Cadastro Único.

QUAIS OS PRINCIPAIS DADOS DO CADASTRO ÚNICO QUE PODEM SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DAS FAMÍLIAS QUE SÃO PÚBLICO-ALVO DE PROGRAMAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E DO BRASIL SEM MISÉRIA (BSM)?

O Cadastro Único reúne mais de 150 variáveis que visam caracterizar a realidade socioeconômica da família e seu domicílio. Algumas delas são especialmente úteis na realização do diagnóstico socioterritorial do município. A seguir, listam-se essas variáveis e apresentam-se as imagens do formulário do Cadastro Único, juntamente com o nome da variável para fins de base de dados (BARRETO, 2012).



atenção!

É importante observar que cada um dos programas sociais que utilizam o Cadastro Único para selecionar os seus beneficiários tem regras de elegibilidade específicas e parâmetros de operacionalização distintos, definidos por seus respectivos órgãos gestores.

Documentação Civil

- O responsável pela unidade familiar (RF) obrigatoriamente deve apresentar CPF ou Título de Eleitor. (No caso de famílias quilombolas e indígenas, o RF pode apresentar qualquer um dos documentos previstos no bloco 5 do formulário de cadastramento, caso não possua CPF ou Título de Eleitor).
- Demais componentes da família devem apresentar qualquer um dos documentos do Bloco 5 dos formulários de cadastramento, inclusive CPF e Título de Eleitor.
- As pessoas que não possuem documentos podem ser cadastradas, mas não computadas para o cálculo da renda *per capita*. É importante que as pessoas que não possuem Registro Civil de Nascimento sejam encaminhadas para sua emissão, bem como aquelas que não possuem mais

seus documentos sejam encaminhadas para emissão de segunda via. Assim que tiverem os seus documentos em mãos, devem atualizar os seus dados no Cadastro Único. As pessoas que possuem documentação, mas não apresentaram no momento da entrevista, devem retornar em até 30 dias para completar o cadastro.

Público-alvo para ação de emissão de documentação civil

- Total de pessoas que assinalaram a opção "3 - Não" e não tem Registro Administrativo de Nascimento do Indígena (Rani) e total de pessoas que assinalaram a opção "4 - Não Sabe" na variável "4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?"

4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?

<input type="checkbox"/> 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento	<input type="checkbox"/> 3 - Não
<input type="checkbox"/> 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento	<input type="checkbox"/> 4 - Não sabe

↓

Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3
Se não tem RANI, passe ao 6.01

Garantia de Renda (Programa Bolsa Família)

- Renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 ou R\$ 140 mensais, para famílias com crianças de até 15 anos ou jovens de 16 a 17 anos.

Público-alvo para o Programa Bolsa Família

- Famílias cuja soma da renda de todos os membros dividida pelo número de membros seja menor que R\$ 70 ou menor que R\$ 140 e haja integrante da família com idade igual ou inferior a 17 anos.

Aferição:

- i) existência de crianças com idade inferior a 18 anos na data de análise (ver campo 4.06 referente à data de nascimento);
- ii) verificação da renda per capita da família. (O Sistema V7 calcula automaticamente essa renda).

SISTEMA V7

Sistema de Cadastro Único 7 - Ferramenta digital que traz um novo modelo de operacionalização do Cadastro Único nos municípios, estados, MDS e CAIXA. A partir de sua implantação, deixaram de existir as bases locais, bem como todas as atividades de transmissão de dados para a Base Nacional.

O cálculo da renda familiar se dá da seguinte forma:

Para cada pessoa cadastrada:

- 1) divide-se o valor registrado no quesito 8.08 por 12;
- 2) compara-se o valor obtido no quesito 8.08/12 com o valor registrado no quesito 8.05;
- 3) seleciona-se o menor valor obtido da comparação entre os itens 8.08/12 e 8.05;
- 4) soma-se o menor valor obtido (da comparação 8.08/12 e 8.05) com as rendas apuradas no quesito 8.09 (itens 1, 2, 3, 4 e 5).

8.05 - No mês passado (nome) recebeu remuneração de trabalho?
(Se sim, registre o valor bruto da remuneração efetivamente recebida em todos os trabalhos)

,00

0 - Não recebeu

8.08 - Qual foi a remuneração bruta de todos os trabalhos recebidos por (nome) nesse período?

,00

Para obter o valor da renda *per capita* familiar:

- 1) soma-se o valor da operação realizada para cada pessoa cadastrada na família;
- 2) divide-se o valor total obtido pelo número de pessoas cadastradas na família.

Acesso a Serviços Públicos (Brasil Alfabetizado)

- Programa destinado à alfabetização de jovens e adultos com 15 anos ou mais que não saibam ler e/ou escrever.

Público-alvo para o Brasil Alfabetizado

- Indivíduos cuja data atual registrada no campo 4.06 - Data de nascimento - seja maior ou igual a 15 anos.
- Pessoas cuja resposta para o campo 7.01 - Sabe ler e escrever? - seja negativa.

4.05 - Sexo
 1 - Masculino

2 - Feminino

4.06 - Data de nascimento

Dia Mês Ano

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

1 - Sim

2 - Não

Acesso a Serviços Públicos (Luz e Água para Todos)

- Programas que propiciam acesso à energia elétrica e à água potável nas residências.

Público-alvo para a Luz para Todos

- Domicílios cuja resposta para o campo 2.12 "Qual é a forma de iluminação utilizada no seu domicílio?" tenha sido a opção 4 "óleo, querosene ou gás", a opção 5 "Vela" ou a opção 6 "outra forma".

2.12 - Qual é a forma de iluminação utilizada no seu domicílio?

- 1 - Elétrica com medidor próprio
- 2 - Elétrica com medidor comunitário
- 3 - Elétrica sem medidor
- 4 - Óleo, querosene ou gás
- 5 - Vela
- 6 - Outra forma

Público-alvo para o Água para Todos

- Residências cuja resposta para o campo 2.08 - Qual é a forma de abastecimento de água utilizada no seu domicílio? - tenha sido a opção "4 - Outra forma".

2.08 - Qual é a forma de abastecimento de água utilizada no seu domicílio?

- 1 - Rede geral de distribuição
- 2 - Poço ou nascente
- 3 - Cisterna
- 4 - Outra forma

Inclusão Produtiva (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Leite)

- Pequenos agricultores, especialmente aqueles extremamente pobres, com limite de volume de compra pelo governo de R\$ 4 mil/sestre, tanto para o PAA como para o PAA Leite, com fornecimento para famílias com renda de até meio salário mínimo, e que tenham entre seus membros, gestantes, nutrizes até 6 meses após o parto, crianças de 2 a 7 anos com certidão de nascimento e controle de vacinas em dia, pessoas com 60 anos ou mais.
- Benefício de 1 litro de leite por membro elegível, até o máximo de 2 litros.

Público-alvo para beneficiários PAA Leite

- Praticamente todas as famílias do Cadastro Único (com renda de até meio salário mínimo), com membros até 6 meses de idade, de 2 a 7 anos (vide cálculos anteriores) ou acima de 60 anos.
- Residentes em municípios de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; ou ainda Norte de Minas Gerais e o Vale do Jequitinhonha e Mucuri, conforme campos 1.02 - UF - e 1.03 - Município.

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE					
1.01 - Código familiar <input type="text"/>		1.02 - UF <input type="text"/>	1.03 - Município <input type="text"/>	1.04 - Distrito <input type="text"/>	1.05 - Subdistrito <input type="text"/>
1.06 - Setor censitário <input type="text"/>					
1.07 - Modalidade da operação <input type="checkbox"/> 1 - Inclusão <input type="checkbox"/> 2 - Alteração	1.08 - Forma de coleta de dados <input type="checkbox"/> 1 - Sem visita domiciliar <input type="checkbox"/> 2 - Com visita domiciliar	1.09 - Formulário(s) preenchido(s) <input type="checkbox"/> 0 - Principal <input type="checkbox"/> 1 - Avulso 1 <input type="checkbox"/> 2 - Avulso 2 <input type="checkbox"/> 3 - Suplementar(es) nº(s) <input type="text"/>			1.10 - Data da entrevista <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/> 20 <input type="text"/> Dia Mês Ano
Julário Principal de cadastro - CADÚNICO - F1					



NESTA AULA VOCÊ APRENDEU QUE

- ✓ O Cadastro Único reúne as informações das famílias brasileiras de baixa renda, sendo, portanto, uma importante fonte de dados para a elaboração de diagnósticos socioterritoriais.
- ✓ Para o Cadastro Único, famílias de baixa renda são aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos.
- ✓ Cabe aos gestores municipais de assistência social registrar as famílias no Cadastro Único e mantê-lo atualizado.
- ✓ O TabCad possibilita a realização de consultas e o cruzamento de dados acerca das famílias cadastradas no Cadastro Único.

VIDEOTECAS

VIDEO 1 - CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

Descrição: Apresentação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único - CadÚnico), que identifica e caracteriza as famílias com renda total de até três salários mínimos. Ele permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda para incluí-las nas políticas públicas. A coleta de dados é coordenada pelo MDS e executada pelos municípios.

Link: http://www.youtube.com/watch?v=fRISNWsZh_4&list=PL9BAB2EB-5CFC7EDEF&index=36

REFERÊNCIAS

BARRETO, R. [Apresentação de slides] **Cadastro Único de Programas Sociais:** objetivo, histórico, aplicações, produtos e principais variáveis. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família:** Cadastro Único. Brasília, DF: MDS, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único** - CECAD. Brasília, DF: MDS, 2013. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/auth/index.php>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Guia do Gestor Municipal: Cadastro Único para Programas Sociais.** Brasília, DF: MDS, 2010. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/documentos//GUIA%20DO%20GESTOR%20\(V2\).pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/documentos//GUIA%20DO%20GESTOR%20(V2).pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família: Cadastro Único - Responsabilidades governamentais.** Brasília, DF: MDS, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/responsabilidades-governamentais>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

CENSO SUAS

aula
6

MÓDULO 2

Olá, gestor e gestora!

Como vimos na aula anterior, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) produz duas importantes pesquisas acerca da capacidade de gestão governamental: a Pesquisa Básica de Informações Municipais (MUNIC), relativa aos municípios, e a Pesquisa Básica de Informações Estaduais (ESTADIC), relativa aos estados.

Além dessas pesquisas, outra importante fonte de dados sobre a gestão da assistência social nos municípios e estados é o Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS). Realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) todos os anos, esse Censo é uma pesquisa que coleta informações sobre a implementação do SUAS nos âmbitos municipal e estadual.

Além de ajudar no monitoramento da aplicação dos recursos federais e da qualidade dos serviços do SUAS, as informações coletadas pelo Censo são usadas para investigar o funcionamento, a cobertura e as características da rede de assistência social em cada município. Tais informações são essenciais para compor o diagnóstico da assistência social municipal.

Nesta aula, conheceremos mais sobre o funcionamento do Censo SUAS e a sua importância na implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Uma ótima aula a todos!



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Nesta aula você vai aprender:

- no que consiste um diagnóstico socioeconômico para programas sociais;
- o que é e para que serve o Censo Suas;
- qual a estrutura do Censo SUAS e sua cobertura;
- qual a utilidade do Censo SUAS para a elaboração do diagnóstico so-ci territorial;
- quais as principais informações contidas no último levantamento da pesquisa, em 2012.

SUMÁRIO DA AULA 6

● O que é o Censo SUAS?	132
● Como é feita a pesquisa?	133
● Porque foi criado o Censo SUAS?	134
● Como o Censo SUAS contribui para a gestão e desenvolvimento do SUAS?	135
● Como o Censo SUAS pode auxiliar a população e as demais instituições?	135
● Quais são as instituições pesquisadas pelo Censo SUAS?	136
● Como é estruturado o Censo SUAS?	137
● Quais são os principais dados sobre identificação dos equipamentos coletados no Censo SUAS?	138
● Quais são os principais dados sobre a estrutura física dos equipamentos coletados no Censo SUAS?	138
● Quais são os principais dados sobre serviços ofertados pelos equipamentos coletados no Censo SUAS?	139
● Quais são os principais dados sobre gestão do território dos equipamentos coletados no Censo SUAS?	139
● Quais os principais dados sobre articulação dos equipamentos com a rede socioassistencial coletados no Censo SUAS?	141
● Quais são os principais dados sobre recursos humanos dos equipamentos coletados no Censo SUAS?	141
● Como o Censo SUAS pode auxiliar na elaboração do diagnóstico socioterritorial?	141
● Quais são os principais resultados do Censo SUAS 2012 relativos aos CRAS?	142
● Quais os principais resultados do Censo SUAS 2012 relativos aos CREAS?	144
● Quais os principais resultados do Censo SUAS 2012 relativos aos Centros POP?	146
● Quais os principais resultados do Censo SUAS 2012 relativos às Unidades de Acolhimento?	147

O QUE É O CENSO SUAS?

O Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS) é um levantamento sistemático de dados e informações sobre o SUAS nos estados e municípios. A pesquisa investiga o tamanho da rede socioassistencial de cada município, o número de profissionais que trabalham em cada Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e em cada Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e suas funções, a localização dos equipamentos do SUAS, suas ações e atividades; os recursos financeiros recebidos e aplicados pela gestão municipal e estadual na assistência social, e assim por diante.

O Censo SUAS é realizado anualmente desde 2007 por meio de uma ação integrada entre a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), e foi regulamentado pelo Decreto nº 7.334, de 19 de outubro de 2010.

COMO É FEITA A PESQUISA?

O Censo SUAS é conduzido via *internet*: o MDS envia um pedido às secretarias estaduais e municipais de assistência social para que preencham formulários eletrônicos a respeito dos seus equipamentos de assistência social (CRAS, CREAS, Centros POP, casas de acolhimento), dos Conselhos de Assistência Social e da gestão estadual/municipal. As secretarias devem coletar as informações requisitadas, inseri-las nos formulários eletrônicos e enviá-los dentro do prazo.

Apesar de o sistema ser inteiramente virtual, o MDS recomenda que os gestores preencham os questionários primeiramente em papel para assegurar que todas as informações estejam coletadas e validadas na hora do preenchimento eletrônico

Quadro 1 - Responsáveis pelo preenchimento do censo suas 2013 no âmbito dos equipamentos, conselhos e órgãos de gestão estadual e municipal do SUAS.

CENSO SUAS	Responsável pelo preenchimento
CRAS	Gestores Municipais, coordenadores dos CRAS ou pessoa por eles designada, com senha de acesso à Rede SUAS - perfil "cadsuas.municipio"
CREAS	Gestores Municipais, coordenadores dos CREAS ou pessoa por eles designada com senha de acesso à Rede SUAS - perfil "cadsuas.municipio"
CENTROS POP	Gestores Municipais, coordenadores dos Centros Pop ou pessoa por eles designada com senha de acesso à Rede SUAS - perfil "cadsuas.municipio"
GESTÃO ESTADUAL	Secretário(a) de Assistência Social ou pessoa por ele(a) designada com senha de acesso à Rede SUAS - perfil "cadsuas.estado"
GESTÃO MUNICIPAL	Secretário(a) de Assistência Social ou pessoa por ele(a) designada com senha de acesso à Rede SUAS - perfil "cadsuas.municipio"
CONSELHOS	Presidente ou Vice-Presidente do Conselho utilizando seu login e senha de acesso fornecidos pela Rede SUAS com o perfil "cadsuas.conselho_municipal" (Conselhos Municipais) ou "cadsuas.conselho_estadual" (Conselhos Estaduais)
UNIDADES DE ACOLHIMENTO	Gestores Municipais e/ou Estaduais da Assistência Social ou pessoa por eles designada, com senha de acesso à rede SUAS - perfil "cadsuas.municipio" ou "cadsuas.estado"

Fonte: Elaboração própria, com base no site do MDS.



atenção!

Diferente de pesquisas como o Censo Demográfico do IBGE, não há visitações de técnicos para coletar as informações do Censo Suas. O preenchimento correto dos dados depende inteiramente dos gestores.

As informações do Censo Suas são necessárias para, entre outras coisas, definir quais são os municípios e estados prioritários para o recebimento de recursos federais. Municípios que dispõem de uma estrutura precária são candidatos a receberem repasses para o fortalecimento da oferta de serviços socioassistenciais.

Há outra maneira importantíssima de o Censo Suas impactar o orçamento municipal: a Resolução CIT nº 5/2007, que pactuou a suspensão dos recursos do Piso Básico Fixo dos municípios que não preencherem a Ficha de Monitoramento dos CRAS. Em outras palavras, **sem o preenchimento da Ficha não há repasse financeiro para as secretarias de assistência social**.



PORQUE FOI CRIADO O CENSO SUAS?

O SUAS é um sistema complexo e em rápida expansão, com diferentes atores e organizações envolvidas. Tudo isso é positivo, mas o processo pode se tornar caótico caso não se mantenham registros atualizados sobre os equipamentos socioassistenciais, a aplicação de recursos e a qualidade dos serviços ofertados. Mais: essas informações devem ser compartilhadas entre os entes federados, pois as políticas de assistência social têm gestão e financiamento descentralizados. Todos precisam saber do atual *status* do SUAS nas diferentes instâncias federativas (União, estados e municípios) para planejar futuras políticas e ações.

O Censo SUAS surge como solução para produção, armazenamento e compartilhamento de informações nesse ambiente descentralizado. Informações geradas em locais diferentes são reunidas por meio de pesquisa e posteriormente compartilhadas entre as três esferas de governo, ajudando na tomada de decisão e no planejamento de ações, serviços e programas.

Saber a dimensão da oferta de serviços socioassistenciais é uma mão na roda na hora de planejar o futuro, tanto para a gestão municipal quanto para a estadual e federal. Só assim é possível cruzar as informações de demanda por serviços com a oferta deles e descobrir exatamente o que está faltando e onde está faltando.

COMO O CENSO SUAS CONTRIBUIU PARA A GESTÃO E O DESENVOLVIMENTO DO SUAS?

O Censo SUAS tem ajudado a descobrir como anda a estruturação do SUAS nos três níveis da federação. A pactuação das metas de desenvolvimento dos CRAS e o Índice de Desenvolvimento do CRAS (IDCRAS), por exemplo, não seriam possíveis sem os dados do Censo SUAS.



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DO CRAS (IDCRAS)

O IDCRAS é um indicador que mede o desenvolvimento e a qualidade dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). É composto pela combinação dos seguintes indicadores dimensionais: atividades realizadas, horário de funcionamento, recursos humanos e estrutura física. O resultado determina em qual dos dez estágios de desenvolvimento o equipamento se encontra. Esses estágios são os seguintes:

Estágios de 1 a 4: de uma a quatro dimensões com grau insuficiente. Devem ser monitorados com o objetivo de alterar essa dimensão;

Estágios de 5 a 8: de uma a quatro dimensões com grau regular. Devem ser monitorados com o objetivo de melhorar essa dimensão que se encontra no grau regular;

Estágios 9 e 10: de uma a quatro dimensões com grau suficiente ou superior.



Índice de Desenvolvimento do CRAS (IDCRAS)

O IDCRAS dos Equipamentos do Município pode ser acessado pelo Portal Suas Visor. Para isso, acesse <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/suasag/index.php>, selecione um Estado e um município e clique no menu “Seleciona Equipamento”. A seguir, selecione o equipamento desejado. Então clique em “Estrutura e Serviços” no menu lateral e, depois, em “Indicador de Desenvolvimento”. Acesse!

As informações providas pelo Censo SUAS permitem avaliar o alcance de metas, rever e aprimorar as ações em andamento e corrigir erros, de forma a adaptar gradativamente a provisão de serviços socioassistenciais às normas estipuladas pela PNAS. O objetivo final é melhorar a gestão e o controle social da política e facilitar o planejamento do trabalho de gestores e gestoras.

COMO O CENSO SUAS PODE AUXILIAR A POPULAÇÃO E AS DEMAIS INSTITUIÇÕES?

Como visto, os beneficiários diretos da aplicação do Censo SUAS são os gestores da Assistência Social nos três níveis federativos, que têm à disposição dados, indicadores e metas de desenvolvimento confiáveis

para a tomada de decisão. Isso influencia positivamente a expansão da oferta e a qualidade dos serviços prestados à população, que, portanto, é beneficiada pelas informações da pesquisa.

Há ainda outro modo pelo qual a população pode se beneficiar com o Censo SUAS: a transparência. As informações coletadas pelo Censo SUAS dão transparência ao poder público, facilitam o controle social e a discussão e deliberação das políticas nos conselhos estaduais e municipais de Assistência Social.

Outras instituições também são usuárias das informações do Censo SUAS, tais como ministérios setoriais, órgãos de controle, universidades, institutos de pesquisas e agências internacionais.

QUAIS SÃO AS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS PELO CENSO SUAS?

O Censo SUAS evolui a cada nova versão, ampliando o foco da pesquisa e permitindo um retrato não apenas atualizado, mas progressivamente mais completo, da implementação da política de assistência social no território nacional. Chamado de Ficha de Monitoramento dos CRAS, em 2007, e de Censo CRAS, em 2008, o Censo SUAS só ganhou os contornos que tem hoje a partir de 2009, quando adotou o nome atual e passou a recensear também o CREAS. Ainda em 2008 foi criado o IDCRAIS, como instrumento de avaliação das unidades socioassistenciais.

A partir daí, o Censo SUAS incluiu novas instituições a cada ano: a rede socioassistencial privada em 2010; os Centros POP em 2011 (especializados no atendimento à população em situação de rua); e os diversos tipos de casas de acolhimento em 2012 (Abrigo Institucional, Casa Lar, Casa Lar em Aldeia, Casa de Passagem, Repúblca, Residência Inclusiva, etc.).

O Censo SUAS 2013 possui questionários específicos para os seguintes tipos de instituições:

- Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
- Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);
- Conselhos Estaduais de Assistência Social (Ceas);
- Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF);
- Gestão Estadual;
- Gestão Municipal;
- Unidades de Acolhimento;
- Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centros POP).

COMO É ESTRUTURADO O CENSO SUAS?

Os questionários são organizados em blocos temáticos abrangendo as características da gestão e do controle social, da estrutura física, dos serviços ofertados, dos públicos atendidos e dos recursos humanos. O processo é aberto e produz indicadores para comparar a evolução dos resultados ao longo do tempo. O questionário é mutável: a cada ano, parte dos quesitos/perguntas é substituída, acompanhando a evolução das políticas e dos serviços. O Censo SUAS 2013 é composto pelos questionários, a saber:

- **Questionário do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):** identificação, estrutura física, caracterização dos serviços ofertados, gestão do território, articulação; recursos humanos;
- **Questionário do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS):** identificação, estrutura física, caracterização dos serviços ofertados, gestão, articulação; recursos humanos;
- **Questionários dos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social e Conselho de Assistência Social do Distrito federal (CAS/DF):** identificação; lei de criação, regimento interno e legislações; orçamento e infraestrutura; secretaria-executiva; dinâmica de funcionamento; conferências de assistência social; composição do conselho; conselheiros;
- **Questionário da Gestão Estadual***: identificação; estrutura administrativa; gestão SUAS; regionalização; serviços socioassistenciais; benefícios socioassistenciais; gestão financeira; gestão do trabalho; apoio técnico e financeiro aos municípios; monitoramento, avaliação e vigilância social; apoio ao exercício da participação e do controle social;
- **Questionário da Gestão Municipal:** identificação; estrutura administrativa; gestão do SUAS; gestão financeira; gestão do trabalho; gestão de serviços, programas e projetos; gestão de benefícios; vigilância socioassistencial; ações de inclusão produtiva; responsável pelo preenchimento;
- **Questionário da Rede Socioassistencial Privada***: identificação, caracterização; funcionamento; caracterização dos serviços/atividades ofertados pela entidade, público-alvo/situações atendidas; recursos humanos e financiamento da entidade e parcerias com órgãos públicos;
- **Questionário da Unidade de Acolhimento:** identificação; caracterização da unidade; estrutura física e área de localização; recursos humanos;
- **Questionário do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centros POP):** identificação; estrutura física, serviços ofertados; gestão; articulação; recursos humanos.

* Informações relativas ao questionário do Censo Suas 2012.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DADOS SOBRE IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COLETADOS NO CENSO SUAS?

- **Dados de localização:** urbano central; urbano periférico; rural; itinerante (embarcação);
- **Tipo de unidade:** municipal; regional;
- Capacidade de referenciamento da unidade em número de famílias;
- **Fonte(s) de financiamento:** recursos municipais; recursos estaduais; recursos federais (MDS); recursos federais de outros órgãos (SDH, SPM, entre outros); outros recursos;
- **Horário de funcionamento.**

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DADOS SOBRE A ESTRUTURA FÍSICA DOS EQUIPAMENTOS COLETADOS NO CENSO SUAS?

- **Situação do imóvel onde se localiza o equipamento:** próprio da prefeitura municipal; alugado pela prefeitura municipal; cedido para a prefeitura municipal; outro;
- **Compartilhamento do imóvel** com outra unidade de governo ou de atendimento e, em caso positivo, especificação dos espaços compartilhados com outra unidade;
- **Características do espaço físico:** quantidade e capacidade das salas; sala da coordenação, equipe técnica ou administração; banheiros; demais ambientes;
- **Condições de acessibilidade** para pessoas com deficiência e pessoas idosas;
- **Disponibilidade de equipamentos e materiais**, em perfeito funcionamento, para o desenvolvimento: telefone uso exclusivo; telefone uso compartilhado; fax; impressora; máquina copiadora; televisão (TV), etc.
- **Quantidade de computadores**, em perfeito funcionamento, para funcionamento da unidade; para usuários do CRAS; com acesso à *internet*;
- **Existência de placa de identificação.**

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DADOS SOBRE SERVIÇOS OFERTADOS PELOS EQUIPAMENTOS COLETADOS NO CENSO SUAS?

- **Quantificação e caracterização das atividades desenvolvidas**, bem como volume de famílias atendidas ou de atendimento coletivo/individualizado no âmbito do:
 - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no caso dos CRAS;
 - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e da atividade de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), no caso dos CREAS;
- **Perfil de famílias em acompanhamento:** famílias em situação de extrema pobreza; famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades; famílias com membros beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC); famílias com crianças/adolescentes no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); famílias com adolescentes no Projovem Adolescente;
 - **Quantificação das famílias encaminhadas para outras políticas;**
 - **Características dos serviços** para crianças de até 6 anos de idade; para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade; para jovens adolescentes de 15 a 17 anos de idade; e para idosos;
 - **Identificação e volume de pessoas atendidas pelo Paefi** segundo situação de: violência física; violência psicológica; abuso sexual; exploração sexual; negligência ou abandono; tráfico de pessoas; trabalho infantil; situação de rua; discriminação em decorrência da orientação sexual ou da raça/etnia; famílias com crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e/ou idosos afastados do convívio familiar; famílias com descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do Peti em decorrência de violação de direitos; famílias com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DADOS SOBRE GESTÃO DO TERRITÓRIO DOS EQUIPAMENTOS COLETADOS NO CENSO SUAS?

- **Território de abrangência da unidade:** o município inteiro; apenas algum(ns) bairro(s) ou comunidade(s) dentro do município;

- **Acesso a sistemas informatizados do Governo Federal:** CadÚnico; Sicon, Sibec, BPC na Escola; Sispeti; Sisjovem; Carteira do Idoso;
- **Existência de equipe técnica adicional específica para deslocamento,** visando ao atendimento à população em territórios extensos e áreas isoladas;
- **Existência do mapa de seu território de abrangência, bem como de documento com o diagnóstico do seu território de abrangência** e informações como: quantidade de famílias no território; quantidade de famílias vulneráveis; perfil etário da população; perfil socioeconômico da população; mapeamento da rede socioassistencial pública; mapeamento da rede socioassistencial privada; mapeamento de unidades de outras políticas públicas; associações comunitárias; lideranças comunitárias; condições habitacionais (habitações precárias, deficiência de acesso à água tratada, deficiência de coleta de resíduos sólidos (lixo), esgotamento sanitário);
- **Formas pelas quais os usuários acessam os serviços da unidade:** por procura espontânea; por busca ativa; por encaminhamento da rede socioassistencial; por encaminhamento das demais políticas públicas e/ou sistema de garantia de direito;
- **Situações de vulnerabilidade e risco mais frequentemente identificadas no território de abrangência da unidade:** situações de negligência em relação a idosos/crianças/adolescentes/pessoas com deficiência; violência contra mulheres/homens/crianças/idosos/outros; crianças e adolescentes fora da escola/em situação de trabalho infantil; indivíduos sem documentação civil; famílias em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família; famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda; famílias em situação de insegurança alimentar; demandas de provisão material (exceto alimentos); exploração ou abuso sexual de crianças e adolescentes; usuários de drogas; pessoas em situação de rua; famílias em serviço de acolhimento institucional.
- **Principais origens de encaminhamento das famílias/indivíduos:** Poder Judiciário; Ministério Público; Conselho Tutelar; Delegacia; CRAS; Peti; Abordagem Social/Busca Ativa; serviços de acolhimento (abrigos e outros); outros serviços da rede socioassistencial; serviços da rede de saúde; serviços da rede das demais políticas públicas; demanda espontânea da família e/ou do indivíduo;
- **Atendimento a povos e comunidades tradicionais;**
- **Listagens disponíveis na unidade:** beneficiários do Programa Bolsa Família; famílias em descumprimento das condicionalidades de educação/saúde no Programa Bolsa Família; famílias inscritas no Cadastro Único de programas sociais do Governo Federal do seu território de atuação; idosos beneficiários do BPC/Idoso; pessoas com deficiência beneficiárias do BPC/Pessoas com Deficiência; beneficiários do Peti.

QUAIS OS PRINCIPAIS DADOS SOBRE ARTICULAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL COLETADOS NO CENSO SUAS?

No âmbito dos CRAS, articulação da unidade com os outros serviços, programas ou instituições existentes no município: unidades públicas da rede de proteção social básica; unidades conveniadas da rede de proteção social básica; unidades da rede de proteção social especial; serviços de saúde; serviços de educação; órgãos/serviços relacionados a trabalho e emprego; órgãos responsáveis pela aquisição de documentação civil básica; serviços ou programas de segurança alimentar; serviços ou programas de segurança pública; entre outros.

Já no âmbito dos CREAS, articulação da unidade com outros serviços, programas ou instituições existentes no município: serviços de acolhimento (abrigos e outros); centro de referência especializado para população em situação de rua; CRAS; Peti; demais serviços da rede socioassistencial; Centro Dia para pessoas com deficiência; serviços de saúde mental (CAPSi, CAPSad, ambulatórios, etc.); demais serviços da rede de saúde; serviços de educação; serviços de outras políticas públicas; órgãos responsáveis pela aquisição de documentação civil básica; serviços/programas de segurança alimentar; Poder Judiciário; Ministério Público; Defensoria Pública; Delegacias/Delegacias Especializadas; ONGs que atuam com defesa de direitos; ONGs que realizam projetos sociais; instituições de ensino e pesquisa; unidades/serviços de outros municípios; Conselho Tutelar.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DADOS SOBRE RECURSOS HUMANOS DOS EQUIPAMENTOS COLETADOS NO CENSO SUAS?

O Censo SUAS coleta os seguintes dados acerca dos recursos humanos das instituições: sexo, escolaridade, profissão, vínculo, função e carga horária de cada membro da equipe da unidade.



Gestor e gestora!
Aprenderemos a acessar os dados do Censo Suas por estado e por município na Aula 7, por meio das ferramentas "Boletim Suas no seu Município, Data Social e IDV".

COMO O CENSO SUAS PODE AUXILIAR NA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL?

O Censo SUAS reúne um conjunto de informações importantes para o gestor municipal referentes à capacidade de oferta de serviços socioassistenciais nos municípios e a articulação da rede socioassistencial.

Auxilia, portanto, na segunda etapa da elaboração do diagnóstico (Aula 3).

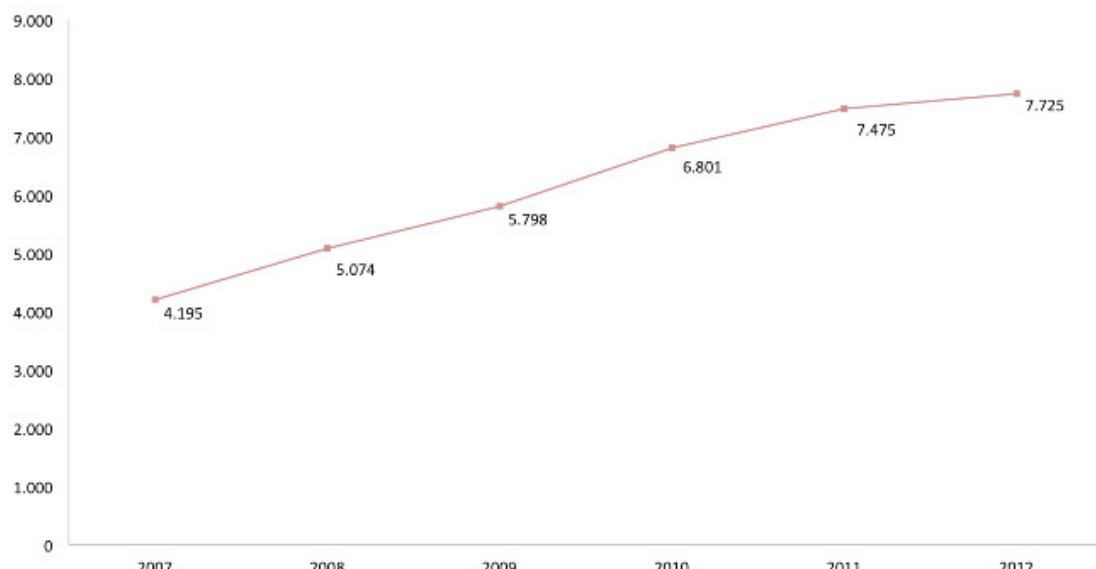
Os dados sobre o volume de atendimentos em cada equipamento de assistência social servem como um primeiro termômetro para medir o volume da demanda de serviços sociais (da assistência social e de outros programas do BSM) nos territórios. Afinal, a existência de pessoas que procuram o serviço é um indicador bem claro de que existe uma população vulnerável na área. Ainda assim, ele não é suficiente para quantificar o volume real da demanda. Pode acontecer de a demanda ser maior do que a capacidade de atendimento da unidade; de a unidade ter baixa procura por não operar os programas mais adequados àquela região; ou simplesmente estar mal localizada. A verdade só é descoberta após cruzar os indicadores de vulnerabilidade social com o mapa dos centros de referência (regulares ou especiais) de assistência social, de forma a apontar quais as vulnerabilidades de cada território e onde estão localizados os serviços para saná-las.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS RESULTADOS DO CENSO SUAS 2012 RELATIVOS AOS CRAS?

No ano de 2012, o Censo SUAS identificou 7.725 CRAS em 5.323 municípios brasileiros. Esse número vem aumentando desde as primeiras medições, em 2007, ainda que o ritmo de novas implantações tenha diminuído entre os anos de 2011 e 2012.

No entanto, existem ainda 247 municípios onde não foi identificada a presença de CRAS.

Figura 1 – Evolução do quantitativo de CRAS no período de 2007 a 2012



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012.

Do universo total de CRAS, cerca de 96% das unidades estão localizadas em áreas urbanas. Apenas 314 CRAS estão em zonas rurais, embora 805 das unidades urbanas abranjam também bairros localizados em Zona Rural. Desses, 92% estão localizados em municípios com até 100 mil habitantes. 66% das unidades desenvolvem ações de deslocamento da equipe para atendimento e oferta de serviço em localidades distantes.

Apesar de grande parte das unidades ofertarem serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, na maior parte delas a média de participação dos usuários não passa de 4 horas por semana. Somente o serviço de convivência para crianças e adolescentes de 15 a 17 anos apresenta um volume elevado (45,8%) de unidades em que os usuários participam dos grupos de convivência por mais de 8 horas semanais.

A Tabela 1 traz dados relativos ao atendimento no mês de agosto de 2012.

Tabela 1 – Média por unidade de famílias acompanhadas pelo Paif e total de atendimentos realizados nos CRAS em agosto de 2012, por porte do município

Porte	Famílias em acompanhamento pelo PAIF no mês de agosto de 2012		Atendimentos individualizados realizados no mês de agosto de 2012		
	Média por unidade	Quantidade de CRAS	Média por unidade	Soma	Quantidade de CRAS
Pequeno I	197,1	3.564	111,5	429.544	3.851
Pequeno II	255,8	1.256	158,3	215.014	1.358
Médio	302,5	695	191,1	136.445	714
Grande	293,0	1.380	291,0	406.519	1.397
Metrópole	315,6	388	736,1	284.140	386
Total	241,8	7.283	191,0	1.471.662	7.706

Fonte: Brasil, MDS (2013).

Os dados do Censo SUAS 2012 ainda mostram que, apesar de ser uma importante ferramenta, 44,7% (3.453) dos CRAS não possuem documento com diagnóstico do seu território de abrangência.

Inclusive, 32,9% (2.495) dos CRAS não souberam informar quantas famílias em situação de vulnerabilidade residem no seu território de abrangência.

Mesmo sem essas informações, estima-se que haja em média 2.073,7 famílias em situação de vulnerabilidade residindo nas áreas de abrangência de cada CRAS, embora esse número varie bastante dependendo da região e do porte do município. Os CRAS localizados nas Metrópoles, por exemplo, apresentam em seu território de abrangência uma média de 9.169 famílias em situação de vulnerabilidade; já as unidades localizadas em municípios de Pequeno Porte I abrangem uma média de 832 famílias cada.

O Censo SUAS 2012 buscou identificar também as formas pelas quais os usuários acessam os serviços dos CRAS. Em média, 51,5% acessam a unidade por procura espontânea e apenas 22% são levados aos CRAS via Busca Ativa. Em relação aos Recursos Humanos, a rede de CRAS contava em 2012 com 68.275 profissionais, sendo as equipes formadas por, em média, 8,8 trabalhadores. Des-

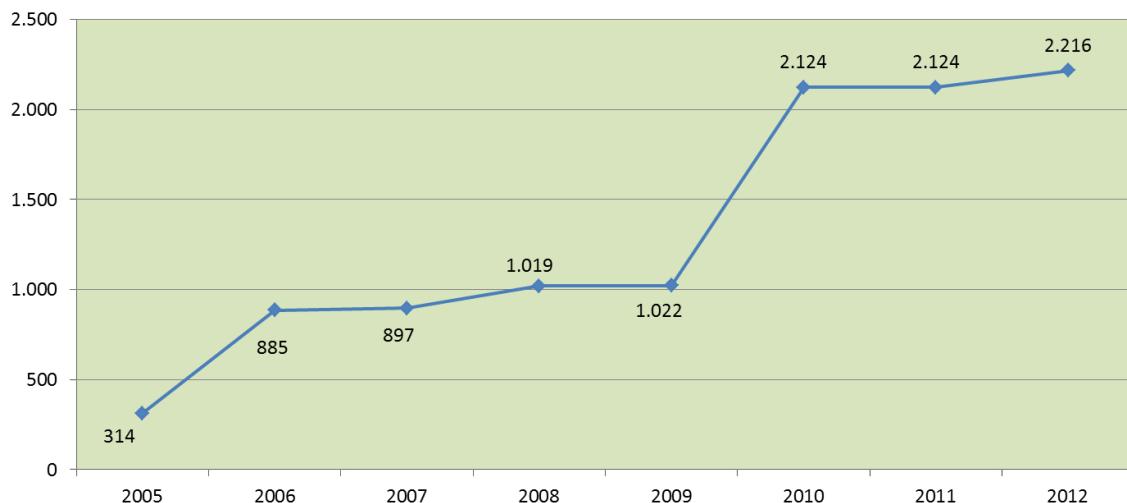
tes, 49,3% dos trabalhadores possuem nível superior, 38,2% possuem nível médio e apenas 12,5% possuem nível fundamental.

Observando-se a distribuição por porte do município, nota-se que a força de trabalho dos CRAS está concentrada nos Municípios de Pequeno Porte (56,4%). Os Municípios de Grande Porte abarcam 23,8% do total de trabalhadores. A análise dos dez estágios do Índice de Desenvolvimento dos CRAS (IDCRAS) de 2012 mostrou uma redução no quantitativo de dimensões insuficientes, ou seja, houve um aumento do grau de desenvolvimento nos estágios 3 e 4. Outro aumento da graduação pode ser observado nos estágios de 7 a 9, com 45,8% dos CRAS com todas as dimensões no mínimo suficiente. O resultado do Censo 2012 corrobora a tendência do fortalecimento das articulações dos CRAS com o conselho tutelar, serviços de saúde, serviços de educação e coordenação municipal do Programa Bolsa Família. Os percentuais de articulação com esses serviços e instituições superam 80% e se manifestam em trocas de informação, encaminhamento de usuários para o CRAS, recebimento de usuários encaminhados pelo CRAS e disponibilização de dados da localização.

QUAIS OS PRINCIPAIS RESULTADOS DO CENSO SUAS 2012 RELATIVOS AOS CREAS?

O Censo SUAS 2012 registrou a existência de 2.167 CREAS, sendo 53 regionais (Figura 2). Em 35 dos CREAS regionais, a gestão técnica e administrativa é realizada pelo estado; em 15, pelo município-sede, e em 4 a gestão é compartilhada entre estado e município.

Figura 2 - Evolução da quantidade de CREAS/PAEFi cofinanciados pelo MDS



Fonte: MDS - Balanço da Implantação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil 2003 a 2013

70% dos CREAS atendem a todos os públicos listados e 3,3% deles são especializados no atendimento de apenas um tipo de público, enquanto 506 equipamentos (23,4% do total) atendem ao público de outro município.

A maior parte dos atendimentos em 2012 foi de crianças e adolescentes, com destaque para as situações de abuso sexual (95,4%), violência psicológica (94,8%) e negligência ou abandono (93,4%). Destaca-se também o atendimento aos idosos em situação de negligência ou abandono (88,1%), violência psicológica (85,9%) e violência física (80,9%). O Quadro 1 ilustra essa distribuição dos atendimentos segundo o perfil do usuário.

O Censo SUAS 2012 também registrou que 1.561 (72,0%) dos CREAS realizam o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), sendo que 1.404 realizam LA e 1.430 realizam PSC.

Quadro 1 – Quantidade e percentual das situações e ciclo de vida da população atendida pelo serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - Paefi

Situações atendidas pelo PAEFI		Crianças e adolescentes	Mulheres adultas	Homens adultos	Idosos	Não atende
Violência física	N. Abs.	1.984	1.849	663	1.754	61
	%	91,6%	85,3%	30,6%	80,9%	2,8%
Violência psicológica	N. Abs.	2.054	1.849	785	1.862	42
	%	94,8%	85,3%	36,2%	85,9%	1,9%
Abuso sexual	N. Abs.	2.068	1.055	353	723	81
	%	95,4%	48,7%	16,3%	33,4%	3,7%
Exploração sexual	N. Abs.	1.740	670	296	468	399
	%	80,3%	30,9%	13,7%	21,6%	18,4%
Negligência ou abandono	N. Abs.	2.024	0	0	1.910	62
	%	93,4%	0%	0%	88,1%	2,9%
Tráfico de pessoas	N. Abs.	420	312	239	247	1.713
	%	19,4%	14,4%	11,0%	11,4%	79,0%
Trabalho infantil	N. Abs.	1.711	456	-	-	-
	%	79,0%	21,0%	-	-	-
Situação de rua	N. Abs.	1.038	980	1.158	944	666
	%	47,9%	45,2%	53,4%	43,6%	30,7%
Discriminação em decorrência da orientação sexual	N. Abs.	1.002	704	781	478	935
	%	46,2%	32,5%	36,0%	22,1%	43,1%
Discriminação em decorrência da raça/etnia	N. Abs.	781	648	611	562	1.298
	%	36,0%	29,9%	28,2%	25,9%	59,9%

Fonte: Elaboração própria, com base em Jannuzzi (2012).

42,2% dos CREAS realizam o serviço de abordagem mesmo sem ter equipe exclusiva para isso, enquanto 19,2% possuem equipe exclusiva. Em 7,5% das unidades, o serviço de abordagem está referenciado ao CREAS, mas não é realizado por ele. Em 31,1% dos municípios não existe o serviço de abordagem. Houve um acréscimo positivo, embora ainda tímido, na quantidade de municípios que constroem o plano individual e/ou familiar de atendimento: em 2010 eram 67% das unidades; em 2011, 72%; e em 2012, 78%. A quantidade de municípios de Pequeno Porte que realiza o plano de atendimento ainda é menor que 80%.

O levantamento constatou ainda que apenas 74,4% dos CREAS afirmaram que pelo menos um de seus profissionais participou de capacitação no tema crack, álcool e outras drogas. Já as atividades menos citadas no Censo SUAS 2012 foram a abordagem de rua em parceria com equipes de saúde e as oficinas com ações preventivas.

Os dados referentes aos recursos humanos apontam que há 19.876 trabalhadores atuando nos CREAS e as equipes são compostas, em média, por nove trabalhadores. 62,9% dos trabalhadores dos CREAS possuem nível superior, 28,7% possuem nível médio e apenas 8,3% possuem nível fundamental. Do total de 2.167 CREAS, 89 (4,1%) não possuem assistente social, 135 (6,2%) não possuem psicólogo e 1.078 (49,7%) não possuem advogado. 16 CREAS declararam não possuir nem assistente social, nem advogado, nem psicólogo.

QUAIS OS PRINCIPAIS RESULTADOS DO CENSO SUAS 2012 RELATIVOS AOS CENTROS POP?

De acordo com o Censo SUAS 2012, existem no Brasil 105 Centros POP. 71,4% das unidades estão localizados em Municípios de Grande Porte e 25,7% em Metrópoles. Apenas 2,9% (3 unidades) estão localizados em Municípios de Médio Porte.

Dos 91,4% Centros POP que declararam assegurar o acesso à alimentação para os usuários, 69% oferecem alimentação no próprio Centro, 13% facilitam o acesso da população de rua ao Restaurante Popular e 19% utilizam outras estratégias.

Quanto às ações desenvolvidas pelos Centros, apenas 62% deles realizam atividades de mobilização e participação social. Também é bastante preocupante o fato de que apenas 60% das unidades desenvolvem ações de mobilização de família extensa ou ampliada.

O levantamento de 2012 registrou ainda que 83% das unidades realizam alguma atividade específica relativa ao uso de substâncias psicoativas, enquanto 75% dos Centros POP (79 unidades) realizam o Serviço Especializado em Abordagem Social.

78,1% dos Centros POP realizam o encaminhamento da população de rua para capacitação profissional/curso profissionalizante e 72,4% fazem o encaminhamento para programas de geração de trabalho e renda. 74% informaram possuir estimativa do número de pessoas em situação de rua em sua área de abrangência. Em 16,2% dos Centros há a cessão de espaço físico para a realização de cursos de capacitação profissional ofertados por outras instituições. A Figura 3 ilustra a evolução dessas iniciativas relacionadas a mercado de trabalho entre 2011 e 2012.

Figura 3 – Quantidade de Centros POP por ações/iniciativas em relação ao acesso ao mercado de trabalho (2011-2012)



Fonte: MDS, Censo Suas (2012).

Quanto às formas de acesso, o Censo SUAS verificou 47% dos usuários chegam até os Centros POP por procura espontânea, 24% acessam os serviços via Busca Ativa, 17% acessam por encaminhamento da rede socioassistencial e 11% acessam por encaminhamento das demais políticas públicas.

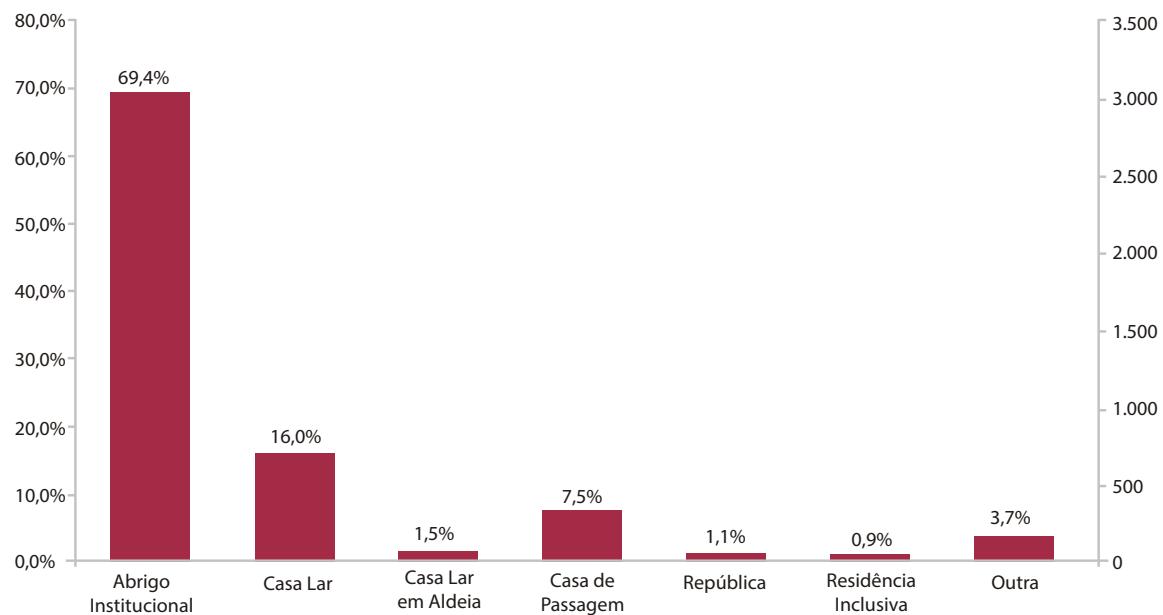
No que se refere a recursos humanos, há 1.636 trabalhadores atuando nos Centros POP e as equipes dessas unidades são compostas, em média, por 16 trabalhadores. 44,6% dos trabalhadores dos Centros POP possuem nível superior, 42,1% possuem nível médio e apenas 13,3% possuem nível fundamental.

No entanto, 20 equipamentos (19% das unidades) informaram que não possuem psicólogos na composição das suas equipes de referência.

QUAIS OS PRINCIPAIS RESULTADOS DO CENSO SUAS 2012 RELATIVOS ÀS UNIDADES DE ACOLHIMENTO

Em relação às unidades de acolhimento, o Censo SUAS 2012 coletou informações sobre 4.360 unidades no Brasil, divididas por tipos, de acordo com o público que atendem. Esses abrigos institucionais são voltados para crianças e adolescentes e pessoas idosas, enquanto as Casas de Passagem acolhem adultos e famílias. As residências inclusivas são voltadas para jovens e adultos com deficiência.

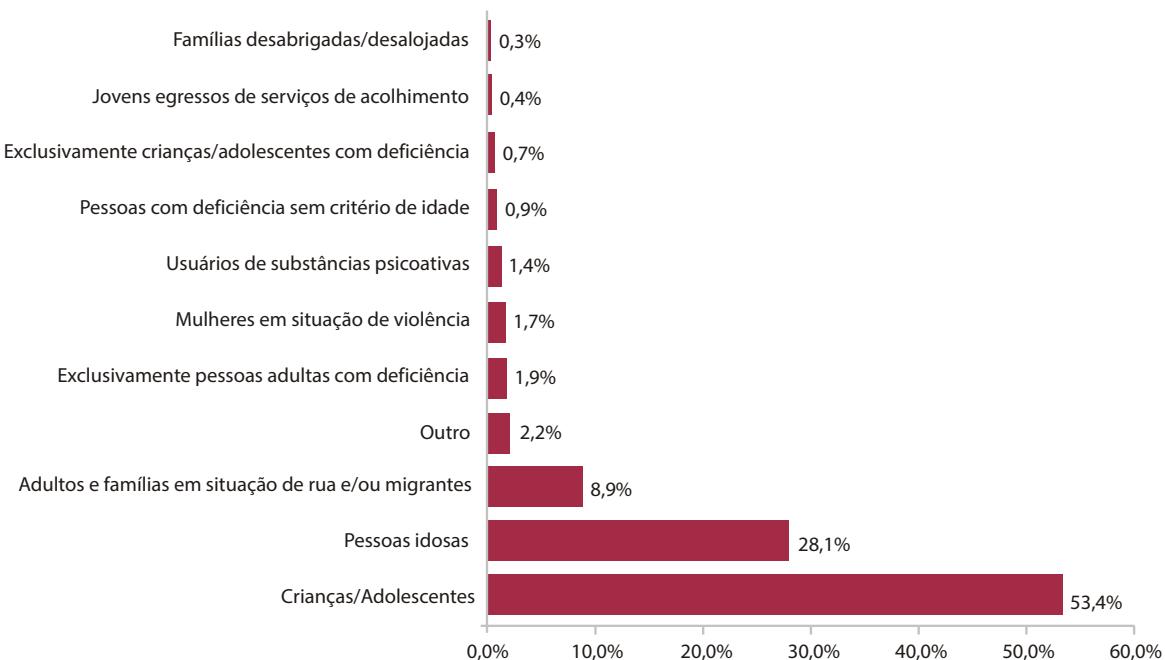
Figura 4 – Percentual de unidades de acolhimento por tipo de instituição (2012)



Fonte: MDS, Censo Suas (2012).

Do total de unidades, observam-se em maior número as destinadas às crianças e adolescentes (53,4%), seguidas de unidades destinadas ao acolhimento de pessoas idosas (28,1%) e de unidades destinadas ao acolhimento de adultos e famílias em situação de rua e/ou imigrantes (8,9%). Essas três unidades representam um universo de mais de 90% das unidades registradas. A Figura 5 ilustra essa distribuição.

Figura 5 - Percentual de Unidades de Acolhimento por público atendido (2012)



Fonte: MDS, Censo Suas (2012).

Apesar do maior percentual de unidades de acolhimento atender a crianças e adolescentes, é nas unidades para pessoas idosas que encontramos a maior quantidade de pessoas acolhidas (45.695). Mas a quantidade de crianças e adolescentes também é bastante expressiva, atingindo aproximadamente 35 mil pessoas.

De acordo com o levantamento, as unidades de acolhimento estão em grande parte concentradas na região Sudeste. A região Norte e, em seguida, a região Centro-Oeste registram o menor percentual de unidades existentes, o que levanta preocupação referente à cobertura dos serviços nessas regiões. Metrópoles e Municípios de Grande Porte detêm juntos 52% das unidades voltadas a crianças e adolescentes e 76,1% das unidades destinadas a adultos, famílias em situação de rua e/ou migrantes. As unidades de acolhimento para pessoas idosas possuem uma distribuição geográfica um pouco mais equilibrada entre os diversos portes de município quando comparadas com as demais.

A maior parte das unidades de acolhimento recenseadas ainda é de natureza não governamental. A rede não governamental responde por 90,2% das unidades de acolhimento para pessoas idosas e por 54,1% das unidades de acolhimento de crianças e adolescentes. 83,7% das unidades de natureza não governamental possuem convênio com o poder público. A isenção de taxas e tributos (33,8%), o fornecimento de gêneros alimentícios (24,0%) e a cessão de recursos humanos (20,4%) são outras formas de apoio mais frequentes, combinadas ou não com convênios.

O Censo SUAS também verificou que 80,9% das unidades de acolhimento para crianças e adolescentes operam dentro do limite estabelecido pelo documento “Orientações técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”, que sugere a lotação máxima de 20 crianças por estabelecimento. Contudo, é importante notar que os 19,1% de unidades fora do padrão (acolhendo mais de 20 crianças) concentram aproximadamente metade das crianças acolhidas no país (49,1%). Por sua vez ,segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, as unidades de acolhimento para pessoas idosas devem acolher no máximo 10 pessoas. Apenas 8,4% delas atendem a esse critério, e 33,7% das unidades acolhem mais de 40 pessoas idosas. Já nos serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua, verifica-se que 63,2% do público atendido encontram-se em unidades que acolhem mais de 60 pessoas, apesar da Tipificação estabelecer como limite máximo o atendimento de 50 pessoas por unidade.

Foram registrados 67.026 trabalhadores nas unidades de acolhimentos, independente do público. Do total, 46,1% trabalham em unidades de acolhimento para crianças e adolescentes. A média de trabalhadores nas unidades voltadas a pessoas idosas é maior do que nas demais, provavelmente devido às condições de dependência desse público. Resalta-se a grande quantidade de profissionais de nível médio trabalhando nessas unidades. 20,9% das unidades voltadas a crianças e adolescentes não possuem nem psicólogo, nem assistente social; 20,3% das unidades de adultos e famílias em situação de rua e/ou migrantes e 50% das unidades de pessoas idosas não possuem esses profissionais.



Censo SUAS 2012. **CRAS, CREAS, gestão municipal, gestão estadual, conselhos municipais, conselhos estaduais, unidades de acolhimento e Centros POP.** Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao_eletronica/muse/censo2012/>.

Censo SUAS 2012. **Manuais e questionários.** Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censo2012/auth/index.php>> (versão eletrônica)



Censo SUAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2011.** CRAS, CREAS, gestão municipal, gestão estadual, conselhos municipais, conselhos estaduais, rede privada e Centros POP. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao_eletronica/censo2011/>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CRAS, CREAS, gestão municipal, gestão estadual, conselhos municipais, conselhos estaduais, unidades de acolhimento e Centros POP.** Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/docs/censo/CensoSUAS_2012_final.pdf>.

Ficha Técnica

Censo do Sistema Único da Assistência Social (Censo Suas)

Responsável: MDS.

Definição: levantamento de informações sobre serviços, programas, projetos e unidades de assistência social. O não preenchimento do Censo pelo município produz sanções administrativas que podem levar ao bloqueio de recursos.

Objetivo: acompanhar a série histórica de evolução da implantação do Suas no país e diagnosticar o estágio de estruturação do sistema nos respectivos entes federados, com vistas a avaliar o cumprimento de metas e aprimorar as ações em andamento. Também objetiva apoiar a definição dos rumos da política, considerando os desafios de cada contexto e momento.

Periodicidade: anual.

População pesquisada: rede socioassistencial do Suas: CRAS, CREAS, Centros POP, Unidades de Acolhimento, gestão municipal, gestão estadual, Conselhos municipais, Conselhos estaduais, rede privada.

Metodologia: coleta de dados via questionários específicos, em formato de formulário eletrônico, preenchidos por gestores e responsáveis pelos CRAS, CREAS, Centros POP, Conselhos, Secretarias dos estados e municípios e rede privada.

Dados coletados: informações específicas sobre identificação, infraestrutura, serviços ofertados, gestão, recursos humanos, recursos financeiros, aspectos institucionais, entre outros, das entidades analisadas.



NESTA AULA VOCÊ APRENDEU QUE

- ✓ O MDS realiza anualmente o Censo Suas, um levantamento sobre a estrutura e a cobertura de assistência social do país.
- ✓ Os dados do Censo Suas informam sobre a oferta de serviços de assistência social nos municípios, sendo, portanto, fundamental à elaboração do diagnóstico socioterritorial municipal.
- ✓ Os dados do Censo SUAS 2012 registram avanços na rede socioassistencial brasileira, embora os desafios ainda sejam grandes, sobretudo no que se refere a recursos humanos e infraestrutura.

VIDEOTECÀ

VIDEO 1 - CENSO SUAS 2011

Descrição: Explicação do Coordenador Geral da Rede SUAS, Genilson Moreira, sobre como os gestores podem preencher as informações dos questionários do Censo SUAS de 2011. O preenchimento é feito pela internet.

Link: <http://www.youtube.com/watch?v=bDfcSJCK9zk>

VIDEO 2 - CENSO SUAS 2012 VAI MAPEAR SITUAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PAÍS

Descrição: Entrevista com a Coordenadora geral Substituta de Serviços e Vigilância Social do MDS, Cristina Marques, realizada pela TV NBR, acerca do Censo SUAS 2012. Neste ano, o Ministério lançou o questionário sobre unidades de acolhimento da rede pública e não-governamental.

Link: <http://www.youtube.com/watch?v=XS9F00fwSo>

VIDEO 3 - CENSO 2013 DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL É TEMA DE TELECONFERÊNCIA DO MDS

Descrição: MDS falando sobre o Censo SUAS 2013, que é um processo de monitoramento e coleta de dados relacionados ao Sistema. O Censo, também, representa uma ação para o monitoramento e o acompanhamento dos serviços executados no âmbito do Sistema. (Teleconferência MDS de 09/09/2013).

Link: <http://www.youtube.com/watch?v=ROASGb-nduk>

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2012 – Questionário CREAS**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2012 – Questionário CRAS**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2012**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2011**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2013**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/sagissl/censo2013/auth/index.php>>. Acesso em: 23 de set. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Censo SUAS como processo de aprimoramento e institucionalização da Política de Assistência Social no Brasil. In: ENAP. **Ações Premiadas no 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal 2011**. Brasília, DF: ENAP, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório Técnico de Vigilância Socioassistencial - Síntese dos resultados do Censo SUAS 2012**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Status Censo SUAS 2012**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/status_censo_2012/relatorio_status_censo_uf.php>. Acesso em: 23 set. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Status Censo SUAS 2011**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/status_censo/relatorio_status_censo_uf.php>. Acesso em: 23 set. 2013.

INSTRUMENTOS E FERRAMENTAS PARA DIAGNÓSTICO

aula
7

MÓDULO 3



Olá, gestor e gestora!

Nas aulas anteriores você aprendeu como operacionalizar os conceitos de risco e vulnerabilidade em indicadores sociais, bem como as principais fontes de dados existentes no Brasil. Falta pouco para você fazer o diagnóstico do seu município! Antes, você precisa entender como utilizar as ferramentas de gestão da informação. Essas ferramentas reúnem diversas fontes e bases de dados, possibilitando a coleta de dados, de informações e de indicadores, bem como os seus cruzamentos, tarefas essenciais para a realização do diagnóstico e posterior elaboração do plano municipal de superação da extrema pobreza e do Plano Municipal de Assistência Social.

Prontos? Então vamos lá!



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Nesta aula, você vai aprender:

- o que são sistemas públicos de informação e gestão da informação;
- qual a importância da informação;
- como conseguir dados para a elaboração do diagnóstico socioterritorial por meio do uso de ferramentas de gestão da informação;
- por que é necessário preencher adequadamente os formulários de pesquisa;
- quais são e que características têm as principais ferramentas de gestão da informação produzidas pela SAGI-MDS para apoiar o diagnóstico e o acompanhamento das políticas e programas do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria.

SUMÁRIO DA AULA 7

● O que são sistemas públicos de informação?	154
● Qual a importância da informação?	155
● Como o governo consegue essas informações?	154
● Como posso ter acesso a essas informações?	156
● Qual a importância de divulgar os dados municipais corretos para garantir o cofinanciamento?	156
● Quais ferramentas eu devo usar na construção do plano de assistência social do meu município?	156
● Os boletins são úteis, mas não me dão informações discriminadas por setores do município. Há alguma ferramenta que faça isso?	160
● E as demais ferramentas? Posso usá-las para a elaboração do Plano?	163
● Ficha técnica das ferramentas de gestão de informação usadas no diagnóstico municipal	
● 1. SUAS visor	162
● 2. Relatório de Informações Sociais - RI Social	164
● 3. Tabulador de Microdados – Tab Social	168
● 4. Data Social	171
● 5. Identificador de Domicílios em Vulnerabilidade - IDV	173
● 6. Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos - MOPS	175

O QUE SÃO SISTEMAS PÚBLICOS DE INFORMAÇÃO?

São, basicamente, sistemas que permitem à sociedade obter informações que o governo produz na gestão das políticas públicas, como gastos públicos, contratos, pagamentos, quantidade e valor de benefícios, serviços e resultados de SUAS ações. A partir da popularização da *internet* e da homologação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, que obriga os órgãos públicos a atender pedidos de informação de qualquer cidadão), muitos órgãos públicos passaram a contar com sites de transparéncia e com sistemas públicos de informação na *internet*. Neles, o cidadão pode buscar por dados e documentos sem a necessidade de pedidos formais, o que agiliza muito o processo.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) possui um amplo conjunto de dados sobre as políticas de assistência social e a extrema pobreza no Brasil. A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) organiza o acervo de dados do MDS e cria ferramentas informacionais para que técnicos, gestores e cidadãos possam filtrá-los e analisá-los. O trabalho de organização e disponibilização de informações feito pela SAGI é conhecido como gestão da informação.

As ferramentas desenvolvidas pela SAGI fazem parte do sistema público de informação em Políticas de Desenvolvimento Social e Comate à Fome, disponível em www.mds.gov.br/sagi.

QUAL A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO?

A informação é necessária para embasar decisões. Imagine-se num supermercado, com uma lista de compras na mão. Que informações você precisa para escolher quais marcas comprar? Se você simplesmente pegar o primeiro produto que achar, pode acabar insatisfeito. Então, é necessário estabelecer critérios. Qualidade é um ótimo critério: você precisa de um produto bom, que resolva a sua demanda. Preço também é um critério interessante, pois os produtos precisam caber no seu orçamento.

Vamos dizer que, depois de ponderar, você decidiu fazer as suas compras no supermercado baseadas nesses dois critérios: qualidade e preço. É hora, então, de reunir informações, pesquisando a qualidade com amigos que já usaram os produtos e consultando os preços nas prateleiras. Quanto mais informações você tiver, melhor será a sua escolha. Como consequência, você sairá do supermercado mais satisfeito do que se fizesse as compras às cegas.

Com a assistência social é a mesma coisa: o governo precisa de informações para justificar seus investimentos nos municípios. Mas, neste caso, é claro, as decisões a serem tomadas são muito mais complexas do que a escolha de produtos no supermercado. Para calcular o orçamento a ser dedicado para o Programa Bolsa Família (PBF) numa determinada cidade, por exemplo, é fundamental saber quantas famílias nela sobrevivem com renda abaixo do ponto de corte do programa. O mesmo vale para a definição da quantidade de CRAS e CREAS a serem instalados em cada município.

COMO O GOVERNO CONSEGUE ESSAS INFORMAÇÕES?

Por meio do Cadastro Único e de pesquisas, como o Censo IBGE, a PNAD, a Munic e o Censo SUAS. Os dados das pesquisas são reunidos pela SAGI, que os disponibiliza em mapas, relatórios, análises e boletins sobre a situação do SUAS e da pobreza em todos os municípios do Brasil.

O MDS depende da colaboração dos municípios para obter os dados do Cadastro Único (CadÚnico), do Censo SUAS e da Munic. As fichas das famílias registradas no CadÚnico são preenchidas junto aos gestores municipais. É deles também a função de responder ao questionário do Censo SUAS. Se os dados estiverem incorretos, haverá distorções entre como as ferramentas da SAGI representam o município e como ele é na realidade.

COMO POSSO TER ACESSO A ESSAS INFORMAÇÕES?

Todas as informações sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sobre o Plano Brasil sem Miséria (BSM) e sobre a extrema pobreza no Brasil podem ser acessadas por meio de ferramentas de gestão da informação disponíveis no site da SAGI. Os encarregados na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social devem usá-las para coletar dados que justifiquem o seu diagnóstico. Por exemplo: se o Plano Municipal diz que é preciso mais investimentos para o Bolsa Família, ele deve apresentar dados que comprovem a presença de famílias com baixa renda que seriam beneficiadas por esses investimentos.

QUAL A IMPORTÂNCIA DE DIVULGAR OS DADOS MUNICIPAIS CORRETOS PARA GARANTIR O COFINANCIAMENTO?

A apuração dos dados que servem de base para a construção do diagnóstico municipal depende da colaboração do município. É ele o responsável por preencher os questionários das pesquisas e fazer o cadastro das famílias em situação de pobreza no CadÚnico. Se o município decidir por maquiar os dados, de forma a fazer com que a situação social do município pareça melhor do que é na realidade, ele estará prejudicando a própria gestão, pois o Plano Municipal não representará as demandas sociais da população.

Os questionários das pesquisas não servem para fiscalização, mas sim para direcionar as políticas de assistência social. Com dados incorretos, o diagnóstico municipal será incorreto. O MDS enviará repasses para programas que não satisfazem as demandas sociais existentes e, como resultado, a gestão municipal fica fragilizada. Quem perde não são só as famílias em situação de pobreza, mas também o governo municipal. Agora, se o município se preocupar em colaborar com os estudos, o MDS poderá ajudá-lo a ofertar serviços que vão impactar positivamente a população.

QUAIS FERRAMENTAS EU DEVO USAR NA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MEU MUNICÍPIO?

Apesar do grande número de ferramentas, quase todo o diagnóstico socioterritorial pode ser feito a partir dos boletins *Diagnóstico Socioterritorial, Brasil Sem Miséria no seu Município* e *SUAS no seu Município*. Esses boletins são encontrados nos portais *RI – Relatórios de Informação, Brasil*.

Sem Miséria no seu Município ou no SUAS Visor, apresentados mais adiante. Os boletins apresentam as informações de forma descritiva, com textos explicativos acompanhados de gráficos. Todos os municípios têm seu próprio boletim.

O boletim *Diagnóstico Socioterritorial* é um informativo sobre as características sociais, demográficas e econômicas do município, que são interessantes para a elaboração do diagnóstico, mas que não são relativas à assistência social. Ele resume as informações levantadas por pesquisas demográficas, sobretudo, o Censo 2010.

Figura 1 - Portal SUAS Visor - Diagnóstico Socioterritorial

The screenshot shows the homepage of the SUAS Visor portal. At the top, there is a navigation bar with links for 'Notícias' (News), '01/02/2014 SAGI e SENARC acompanham Ministra Tereza Campello em evento do Banco', 'Página Inicial', and a search bar. Below the navigation, there is a sidebar with several buttons: 'BOLETINS DE INFORMAÇÃO', 'PAINEL DE MONITORAMENTO', 'OPORTUNIDADES E SERV PÚBLICOS', 'SELEÇÃO EQUIPAMENTO', 'DADOS GERAIS E REC. HUMANOS', 'DIAGNÓSTICO SOCIO TERRITORIAL' (which is highlighted with a blue border), and 'ESTRUTURA E SERVIÇOS'. To the right of the sidebar, there is a map of Brazil divided into regions: Norte (green), Nordeste (blue), Centro-Oeste (red), Sul (grey), and Sudeste (yellow). The map also shows state abbreviations like RR, AP, AM, PA, MA, CE, RN, PB, AL, SE, TO, PI, BA, DF, MT, GO, MS, MG, ES, SP, RJ, PR, SC, and RS. Below the map, there is a legend titled 'Regiões do Brasil' with the same color-coded categories and their corresponding abbreviations. The main content area of the page is currently empty, showing a placeholder message 'Escolha o Estado e depois o seu Município:'.

Fonte: BRASIL (SAGI-MDS), 2013.

atenção!

Informações presentes no boletim *Diagnóstico Socioterritorial*:

Aspectos demográficos - crescimento populacional, crescimento por faixa etária da população, taxa de urbanização do município.

Mercado de trabalho - crescimento do mercado de trabalho em comparação com a taxa de crescimento do estado, da microrregião e do Brasil.

Aspectos sociais – número absoluto de extremamente pobres, distribuição da pobreza entre as zonas urbana e rural, número de beneficiários dos principais programas do PBSM, indicadores municipais de educação, saúde e saneamento.

Aspectos da gestão municipal – receita orçamentária do município, principais despesas, recursos humanos.

O boletim *Brasil Sem Miséria no seu Município* traz informações sobre o CadÚnico e as ações do BSM no município. Ele está dividido em três partes, compreendendo os três eixos do plano (garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva). As informações vão além da assistência social e informam, por exemplo, os repasses para a construção de Unidades Básicas de Saúde e escolas e o registro de acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde para os beneficiários do PBF.

Figura 2 - Portal SUAS Visor - Boletim Brasil Sem Miséria no seu Município

The screenshot shows the SUAS Visor portal interface. On the left, there's a vertical sidebar with various menu items: Página Inicial, BOLETINS DE INFORMAÇÃO (which is highlighted with a blue border), PAINEL DE MONITORAMENTO, OPORTUNIDADES E SERV PÚBLICOS, SELEÇÃO EQUIPAMENTO, DADOS GERAIS E REC. HUMANOS, DIAGNÓSTICO SOCIO TERRITORIAL, and ESTRUTURA E SERVIÇOS. To the right, under the heading 'Escolha o item abaixo para visualizar os relatórios:', there is a list of reports: BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO, RI SÍNTSE DOS PROGRAMAS SOCIAIS, RI BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA, RI PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, RI PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, RI FUNDO, SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO PPA MUNICIPAL, EXTREMA POBREZA, MAPA DA POBREZA, and O SUAS no seu Município.

Fonte: BRASIL (SAGI-MDS), 2013.

atenção!

Informações presentes no boletim *Brasil Sem Miséria no seu Município*:

Números do CadÚnico no município – quantos são os cadastrados, quantos recebem o Bolsa Família, quantos ainda estão em situação de extrema pobreza.

Garantia de renda – informações referentes à execução do Programa Bolsa Família e benefícios ligados ao programa (como o Brasil Carinhoso).

Acesso a serviços – quantidade de equipamentos públicos de assistência social, saúde e educação e repasses do PBSM para essas três áreas.

Inclusão produtiva – número de vagas ofertadas pelo Pronatec e outros programas de inclusão produtiva.

O boletim *SUAS no seu Município* traz informações sobre a oferta de serviços de proteção básica e socioassistencial no município, como repasses, equipamentos e evolução dos programas ao longo dos anos.

Figura 3 - Portal SUAS Visor - Boletim SUAS no seu Município

The screenshot shows the SUAS Visor portal interface. On the left, there's a sidebar with links like 'ACARÁ (PARÁ)', 'Página Inicial', 'BOLETINS DE INFORMAÇÃO' (which is highlighted with a blue border), 'PAINEL DE MONITORAMENTO', 'OPORTUNIDADES E SERV PÚBLICOS', 'SELEÇÃO EQUIPAMENTO', 'DADOS GERAIS E REC. HUMANOS', 'DIAGNÓSTICO SOCIO TERRITORIAL', and 'ESTRUTURA E SERVIÇOS'. The main content area has a heading 'Escolha o item abaixo para visualizar os relatórios:' followed by a list of dropdown menu items: 'BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO', 'RI SÍNTese DOS PROGRAMAS SOCIAIS', 'RI BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA', 'RI PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA', 'RI PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL', 'RI FUNDO', 'SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO PPA MUNICIPAL', 'EXTREMA POBREZA', 'MAPA DA POBREZA', and 'O SUAS no seu Município' (which is also highlighted with a blue border). A small orange location pin icon is visible on the right side of the page.

Fonte: BRASIL (SAGI-MDS), 2013.

atenção!

Informações presentes no boletim SUAS no seu Município:

Texto explicativo sobre o que é o SUAS

Proteção social – dados sobre a proteção social básica e especial, como número de CRAS e CREAS, sua capacidade de atendimento e repasses para as ações desenvolvidas por esses centros de referência.

Transferência de renda – repasses, número de beneficiários e evolução dos programas de transferência de renda como o PBF e o BPC.

Apoio à gestão – índices de gestão descentralizada do PBF e do SUAS no município (IGD-PBF e IGD-SUAS, respectivamente). Os índices avaliam o desempenho da gestão do SUAS e do PBF e estabelecem transferências especiais de recursos ao município conforme o seu resultado.

Basicamente, os boletins relativos ao BSM e ao SUAS expõem a capacidade de atendimento socioassistencial do município e o número de beneficiários; o boletim de diagnóstico socioterritorial retrata o território onde essa população e esses programas estão inseridos.

É possível achar outros relatórios e boletins na ferramenta RI Social. Se você precisar de uma informação específica e não achá-la nos lugares sugeridos anteriormente, é provável que você a encontre em um dos demais relatórios, mas é recomendável começar a pesquisa pelos três boletins aqui apresentados.



Oficinas EAD SAGI

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS produziu um conjunto de tutoriais e de oficinas online de curta duração sobre o uso de suas ferramentas informacionais, objetivando proporcionar capacitação de qualidade a um maior número de técnicos e gestores de assistência social.

Os materiais instrucionais disponibilizados são voltados para o treinamento e a divulgação das ferramentas desenvolvidas pela SAGI por meio de uma abordagem de aprendizagem prática, valendo-se de exercícios, atividades de interação e colaboração.

As oficinas são abertas ao público geral que, após o cadastro, terá acesso aos conteúdos. Desta forma, cada um realiza os estudos no seu tempo e conclui de acordo com sua disponibilidade.

Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/oficinasead/>.

OS BOLETINS SÃO ÚTEIS, MAS NÃO ME DÃO INFORMAÇÕES DISCRIMINADAS POR SETORES DO MUNICÍPIO. HÁ ALGUMA FERRAMENTA QUE FAÇA ISSO?

A ferramenta **SUAS Visor** possui uma opção chamada “diagnóstico socioterritorial”, que exibe um mapa do município dividido por setores censitários, permitindo investigar as condições sociais de cada um deles. Na prática, é como olhar para microcidades dentro de um mesmo município, cada qual com seus problemas e carências. Selecionando uma determinada zona, você consegue informações como: número de domicílios particulares permanentes, população que vive com até 70 reais mensais *per capita*, número de crianças de 0 a 6 anos, entre outras. O mapa também mostra os equipamentos (CRAS e CREAS) e o alcance de seus atendimentos.

Isso não é tudo: a opção “Mostrar Cartograma” do “diagnóstico socioterritorial” permite escolher entre diversos temas (domicílios particulares, população com até 70 reais *per capita*, etc.) para gerar um cartograma que destaque as zonas com maior incidência da característica escolhida. Por exemplo, ao escolher a opção “Renda até 70 reais” no menu de cartogramas, os setores municipais com um grande número de pessoas com baixa renda se destacam, com uma cor mais escura que os outros. Quanto mais forte a cor, mais intensa é a ocorrência da característica. Desse modo é possível saber onde, dentro do município, está concentrada a população vulnerável e qual o tipo de vulnerabilidade que ela sofre.

E AS DEMAIS FERRAMENTAS? POSSO USÁ-LAS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO?

Outras ferramentas úteis para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social são o **MI Vetor**, o **Tab Social** e o **Data Social**. O funcionamento e utilidade dessas ferramentas podem ser encontrados na ficha técnica presente nesta aula. As demais ferramentas não possuem relação com a montagem do Plano ou então repetem as informações que você pode conseguir com as ferramentas citadas na ficha técnica desta aula.



TAPAJÓS, Luziele; RODRIGUES, Roberto Wagner da Silva (Org.). **Rede SUAS:** gestão e sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

FICHA TÉCNICA DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO USADAS NO DIAGNÓSTICO MUNICIPAL



SUAS Visor

Utilidade para os gestores: permite fácil acesso a quatro ferramentas: Boletins de Informação (parte do RI Social), Painel de Monitoramento, Mapa de Oportunidades e Serviços (MOPS) e Identificador de Domicílios Vulneráveis (IDV). Além disso, possui dados sobre os equipamentos do SUAS (CRAS, CREAS e Centros POP), como endereço e quadro funcional.

Níveis de desagregação das informações: estadual, municipal e submunicipal.

Quando usar: durante a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social; na busca de informações sobre uma zona censitária municipal específica; na determinação da capacidade de atendimento da rede socioassistencial; na definição de locais para novos equipamentos; na Busca Ativa; no monitoramento dos programas do BSM; e no atendimento ao público desempregado dos programas do BSM.

Recursos: textos, tabelas, mapas e cartogramas.

Fontes dos dados: Censo IBGE 2010, Pesquisa Produção Agropecuária Municipal (PAM IBGE), Pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM IBGE), Cade, Censo SUAS, Ideb, Data SUS, MUNIC, ESTADIC.

Acesso: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/suasag/index.php>.

Figura 4 – Portal SUAS Visor - Boletins de Informação

The screenshot shows the SUAS Visor portal interface. On the left, there's a vertical menu with several options: 'Página Inicial', 'BOLETINS DE INFORMAÇÃO' (which is highlighted with a red border), 'PAINEL DE MONITORAMENTO', 'OPORTUNIDADES E SERV PÚBLICOS', 'SELECCIONA EQUIPAMENTO', 'DADOS GERAIS E REC. HUMANOS', 'DIAGNÓSTICO SOCIO TERRITORIAL', and 'ESTRUTURA E SERVIÇOS'. At the top right, there's a news feed with the date '16/09/2013' and a link 'Dez Estudos Técnicos sistematizam processos e atividades de produção de...'. Below the news feed is a map of Brazil divided into regions: Norte (green), Nordeste (blue), Centro-Oeste (red), Sul (grey), and Sudeste (yellow). The states are labeled with their abbreviations: RR, AP, AM, PA, AC, RO, MT, TO, DF, BA, CE, RN, PE, AL, SE, PR, SC, SP, MG, ES, RJ, GO, MS.

Fonte: Brasil (SAGI-MDS), 2013.

Você pode acessar as diferentes opções do SUAS Visor no painel do lado esquerdo da tela.

1.1 Boletins de Informações: reúnem relatórios e boletins que servem de base para a construção do Plano Municipal de Assistência Social. Esses arquivos podem ser encontrados na ferramenta RI Social. Ao clicar na opção desejada, alguns documentos são baixados automaticamente no seu computador, por isso a operação pode demorar um pouco. Os relatórios e boletins mais úteis são:

a) Diagnóstico Socioterritorial: texto com a caracterização social e econômica do município. Composto por: Apresentação; Aspectos Demográficos (crescimento populacional por faixas etárias); Aspectos Econômicos (produção econômica por setores da economia); Assistência Social (pobreza, atendimento da rede de educação, distorção idade/série no Ensino Fundamental e Médio, atendimento da rede de saúde, mortalidade infantil, causas de morbidade e óbito, acesso a serviços de saneamento e água); e Mercado de trabalho (taxa de desemprego, posição das pessoas ocupadas).

b) Brasil Sem Miséria no seu Município: texto com informações sobre a oferta de serviços dos três eixos do BSM. Composto por: a extrema pobreza no seu município (número de famílias que permanecem extremamente pobres após receber o PBF); Cadastro Único e Busca Ativa (número de cadastrados e evolução desse número); garantia de renda (cobertura do Bolsa Família e acompanhamento das condicionalidades); acesso a serviços (tamanho da rede socioassistencial e repasses do BSM para a construção de Unidades Básicas de Saúde e escolas); e inclusão produtiva (número de vagas do Pronatec BSM no município).

c) SUAS no seu Município: texto com informações sobre a capacidade de atendimento socioassistencial do município. Composto por: O Sistema Único de Assistência Social (conceituação do SUAS e do que é assistência social); serviços socioassistenciais (repasses, número de beneficiários e crescimento dos programas de proteção básica e especial, benefícios e transferência de renda); apoio à gestão (Índices de Gestão Descentralizada do SUAS e do PBF, que podem render repasses ao município de acordo com o seu desempenho).

d) RI Síntese dos Programas Sociais: relatório em forma de tabela, com número de famílias cadastradas, gastos com programas sociais, número de beneficiários dos programas de transferência de renda, etc.

e) RI Proteção Social Básica: relatório que apresenta o valor dos repasses para o sistema de proteção social básica (CRAS).

f) RI Proteção Social Especial: relatório que apresenta o valor dos repasses para o sistema de proteção social especial (CREAS).

g) Extrema Pobreza: boletim que expõe como ocorre a distribuição da extrema pobreza entre a população, segundo critérios de idade, sexo, cor, grau de educação, condições de moradia e saneamento e existência de deficiência física ou mental.

1.2 Painel de Monitoramento: painel utilizado no monitoramento dos programas do PBSM. O monitoramento será o tema do próximo curso.

1.3 Oportunidades e Serviços Públicos: texto que traz duas opções: uma lista de ofertas de serviços públicos de assistência social, educação, saúde, combate às drogas, trabalho e emprego e distribuição de energia elétrica; e informações sobre oportunidades de trabalho e cursos de capacitação. Funciona de forma idêntica à ferramenta MOPS.

1.4 Seleciona Equipamento: lista com o nome de todos os equipamentos do SUAS no município. As opções Dados Gerais e Recursos Humanos, Diagnóstico Socioterritorial e Estrutura e Serviços requerem que você selecione um equipamento dessa lista para exibir as informações.

1.5 Dados Gerais e Recursos Humanos: exibe um formulário com o endereço, dados cadastrais e equipe técnica do equipamento selecionado na opção anterior.

1.6 Diagnóstico Socioterritorial: mapa do município com seus equipamentos, dividido por zonas censitárias. Seu funcionamento é igual ao da ferramenta IDV. Ao clicar nas zonas censitárias, você acessa números relativos às condições de vida da população daquele setor, como, por exemplo, quantos deles residem em domicílio fixo, quantos possuem renda abaixo dos 70 reais mensais, etc. É possível clicar nos equipamentos para acessar informações sobre eles. No canto superior direito do mapa, há a opção Mostrar Cartograma, que dá acesso a opções de cartogramas temáticos. Nos cartogramas, as zonas com maior incidência da característica escondida estão destacadas em vermelho. Por exemplo: no cartograma Analfabetos, os setores com uma cor vermelha mais forte têm maior número de analfabetos que os outros.

1.7 Estrutura e Serviços: texto com informações sobre a infraestrutura e

os serviços ofertados pelo equipamento selecionado na opção “Seleciona Equipamento”. Também contém o IDCRAIS, indicador usado para medir o grau de desenvolvimento dos CRAS, ou seja, se ele é bem-sucedido em quatro dimensões: atividades realizadas, horário de funcionamento, estrutura física e recursos humanos disponíveis no equipamento público.



Relatório de Informações Sociais - RI Social

Utilidades para os gestores: o RI Social é um conjunto de relatórios e boletins com as características demográficas e socioeconômicas dos municípios e estados, além de informações sobre os serviços e ações de assistência social desenvolvidos nessas localidades. O gestor obtém, de maneira rápida, dados já sistematizados sobre a realidade em que atua e a capacidade de atendimento socioassistencial sob sua responsabilidade.

As informações estão divididas entre relatórios e boletins. Os relatórios são compostos por tabelas de dados e permitem que o gestor encontre as principais informações sobre a assistência social no seu município de forma rápida e prática. Já os boletins são análises descritivas, nas quais as informações estão dispostas sob a forma de textos, gráficos e tabelas.

Níveis de desagregação das informações: nacional, estadual e municipal.

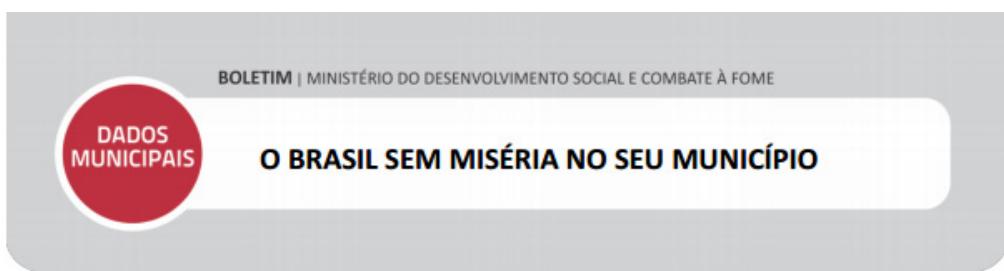
Quando usar: em todas as fases do diagnóstico municipal, especialmente: na caracterização social, econômica e demográfica da localidade; na projeção de demandas por serviços de assistência social; no mapeamento da atual capacidade de atendimento socioassistencial.

Recursos: textos, tabelas, gráficos e mapas.

Fontes dos dados: Censo IBGE 2010, Munic IBGE 2009, Censo SUAS, Cadastro Único, Rais.

Acesso: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>.

Figura 5 – Relatório Brasil Sem Miséria da cidade de Ouro Preto (MG).



Município: OURO PRETO / MG

O Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado em junho de 2011 com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que, a despeito dos avanços sociais e econômicos do país nos últimos anos, continuavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 70 por pessoa.

Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem 22 ministérios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordena o Brasil Sem Miséria. Todos os estados brasileiros aderiram ao Plano.

Mas, para que o Brasil Sem Miséria funcione de verdade, é fundamental que haja forte envolvimento dos municípios. Um dos motivos para a centralidade dos municípios é o Cadastro Único, porta de entrada para o Brasil Sem Miséria. Afinal, o responsável pelo registro das famílias no Cadastro é o poder público municipal, que também tem papel de destaque no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da extrema pobreza.

2.1 Relatórios de Informação

Os relatórios tratam das seguintes temáticas: Programas e Ações do MDS, Pesquisa de Ações Básicas 2009 IBGE, Bolsa Família e Cadastro Único, Segurança Alimentar e Nutricional, Benefício de Prestação Continuada, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, e Inclusão Produtiva.

a) RI de Programas e Ações do MDS

- Tamanho da população total e em situação de extrema pobreza;
- Número total de equipamentos da Assistência Social (CRAS, CREAS, Centros POP);
- Número de equipamentos com financiamento próprio e cofinanciados pelo MDS;
- Número de unidades conveniadas que integram a rede socioassistencial do município;
- Índice de Gestão Descentralizada SUAS;
- Detalhes sobre os programas ou ações de proteção básica e especial desenvolvidas pelo município (número de beneficiários, público-alvo, repasse mensal de verbas, repasse acumulado de verbas).

b) RI Pesquisa de Informações Básicas 2009 IBGE

- Informações coletadas na pesquisa Munic realizada em 2009 pelo IBGE;
- Recursos humanos na área da assistência social: número de funcionários estatutários, celetistas e comissionados, nível de qualificação e área de formação dos trabalhadores;
- Conselhos: existência de conselho de assistência social, ano de criação do conselho, existência de conselho gestor do Programa Bolsa Família;
- Existência de legislação, instrumentos de gestão na área e de Plano Municipal de Assistência Social;
- Público atingido e tipos de serviços socioassistenciais existentes.

c) RI de Bolsa Família e Cadastro Único

- Número de famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único, separadas por faixas de renda;
- Estimativa do número total de famílias que têm perfil para estarem no Cadastro Único e para serem beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Quantidade de famílias beneficiárias do Bolsa Família, valor total repassado mensalmente às famílias, números de benefícios básicos e variáveis;
- Número de famílias pertencentes a grupos tradicionais ou especiais cadastradas no Cadastro Único e beneficiárias do Bolsa Família (quilombolas, indígenas, em situação de rua, ribeirinhas, de pescadores artesanais, de catadores de materiais recicláveis, entre outras);
- Número de beneficiários que cumprem ou não as condicionalidades de saúde e de educação do Bolsa Família, número de repercussões por descumprimento (advertências, bloqueios, suspensões e cancelamentos).

d) RI de Segurança Alimentar e Nutricional

- Percentual de população urbana e rural em situação de extrema pobreza;
- Número de toneladas produzidas de trigo, café, arroz, feijão e milho;
- Tipos de abastecimento de água em escolas de educação básica;
- Informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos: número de agricultores inseridos, número de entidades beneficiadas e número total de atendimentos;
- Informações sobre políticas relacionadas ao acesso à alimentação adequada: número de cisternas, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e unidades de apoio à agricultura familiar.

e) RI de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV)

- Número de idosos e pessoas com deficiências que recebem BPC e RMV;

- Valor repassado mensalmente aos beneficiários de cada um desses grupos;
- Gráficos e mapas de evolução do número de beneficiários e do valor total de benefícios desde 2004.

f) RI de Proteção Básica

- Informações sobre os CRAS do município: número de CRAS, repasse anual de verba, capacidade de atendimento, número de famílias referenciadas;
- Informações sobre o Projovem Adolescente, Equipes Volantes e Serviços de Convivência e Domicílio: número de equipes, capacidade de atendimento, valor do repasse anual, saldo em conta.

g) RI de Proteção Social Especial

- Informação sobre CREAS: número de CREAS, capacidade de atendimento e repasse de verbas para Paief/Abordagem Social e Medidas Socioeducativas;
- Informações sobre Centros POP: número de Centros POP, repasse mensal, previsão de repasse anual e situação de pagamento para serviço especializado em pessoas em situação de rua;
- Capacidade de atendimento, valor de repasse mensal, valor da previsão de repasse anual, situação de pagamento para Peti, acolhimento de criança/adolescente e idoso e acolhimento de pessoas em situação de rua.

h) RI de Inclusão Produtiva

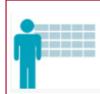
- Produto Interno Bruto (PIB), receitas próprias, receita do Fundo de Participação dos Municípios, transferências federais para os cidadãos (BPC, Bolsa Família, aposentadorias e pensões);
- Número de vínculos formais de trabalho por setor econômico, por tamanho de estabelecimento, por faixa etária e por tempo de permanência no emprego;
- Obras inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida; projetos de creches, pré-escolas, unidades básicas de saúde e unidades de pronto atendimento.

2.2 Boletins de Informações

Os Boletins abordam uma ou mais dimensões da realidade municipal ou das políticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os principais boletins são:

- **Panorama municipal segundo o Censo 2010:** informações gerais sobre o município (demografia, perfil social da população, atividades econômicas, mercado de trabalho, finanças públicas);
- **A extrema pobreza segundo o Censo 2010:** caracterização da população em situação de extrema pobreza na localidade (distribuição de faixa etária, gênero, cor ou raça, número de pessoas com deficiência, nível educacional, condições de moradia);

- **Mercado de trabalho segundo o Censo 2010:** dados sobre a população com ocupação no município (distribuição por tipo de ocupação, por rendimento mensal, por carga horária);
- **Dinâmicas de ocupações formais segundo a Rais:** sistematização das alterações no mercado de trabalho entre os anos de 2008 e 2011 (variações de vagas de trabalho reunidas por grupos e subgrupos ocupacionais);
- **Inclusão produtiva segundo o Censo SUAS:** informações sobre ações desenvolvidas no âmbito da assistência social voltadas para a qualificação profissional e para geração de trabalho e renda;
- **Brasil sem Miséria no seu Município:** dados sobre a implementação do Plano Brasil sem Miséria no Município (número de famílias cadastradas no Cadastro Único e beneficiárias do Bolsa Família, tamanho do aumento na cobertura cadastral a partir da Busca Ativa, panorama geral das alterações nas áreas de assistência social, saúde, educação e inclusão produtiva desde o início do Plano Brasil Sem Miséria até março de 2013);
- **Subsídios para elaboração do plano plurianual (PPA) municipal:** informações que colaboram na elaboração do PPA, tais como: demografia, produção econômica, produção agrícola, agricultura familiar, mercado de trabalho, pobreza e transferência de renda, assistência social, inclusão produtiva, educação, saúde, finanças públicas e recursos humanos.



Tabulador de Microdados – Tab Social

O Tab Social é um portal que abriga duas importantes ferramentas disponibilizadas pela SAGI: os Tabuladores de Informações do Censo SUAS (Tab SUAS) e do Cadastro Único (TABCAD).

a) Tabulador de Informações do Censo SUAS – Tab SUAS

Utilidades para os gestores: permite a sistematização dos dados coletados pelo Censo SUAS relacionados a serviços e gestão da assistência social. A ferramenta trabalha com bancos de dados que trazem informações sobre CRAS, CREAS, Conselhos municipais e estaduais e estrutura de gestão da assistência social em municípios e estados. O Tab SUAS possibilita que o gestor aprofunde a análise sobre as capacidades e deficiências da rede socioassistencial que administra.

Níveis de desagregação das informações: estadual, por área especial e municipal.

Quando usar: por permitir a escolha das variáveis que serão utilizadas para a produção das tabelas, o Tab SUAS dá maior autonomia a seu usuário. Portanto, essa ferramenta é ideal para que o gestor encontre informações sobre a rede socioassistencial que não estão nos Boletins e Relatórios de Informação Social.

Recursos: tabelas de cruzamento entre duas variáveis.

Fontes dos dados: Censo SUAS (2010, 2011, 2012).

Acesso: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=86

Figura 6 - Ilustração do Tab SUAS

Dados do CRAS - 2012

Seleção Geográfica:
 UF/Município Área Especial

MG - Minas Gerais
Ouro Preto MG

Área Especial:

Variável na linha: ---
Variável na coluna: ---

Gerar tabela apresentando:

Valor Absoluto | % Total | % por Linha | % por Coluna

Tabulação

1:Localização do CRAS:	2:Este CRAS é uma unidade com capacidade de atendimento para até:			
	1:2.500 famílias referenciadas	2:3.500 famílias referenciadas	3:5.000 famílias referenciadas	Total
1:Urbano Central	1	0	0	1
2:Urbano Periférico	1	0	1	2
3:Rural	1	0	1	2
4:Itinerante (Embarcação)	0	0	0	0
Total	3	0	2	5

Fonte: BRASIL (SAGI-MDS), 2013.

As principais informações encontradas no Tab SUAS sobre os CRAS e CREAS são as seguintes:

- Estruturas físicas (situação do imóvel, número de salas para atendimentos e demais ambientes, condições de acessibilidade, equipamentos e materiais disponíveis para os atendimentos);
- Caracterização dos serviços ofertados nos CRAS e CREAS (tipos de serviços, número de pessoas atendidas por serviço, perfil das pessoas atendidas);
- Capacidade de atendimento no território de abrangência de CRAS e CREAS (existência de equipe específica para deslocamento, existência de diagnóstico desse território);
- Recursos humanos empregados (quantidade, escolaridade, profissão e sexo dos trabalhadores dos CRAS e CREAS);
- Legislações e regimentos internos dos Conselhos de Assistência Social (instrumento de criação, ano de criação, características do regimento interno);

- Orçamento, estrutura física e de recursos humanos dos Conselhos (existência de previsão orçamentária de recursos exclusivos para o Conselho, características da localidade onde ocorrem as reuniões, existência de secretaria executiva);
- Dinâmica de funcionamento dos Conselhos (horário de funcionamento, frequência das reuniões, publicação das decisões do conselho em Diário Oficial, atividades de fiscalização do Conselho);
- Composição dos Conselhos e caracterização dos conselheiros;
- Gestão Estadual e Municipal;
- Estrutura administrativa (tipo de estrutura administrativa que é responsável pela Assistência Social, tipos de Conselhos que estão vinculados a essa estrutura, órgão responsável pelo controle social do Bolsa Família, órgão responsável por programas de segurança alimentar);
- Gestão do SUAS (existência de lei municipal que regulamenta a implementação do SUAS e de Plano Municipal de Assistência Social);
- Gestão financeira (características do Fundo Municipal de Assistência Social, fontes de financiamento, transferência de recursos para entidades conveniadas);
- Recursos humanos (número de trabalhadores, escolaridade carregos ou funções que ocupam, existência de programas de capacitação para os funcionários);
- Gestão de serviços, programas e projetos (tipos de atividades desenvolvidas, localidade dessas atividades, público-alvo das atividades, órgão responsável pela gestão do Bolsa Família, do Cadastro Único e de outros benefícios).

b) Tabulador de Informações do Cadastro Único – TABCAD

Utilidades para os gestores: possibilita a caracterização aprofundada do público cadastrado no CadÚnico e dos beneficiários do Bolsa Família. O TABCAD permite a construção de tabelas de frequência ou cruzamentos de variáveis capazes de complementar as informações contidas nos Relatórios e Boletins de Informação. Os dados podem ser agrupados por famílias ou pessoas cadastradas.

Níveis de desagregação das informações: estados e municípios.

Quando usar: quando for preciso caracterizar o público já cadastrado no CadÚnico e os beneficiários do Bolsa Família.

Recursos: tabelas de frequência e cruzamento de dados.

Fontes de dados: Cadastro Único.

Acesso: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/sobre_tabcad.php.

Figura 7 – Ilustração do TABCAD.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013).

As informações que podem ser encontradas no TABCAD são as seguintes:

- Faixa de renda familiar total e *per capita*;
- Condições de moradia das famílias (formas de coleta de lixo, abastecimento de água, escoamento sanitário, tipo de iluminação, material utilizado na construção da casa);
- Informações sobre pessoas que integram as famílias (raça ou cor, faixa etária, escolaridade, fontes de renda, ocupação profissional, número de pessoas com deficiência, recebimento de outros benefícios sociais).



Data Social

Utilidades para os gestores: é um portal que oferece uma forma simplificada de navegar pelos bancos de dados de seis temas diferentes: sociodemografia e economia, CadÚnico, segurança alimentar e nutricional, condicionalidades do Bolsa Família, emprego e SUAS. Desses, os mais interessantes para o diagnóstico municipal são os referentes à sociodemografia e economia (Data SED), ao CadÚnico (Data CAD) e ao SUAS (Data SUAS). Alguns dados, em especial os referentes aos recursos humanos dos municípios, são mais atualizados do que no RI Social. Pelo Data Social é possível acessar os boletins do RI Social, a publicação do Censo SUAS e os painéis de monitoramento da conjuntura e de programas sociais.

Níveis de desagregação da informação: municipal, mas alguns dados, em especial os do Data SED, só existem em nível estadual.

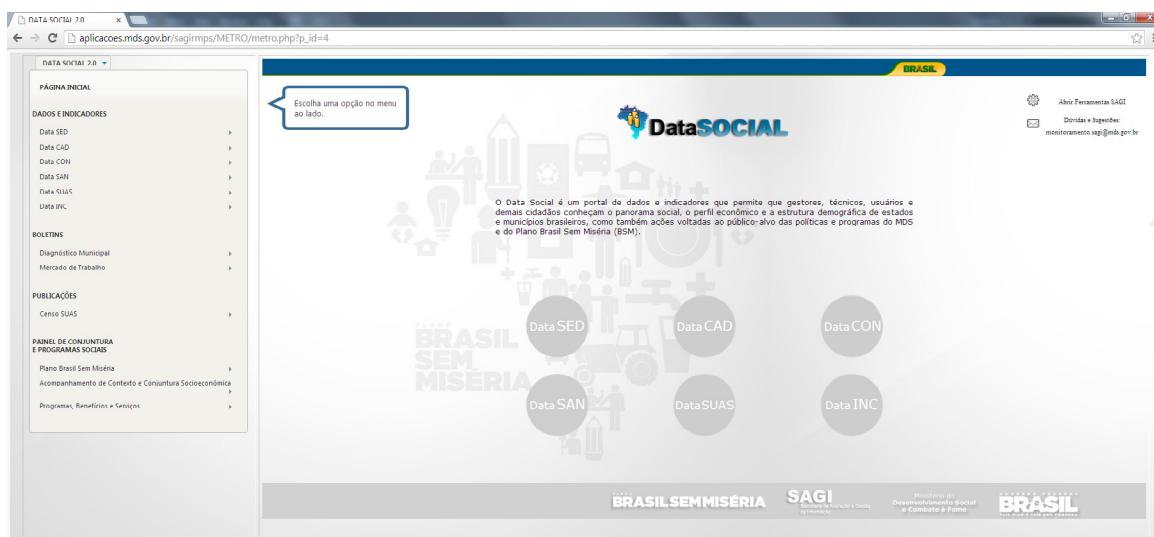
Quando usar: quando o gestor sabe o microdado que precisa achar, mas não sabe onde encontrá-lo; no preenchimento de questionários do Censo SUAS; quando o RI Social não informar algum dado necessário. Ainda assim, o Tab Social é melhor para esta última função do que o Data SUAS e o Data CAD.

Recursos: tabelas e gráficos.

Fontes dos dados: Censo IBGE, PNAD, Censo SUAS, Caged, Rais.

Acesso: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/METRO/metro.php?p_id=4.

Figura 8 – Portal Data Social



Fonte: BRASIL (SAGI-MDS), 2013.

As informações que podem ser encontradas nas seções do Data Social são as seguintes:

a) Data SED

- Dados e indicadores sobre a realidade socioeconômica brasileira: indicadores econômicos (renda, PIB); indicadores sociais (educação, trabalho infantil, estrutura domiciliar); e indicadores demográficos (idade, população).

b) Data CAD

- Dados socioeconômicos relativos ao banco de pessoas e famílias do CadÚnico;
- Informações sobre o crescimento e transferências do Programa Bolsa Família.

c) Data COM

- Indicadores das condicionalidades de educação e saúde do PBF;
- Frequência escolar agregada das crianças e jovens beneficiários;

- Número de acompanhados e os efeitos das condicionalidades.

d) Data SAN

- Dados sobre segurança alimentar e nutricional;
- Composição da alimentação das famílias;
- Produção de alimentos e volumes comercializados.

e) Data SUAS

- Informações sobre a rede socioassistencial dos estados e municípios;
- Números de CRAS, CREAS e Centros POP;
- Dados de recursos humanos e estrutura dos centros de referência.

f) Data INC

- Indicadores de monitoramento do mercado de trabalho;
- Total de vínculos empregatícios dos estados e municípios discriminados por nível de renda, escolaridade e tamanho do estabelecimento;
- Movimento mensal de contratações e desligamentos do emprego formal.



Identificador de Domicílios em Vulnerabilidade - IDV

Utilidades para os gestores: construir mapas para dimensionar e localizar, dentro de um município, as áreas com maior concentração de famílias em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade.

Níveis de desagregação das informações: estados, municípios e setores censitários.

Quando usar: Busca Ativa; definição das áreas de atendimento prioritárias; diagnóstico dos principais problemas sociais de cada região do município.

Recursos: mapas (cartogramas) e tabelas por setores censitários.

Fontes dos dados: Censo 2010; CadÚnico 2011.

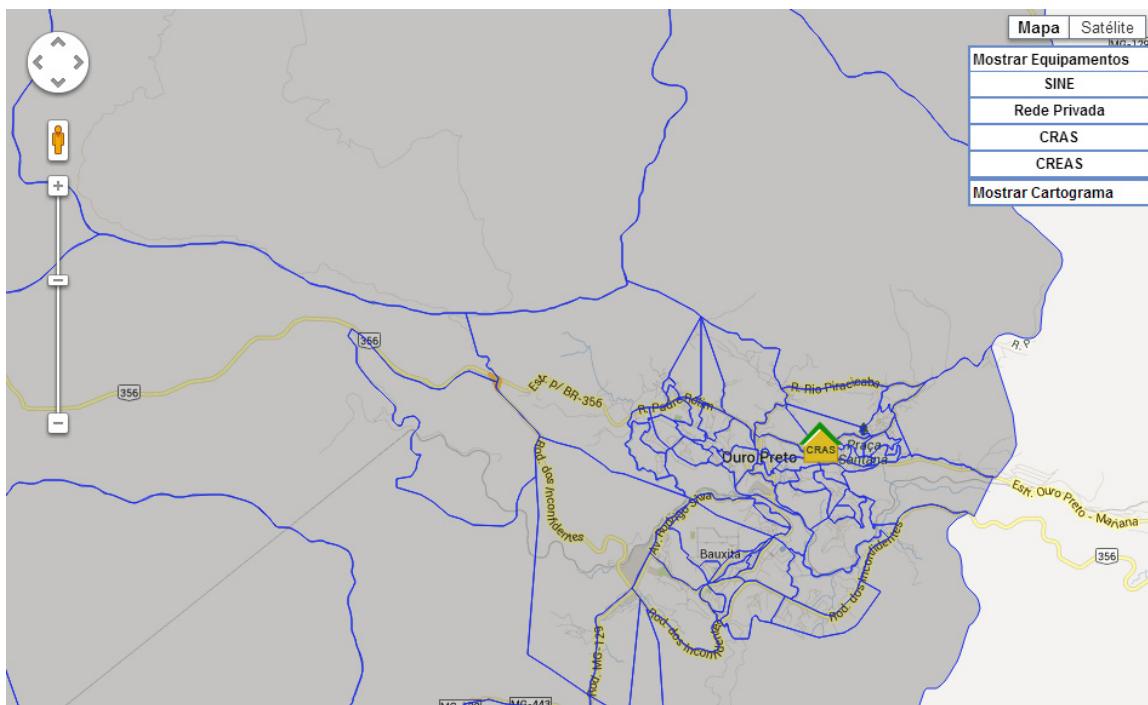
Acesso: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmpls/idv/>.

Figura 9 – Ilustração de Tabela gerada pelo IDV

UF	População - Censo Demográfico 2010	Situação do domicílio - Urbana (%)	Situação do domicílio - Rural (%)	Domicílios particulares permanentes	Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever (%)	Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever (%)	Domicílios particulares permanentes com saneamento inadequado (%)	Domicílios particulares permanentes com saneamento semi-adequado (%)	Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com renda até 70 reais (%)	Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com renda até 1/4 sal. min. (%)
PI	3.118.360	65,8	34,2	848.263	524.706	22,9	22,2	53,8	21,3	34,0
PE	8.796.448	80,2	19,8	2.546.872	1.177.654	18,0	12,1	40,6	15,7	28,4
PB	3.766.528	75,4	24,6	1.080.672	616.518	21,6	16,8	37,6	16,3	29,8
PA	7.581.051	68,5	31,5	1.859.165	613.616	11,7	21,8	59,2	18,9	32,3
MT	3.035.122	81,8	18,2	915.089	191.616	8,5	14,0	54,7	5,8	10,0
MS	2.449.024	85,6	14,4	759.299	141.141	7,7	9,4	55,8	4,9	10,2
MG	19.597.330	85,3	14,7	6.028.223	1.264.896	8,3	8,6	16,4	4,6	11,7
MA	6.574.789	63,1	36,9	1.653.701	948.163	20,9	23,0	57,8	25,7	39,0
GO	6.003.788	90,3	9,7	1.886.264	362.829	8,0	7,1	49,3	3,6	8,1
ES	3.514.952	83,4	16,6	1.101.394	219.762	8,1	8,5	22,2	4,1	10,7

Fonte: BRASIL (SAGI-MDS), 2013.

Figura 10 – Ilustração de Mapa gerado IDV



Fonte: BRASIL (SAGI-MDS), 2013.

Os indicadores de vulnerabilidade social que podem ser encontrados em cada uma das quatro seções do IDV são os seguintes:

a) Busca Ativa do Plano Brasil sem Miséria

- População, porcentagem de domicílios urbanos, porcentagem de domicílios rurais;

- Índices de analfabetismo;
- Domicílios sem saneamento;
- Número de domicílios por quantidade de renda;
- Número de famílias quilombolas e indígenas.

b) Ações da Assistência Social

- Número de crianças fora da escola;
- Número de desempregados no domicílio;
- Número de jovens empregados;
- Número de domicílios beneficiados pelo Bolsa Família;
- Número de domicílios com renda de até 70 reais *per capita*;
- Número de pessoas com alguma deficiência grave.

c) Ações voltadas para a juventude

- Número de jovens;
- Número de jovens que não estudam;
- Número de jovens que não estudam e estão inativos;
- Número de óbitos entre jovens.

d) Programa Juventude Viva

- População;
- Renda domiciliar *per capita*;
- Total de óbitos entre jovens;
- Número de negros e de jovens negros;
- Número de jovens negros que não estudam e estão inativos



Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos - MOPS

Utilidades para os gestores: indica o endereço dos equipamentos e serviços públicos do município, tais como CRAS, CREAS, equipamentos de segurança alimentar e nutricional, escolas, órgãos de saúde e unidades conveniadas da rede de proteção social básica. É possível ter acesso ao endereço do serviço e ao mapa com a sua localização exata. Também lista as oportunidades de postos de trabalho e cursos de capacitação na região.

Níveis de desagregação das informações: municípios e setores censitários.

Quando usar: durante a etapa do diagnóstico municipal referen-

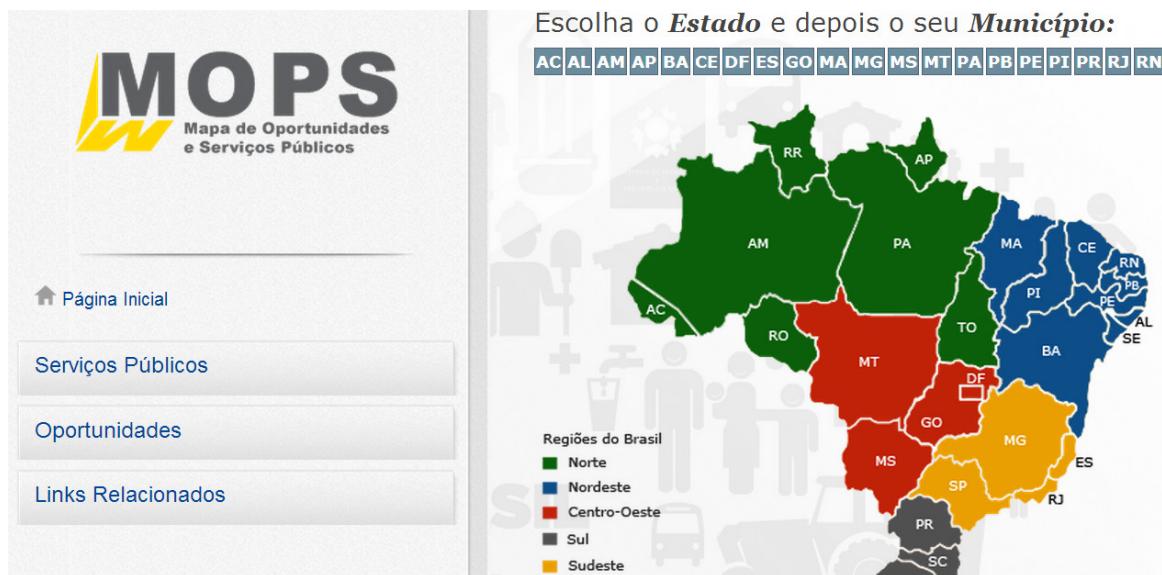
te ao mapeamento da rede socioassistencial, educacional e de saúde; no atendimento aos cidadãos em situação de vulnerabilidade, para localizar os serviços públicos de que necessitam.

Recursos: mapas (cartogramas).

Fontes dos dados: Censo SUAS, Sine, Rais, Roni.

Acesso: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/Mops/>

Figura 11 - Portal do Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos



Fonte: BRASIL (SAGI-MDS), 2013.

O MOPS oferece três conjuntos de informações: serviços públicos, oportunidades e *links* interessantes.

a) Serviços Públicos

O MOPS possui a localização dos seguintes serviços e equipamentos públicos:

- Unidades públicas da rede de proteção social básica (CRAS);
- Unidades da rede de proteção social especial (CREAS);
- Unidades conveniadas da rede de proteção social básica;
- Serviços ou programas de segurança alimentar;
- Coordenação municipal do programa Bolsa Família;
- Coordenação estadual do programa Bolsa Família;
- Estabelecimentos de saúde;
- Instituições de prevenção ao uso de drogas;
- Escolas e outros estabelecimentos em educação;
- Órgãos/serviços relacionados a trabalho e emprego;
- Distribuidoras de energia elétrica.

b) Oportunidades

Com uma lista de oportunidades de emprego e capacitação do município, o MOPS é uma ferramenta de suporte à inclusão produtiva. Os CRAS e CREAS podem consultá-lo na hora de encaminhar a população em vulnerabilidade aos seguintes serviços:

- Vagas e postos de trabalho ofertados no Sine;
- Cursos de qualificação profissional;
- Dinâmica das ocupações formais segundo a Rais;
- Inclusão produtiva no Censo SUAS;
- Informes federais;
- Oportunidades da região;

c) Links Relacionados

Sites de órgãos e programas relacionados à inclusão produtiva, mas que talvez não tenham representação física nos municípios:

- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – FGV;
- Economia Solidária – Farejador;
- Crediamigo – Programa de Microcrédito Produtivo do Banco do Nordeste;
- Microcrédito Crescer – Caixa;
- Informações sobre Financiamento de Projetos Sociais;
- Guia do Empreendedor – Sebrae;
- Como elaborar um Plano de Negócio – Sebrae;
- Guia de Serviços Públicos – SP;
- Observatório de Boas Práticas de Gestão do Bolsa Família;
- Práticas Municipais do Premio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM;
- Banco de Boas Práticas na Gestão Municipal – Imap – Curitiba;
- Banco de Experiências Inovadores em Gestão Pública e Cidadania – FGV;
- Rede de Informações para o Terceiro Setor;
- Novas Práticas Municipais – Cepam;
- Melhores Práticas em Gestão Local – Caixa;
- Banco de Soluções e Experiências de Inovação em Gestão Pública – Enap;
- Informações Municipais no IBGE;
- Informações Municipais em Órgãos Estaduais e Municipais;
- Guia de Apoio ao Desenvolvimento Industrial – ABDI;
- Guia de Orientação do Apoio Financeiro do BNDES;
- Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2;
- Rede de Pesquisa em Formação e Mercado de Trabalho.



NESTA AULA VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ Um sistema público de informação possibilita que a população obtenha informações em poder de órgãos públicos.
- ✓ O MDS possui um enorme conjunto de dados, e esses dados são utilizados pela SAGI para a construção de ferramentas públicas de gestão da informação.
- ✓ Os dados a serem usados no Plano Municipal de Assistência Social são fornecidos pelos próprios municípios, por meio de questionários de pesquisa e dos cadastros no CadÚnico.
- ✓ O fornecimento de dados corretos pelo município ajuda no processo de cofinanciamento das políticas socioassistenciais.
- ✓ Os boletins *Diagnóstico Socioterritorial, SUAS no seu Município* e *Brasil Sem Miséria no seu Município* são os mais úteis na elaboração de diagnósticos socioterritoriais.
- ✓ O SUAS Visor é um portal que dá acesso a diversas ferramentas, além de fornecer informações sobre os equipamentos do SUAS nos municípios.
- ✓ O Relatório de Informações Sociais reúne um conjunto de relatórios e boletins que selecionam e sistematizam informações sobre as características socioeconômicas e demográficas e sobre as ações de assistência social de um município.
- ✓ O Tab Social possibilita o cruzamento de dados do Cadastro Único e do Censo SUAS.
- ✓ O Data Social é um portal que oferece dados simplificados sobre vários temas relevantes à área da assistência social.
- ✓ O IDV possibilita o mapeamento das áreas com maior número de domicílios em situação de vulnerabilidade e/ou pobreza no município.
- ✓ O Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos permite localizar os equipamentos e serviços públicos disponíveis no município.

VIDEOTECÀ

VIDEO 1 - FERRAMENTA DO MDS DISPONIBILIZA DADOS DO BRASIL SEM MISÉRIA NOS MUNICÍPIOS

Descrição: Apresentação das ferramentas do MDS que auxiliam os prefeitos na gestão do Plano Brasil Sem miséria e combate à extrema pobreza nos municípios. Os dados são públicos e estão disponíveis no site WWW. barsilsemmiseria.gov.br.

Link: <http://bit.ly/OoxQgq>

VIDEO 2 - MDS AMPLIA AÇÕES DE MONITORAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS

Descrição: Notícias sobre novas técnicas e capacitações para que o Governo Federal conheça melhor o público alvo de suas políticas e programas, além de acompanhar os resultados e impactos de suas ações. De acordo com o Secretário da SAGI/MDS, Paulo Jannuzzi, em 2012 mais de 250 gestores estaduais foram capacitados em conceitos e técnicas para o aprimoramento e acompanhamento das políticas e programas.

Link: <http://www.youtube.com/watch?v=m8wwm8JlgYk&list=PL9BAB2EB5CFC7EDEF>

VÍDEOS TUTORIAIS

TUTORIAL 1 - AULA 07 - TUTORIAL TAB SOCIAL

Descrição: Vídeo tutorial sobre o funcionamento e manuseio da TabSocial – Tabulador de Microdados. Ferramenta disponível em <http://www.mds.gov.br/sagi>.

Link: http://youtu.be/i5dp_a3wKc8

TUTORIAL 2 - AULA 07 - TUTORIAL SUAS VISOR

Descrição: Vídeo tutorial sobre o funcionamento e manuseio da SUAS Visor – Relatório e Informações para Gestão. Ferramenta disponível em <http://www.mds.gov.br/sagi>.

Link: <http://youtu.be/j5C1jSerOb8>

TUTORIAL 3 - AULA 07 - TUTORIAL IDV (PARTE 1)

Descrição: Vídeo tutorial sobre o funcionamento e manuseio do IDV – Índice de Domicílios em Vulnerabilidade. Ferramenta disponível em <http://www.mds.gov.br/sagi>.

Link: <http://www.youtube.com/watch?v=5YXgyP6SQ5c>

TUTORIAL 4 - AULA 07 - TUTORIAL IDV (PARTE 2)

Descrição: Vídeo tutorial sobre o funcionamento e manuseio do IDV – Índice de Domicílios em Vulnerabilidade. Ferramenta disponível em <http://www.mds.gov.br/sagi>.

Link: <http://youtu.be/9XDkPOXbQGo>

TUTORIAL 5 - AULA 07 - TUTORIAL DATA SOCIAL

Descrição: Vídeo tutorial sobre o funcionamento e manuseio do Data Social – portal de dados e indicadores que permite conhecer o panorama social, perfil sócio econômico e estrutura demográfica de municípios e estados brasileiros. Ferramenta disponível em <http://www.mds.gov.br/sagi>.

Link: <http://youtu.be/q4l8MBKogDc>

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão da Informação.** Brasília DF: MDS, 2013. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao> >. Acesso em: 26 set. 2013

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Data Social.** Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/METRO/metro.php?p_id=4 >. Acesso em: 26 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **IDV – Identificados de Domicílios Vulneráveis.** Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/idv/> >. Acesso em: 26 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Mapa de Oportunidade e Serviços Públicos.** Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/Mops/> >. Acesso em: 26 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Plano Brasil Sem Miséria no Seu Município.** Disponível em: < <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios> >. Acesso em: 26 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório de Informação Social - RI.** Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> >. Acesso em: 26 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **SUAS Visor - Relatórios e Informações para Gestão.** Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/suasag/index.php> >. Acesso em: 26 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Tab Social – Tabulador de Microdados.** Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=86 >. Acesso em: 26 set. 2013.

O DIAGNÓSTICO SOCIO TERRITORIAL NO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO BSM E DO SUAS

aula
8

MÓDULO 3



Olá, gestor e gestora!

Ao longo deste curso, conhecemos como a pobreza se caracteriza no Brasil e quais as duas principais estratégias adotadas nos últimos dez anos para combatê-la: o Plano Brasil sem Miséria (BSM) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tendo em vista a implementação efetiva dessas estratégias de alcance nacional, aprendemos como formular um diagnóstico socioterritorial, importante ferramenta de planejamento municipal de políticas sociais. A partir da tradução de conceitos multidimensionais, como vulnerabilidade e risco, em indicadores sociais, aprendemos a identificar e equacionar a demanda e a oferta de benefícios e serviços públicos e socioassistenciais. Conhecemos as fontes de dados que alimentam os diagnósticos municipais, tais como o Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), o Cadastro Único e o Censo Suas. Na última aula, aprendemos a levantar informações e a cruzar dados com as ferramentas digitais disponibilizadas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SAGI-MDS).

Em suma, vimos que os municípios são as peças fundamentais do esforço nacional de superação da pobreza no país, dada a sua proximidade com os brasileiros que ainda vivem na miséria. No Plano Brasil sem Miséria, o município pode inovar, utilizando instalações, programas e serviços novos ou já existentes na cidade, tendo à sua disposição um volume expressivo de recursos financeiros repassados de maneira simples e rápida pelo Governo Federal. Isso posto, a última aula deste curso está dividida em duas partes.

Em um primeiro momento, aprenderemos a identificar os públicos-alvo e a diagnosticar sua situação no território, com vistas à adesão do município ao conjunto de políticas, ações e programas desenvolvidos pelo Governo Federal no âmbito do BSM. O objetivo é auxiliar os gestores e as gestoras na elaboração das **estratégias municipais de superação da extrema pobreza**, incluindo ações do município, do governo estadual e do Governo Federal.

Em um segundo momento, aprenderemos a elaborar o **plano municipal de assistência social** (PMAS), importante instrumento de

planejamento e implantação do Suas. Serão abordados alguns conceitos e características de um PMAS, além dos itens essenciais que devem compor esse documento, acompanhado de orientações que facilitam a sua elaboração.

Desejamos a todos uma ótima aula!



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Nesta aula você vai aprender:

- qual o papel do município da superação da extrema pobreza;
- como fazer o diagnóstico municipal, levando em conta os programas e ações de combate à extrema pobreza;
- quais as formas de adesão do município aos programas e ações do Plano Brasil sem Miséria;
- para que serve e como se faz o Plano Municipal de Assistência Social.

SUMÁRIO DA AULA 8

PARTE I

● Qual o papel do município no Plano Brasil sem Miséria?	183
● Quem é responsável pela elaboração da estratégia municipal de superação da extrema pobreza?	183
● O que deve fazer o gestor municipal responsável pela estratégia municipal de superação da extrema pobreza?	184
● Relembrando... No que consiste um diagnóstico socioterritorial?	185
● Como diagnosticar o público-alvo dos benefícios, programas e ações do Brasil sem Miséria?	187
● Como identificar a oferta de ações e programas de combate à pobreza já existentes no município?	192
● Quais as formas de adesão dos municípios a benefícios, programas e ações do Plano Brasil sem Miséria?	194

PARTE II

● O que é um Plano Municipal de Assistência Social?	197
● Quais os cuidados a serem tomados na elaboração do Plano?	198
● Como estruturar o Plano de Assistência Social?	200
Modelo básico de plano municipal de assistência social	200

PARTE I

QUAL O PAPEL DO MUNICÍPIO NO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA?

Os municípios são parceiros essenciais do Governo Federal no esforço de combate à pobreza, dada a sua proximidade com os brasileiros que ainda vivem na miséria. Afinal, são as prefeituras que chegam até as famílias extremamente pobres por meio da Busca Ativa e que se relacionam face a face com essa população nos atendimentos realizados em suas redes de assistência social, saúde e educação.

Há bastante trabalho pela frente para os municípios que encaram o desafio de superação da extrema pobreza, mas a tarefa é bastante factível e viável. No Plano Brasil sem Miséria, o município tem ao seu alcance, além das instalações, programas e serviços já existentes na cidade, um volume expressivo de recursos financeiros repassados de maneira simples e rápida pelo Governo Federal.

Conhecendo as características da miséria em seu território, da demanda e da oferta de serviços socioassistenciais, os municípios têm a capacidade de elaborar sua **estratégia municipal de superação da extrema pobreza**, incluindo ações próprias, do Governo Federal e do governo estadual.

Para tanto, é fundamental a elaboração do diagnóstico socioterritorial, importante instrumento de planejamento que visa identificar a demanda por benefícios e serviços públicos, equacionando-a com a oferta da rede socioassistencial existente e com a oferta de planos e programas nacionais e estaduais.

QUEM É RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA?

Para colher os melhores resultados possíveis, é fundamental que a prefeita ou o prefeito se envolva diretamente com o plano e que as secretarias do município trabalhem em sintonia, em especial nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho e agricultura ou desenvolvimento rural.

Por isso, é importante designar uma instância de coordenação, preferencialmente chefiada pelo secretário ou pela secretária da pasta da

assistência social ou de outra secretaria fortemente ligada às principais ações do Plano, semelhantemente à instância responsável pela vigilância socioassistencial no âmbito da Assistência Social. O profissional responsável deve entender a fundo sua área de atuação, ter capacidade de coordenação e trânsito nas demais áreas da prefeitura e também junto ao governo do estado.

Outra medida essencial é garantir que o gestor municipal do Bolsa Família e do Cadastro Único seja um profissional qualificado. Ele será o responsável por fazer a articulação entre as áreas de assistência social, saúde, educação e outras, de modo a viabilizar a gestão do programa, sendo o principal interlocutor dos governos estadual e Federal para o tema. Também é preciso indicar bons profissionais como responsáveis pelo Bolsa Família nas áreas de educação e saúde – eles responderão pelo acompanhamento das condicionalidades do programa no município.

Todos os estados brasileiros aderiram ao Plano Brasil sem Miséria por meio de pactuação voluntária; mas, para que o plano funcione de verdade, é fundamental que haja forte envolvimento dos municípios. Um dos motivos para a centralidade dos municípios é o Cadastro Único, porta de entrada da população vulnerável para o Plano Brasil sem Miséria. Afinal, o responsável pelo registro das famílias no CadÚnico é o poder público municipal, que também tem papel de destaque na operacionalização das redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da extrema pobreza.

O QUE DEVE FAZER O GESTOR MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA?

O gestor municipal deve zelar pela atualização cadastral das famílias do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, alertando-as sobre a necessidade de manter suas informações atualizadas e garantindo que elas estejam corretas. Dessa forma, evita-se que as famílias tenham seus benefícios bloqueados ou cancelados por falta de atualização. Também cabe ao gestor assegurar o acesso das famílias beneficiárias aos serviços de educação e saúde e acompanhar o cumprimento das condicionalidades nessas áreas. No caso do Programa Bolsa Família, por exemplo, o município deve assegurar que as crianças e jovens estejam na escola e acompanhar sua frequência. Na área da saúde, ele deve garantir o acompanhamento de saúde para crianças e gestantes.

O gestor também cuida das atividades de averiguação de inconsistências e irregularidades cadastrais. Os indícios de irregularidade apontados pelo Governo Federal devem ser apurados pelo município para que, caso o problema não se comprove, a família não perca o benefício.

Outra tarefa é acompanhar a cobertura do CadÚnico no município. Cada cidade tem uma meta de atendimento no Bolsa Família, baseada em estimativas calculadas com base no Censo Demográfico. Se a sua cidade ainda não alcançou a meta disponível, é necessário fortalecer as ações de Busca Ativa. Se, pelo contrário, o município tem muito mais famílias do que a estimativa, isso pode ser um sinal de que é necessário dar maior atenção à qualidade e atualização das informações do cadastro.

Em suma, a área de assistência social do município deve estar atenta para que todas as pessoas que têm perfil para receber os benefícios e programas do Brasil sem Miséria sejam inseridas no Cadastro Único; o mesmo vale para os municípios, que devem atentar às formas de acesso e às condições para a sua adesão ao plano. Para tanto, é fundamental conhecer o público-alvo de cada ação, política e programa do BSM, diagnosticando a situação da população municipal.

RELEMBRANDO... NO QUE CONSISTE UM DIAGNÓSTICO SOCIO TERRITORIAL?

Como visto na Aula 3, uma boa atividade de planejamento da intervenção governamental depende do reconhecimento da realidade do território no qual se está inserido, por meio da elaboração de diagnósticos socioterritoriais. Os municípios possuem estruturas, realidades, dimensões territoriais e populacionais distintas. Por isso, seus diagnósticos devem ser territorializados, levando em consideração as particularidades locais das diferentes regiões (bairros), a fim de que se conheça a real demanda de proteção social dos cidadãos segundo as características da comunidade local.

Nessas condições, o diagnóstico socioterritorial consiste na análise situacional do município, compreendendo a *caracterização* (descrição interpretativa), a *compreensão* e a *explicação* de uma determinada situação, detalhada, sempre que possível, segundo diferentes recortes socio-territoriais (microterritórios). Em geral, ele abrange as seguintes questões:

a) Informações sobre a realidade local, compostas por:

- I) uma análise histórico-conjuntural da realidade, tendo como base informações sociais, demográficas, educacionais e econômicas (identificação da vocação econômica e das potencialidades); e
- II) uma descrição da rede socioassistencial e de sua cobertura.

b) Demandas da população destinatária, identificadas a partir da análise das informações anteriores e que consistem:

- I) na identificação de demandas expressas, emergentes e potenciais; e
- II) na identificação de territórios com concentração da população em situação de vulnerabilidade social.

Portanto, ao elaborar o diagnóstico socioterritorial, o gestor deve não apenas levantar dados sobre a situação social, econômica, cultural, ambiental, etc., dos cidadãos e do município, mas também deve elaborar um relatório com georreferenciamento das unidades de assistência social. Ou seja, deve saber a exata posição da *demand*a (os indivíduos e as famílias dentro do território) e da *oferta* de serviços de proteção social básica e de proteção social especial (rede socioassistencial), com a finalidade de prever melhores investimentos e planejar melhor o atendimento dos cidadãos de seu município, articulando a assistência com as demais políticas públicas ofertadas no município.

Portanto, o diagnóstico socioterritorial possibilita aos responsáveis e operadores da política de assistência social compreender as particularidades do território no qual estão inseridos e detectar as características e dimensões das situações de precarização que trazem riscos e danos aos cidadãos, à sua autonomia, socialização e convívio familiar. Essas informações são fundamentais para conhecer a distribuição das necessidades e demandas dentro do município, com a finalidade de direcionar a realização da estratégia de Busca Ativa e de identificar as regiões com concentração do público-alvo dos programas do Plano Brasil sem Miséria (Brasil Carinhoso, Mais Educação, Programa de Aquisição de Alimentos, Pronatec, etc.) e de Assistência Social (implantação de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centros POP, bem como definição dos serviços a serem prestados nesses equipamentos).

Assim, conhecendo e localizando as famílias sob algum tipo de vulnerabilidade social, torna-se mais fácil cadastrá-las com a finalidade de encaminhá-las aos programas e benefícios sociais a que têm direito. Esse modelo determina o planejamento da oferta de acordo com a demanda, bem como a adoção da Busca Ativa como método estratégico para garantir o acesso da população aos serviços do BSM. Trata-se de uma forma de operação que visa romper a lógica da demanda espontânea – pela qual cabe às famílias procurar os serviços públicos – em prol de uma lógica segundo a qual o Estado vai ao encontro das famílias, assegurando-lhes direitos e ofertando-lhes oportunidades. Sublinha-se o caráter preventivo dessa forma de atuação, que objetiva evitar o agravamento das situações de risco e vulnerabilidade já vivenciadas pelas famílias.

JANNUZZI, P. M.; PASQUALI, F. A. Estimação de demandas sociais futuras para fins de formulação de políticas públicas municipais: notas para discussão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 75-94, mar./abr. 1999.

COMO DIAGNOSTICAR O PÚBLICO-ALVO DOS BENEFÍCIOS, PROGRAMAS E AÇÕES DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA?

O público prioritário do Plano Brasil sem Miséria são os milhões de brasileiros que, a despeito dos reconhecidos avanços sociais e econômicos do país nos últimos anos, continuam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal inferior a R\$ 70. Em todos os eixos, o Plano Brasil Sem Miséria dá atenção especial a crianças, jovens, mulheres, negros, população em situação de rua, catadores de material reciclável, índios, povos e comunidades tradicionais e outros grupos mais expostos aos riscos da extrema pobreza.

Como visto na Aula 1, sabemos que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda. Insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia são algumas dessas formas. Superar a extrema pobreza requer, portanto, um conjunto variado de esforços do Governo Federal, dos governos estaduais e das prefeituras.

É papel fundamental dos municípios conhecer o público-alvo de cada benefício, ação e programa para poder identificá-lo, localizá-lo e diagnosticá-lo de modo a articular políticas e programas municipais a estratégias e esforços estaduais e federais em uma política de superação da extrema pobreza.

Os Quadros 1, 2, 3 e 4 relacionam os principais benefícios, programas e ações dos três eixos do Plano Brasil sem Miséria (Garantia de Renda, Acesso a Serviços e Inclusão Produtiva) com seus públicos-alvo, perguntas básicas para o diagnóstico e ferramentas digitais desenvolvidas pela SAGI-MDS que respondem a essas perguntas.

Eixo Garantia de Renda

O Eixo Garantia de Renda diz respeito às transferências monetárias feitas para as famílias no intuito de dar alívio imediato à situação de extrema pobreza.

Quadro 1 – Diagnosticando o público-alvo do Eixo Garantia de Renda do BSM

Programa/ Ação	Objetivo	Público-alvo	Pergunta de diagnóstico	Ferramenta digital de apoio
Programa Bolsa Fa- mília	Transferir renda com condiciona- lidade.	Famílias extre- mamente pobres (com renda mensal de até R\$ 70 por pessoa) ou pobres (com renda mensal de R\$ 70 a R\$ 140 por pessoa).	P1: Quantos são e quais são as características da população-alvo do PBF no município? P2: Onde estão as famí- lias extremamente po- bres ainda não incluídas no Programa? P3: Qual a capacidade de atendimento (cobertura do programa e orçamen- to) do PBF?	P1: Boletim <i>Extrema Pobreza</i> , do SUAS Visor. P2: IDV. P3: Boletim <i>Brasil Sem Miséria no seu Munici- ípio</i> , do SUAS Visor.
Ação Brasil Carinhoso	Tirar da extrema pobreza famílias com filhos menores de 15 anos.	Famílias com pelo menos um filho de até 15 anos que, mesmo recebendo o Bolsa Família, continuavam na extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 70 por pessoa.	P1: Quantas famílias cadastradas no CadÚnico com crianças de 15 anos ou menos encontram-se em situação de extrema pobreza? P2: Quais os setores com maior concentração de famílias extremamente pobres e com filhos me- nores de 15 anos?	P1: Relatório <i>RI Síntese dos Programas Sociais</i> , do SUAS Visor ou Ta- bSocial (cruzamento das variáveis Bloco 4 – Faixa etária e Bloco 1 – Faixa da renda familiar <i>per capita</i>). P2: IDV.
Benefício de Presta- ção Con- tinuada (BPC)	Assegurar a idosos e pessoas com defi- ciência as condições mínimas.	Idoso com 65 anos ou mais e pessoa com deficiência, de qualquer idade, com renda familiar <i>per capita</i> inferior a um quarto do salário mínimo.	P1: Quantos idosos/pes- soas com deficiência en- contram-se em situação de extrema pobreza? P2: Onde está localizado o público-alvo do BPC? P3: Qual a capacidade de atendimento do BPC?	P1: Boletim Extrema Pobreza, do SUAS Visor. P2: IDV. P3: Relatório RI Sín- tese dos Programas Sociais ou relatório RI Proteção Social Básica.

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil (2013b).

Eixo Acesso a Serviços

O Eixo Acesso a Serviços públicos trata do provimento, da ampliação e da qualificação dos serviços e ações de cidadania e de bem-estar social, com foco no público em situação de extrema pobreza.

Quadro 2 – Diagnosticando o público-alvo do Eixo Acesso a Serviços

Programa/ Ação	Objetivo	Público-alvo	Pergunta de diagnóstico	Ferramenta digital de apoio
Unidades Básicas de Saúde	Garantir acesso e qualidade da atenção em saúde a toda a população, atendendo cerca de 80% dos problemas de saúde na própria unidade básica de saúde (UBS), sem necessidade de encaminhamento para hospitais.	Toda a população. Para garantir o acesso dos mais pobres, a expansão da cobertura prioriza municípios com maior incidência de extrema pobreza.	P1: Quantas são e onde estão localizadas as UBS? P2: Quais setores ainda não têm acesso a UBS e são prioritários?	P1: Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS). P1: Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade (IDV).
Creches do Brasil Carinhoso	Incentivar o aumento da quantidade de vagas nas creches para as crianças, visando à melhora do atendimento às crianças e suas famílias.	Crianças de 0 a 48 meses (especialmente as beneficiárias do Bolsa Família) nas creches públicas ou conveniadas com o poder público.	P1: Quantas são e onde estão localizadas as creches? P2: Quais setores ainda não têm cobertura adequada de creches e são prioritários?	P1 MOPS. P2: IDV.
Mais Educação: escola em tempo integral	Contribuir para a redução da evasão, da reprovação e da distorção entre idade e série.	Estudantes de escolas públicas de Ensino Fundamental, com prioridade para escolas nas quais mais da metade dos estudantes sejam beneficiários do Programa Bolsa Família.	P1: Quais escolas públicas estão localizadas em setores de elevada vulnerabilidade social?	P1: IDV.
CRAS	Ampliação do acesso das famílias a direitos e serviços públicos e o fortalecimento das relações familiares.	Famílias pobres, com dificuldade de acesso a serviços, dificuldade de inserção social, entre outras situações.	P1: Quantos são e onde estão localizados os CRAS e qual a sua área de abrangência? P2: Quais os setores do município com indicadores ruins de vulnerabilidade social e pouca oferta de serviços de assistência social?	P1: MOPS, IDV ou <i>Diagnóstico Socioterritorial</i> , do Suas Visor. P1: MOPS, IDV ou <i>Diagnóstico Socioterritorial</i> , do SUAS Visor.

Quadro 2 – Diagnosticando o público-alvo do Eixo Acesso a Serviços (Continuação)

Programa/ Ação	Objetivo	Público-alvo	Pergunta de diagnóstico	Ferramenta digital de apoio
CREAS	Proteção e atendimento às pessoas e famílias que tiveram direitos violados ou ameaçados.	Famílias expostas à violência física, psicológica e sexual; ao trabalho infantil; e ao trabalho escravo.	P1: Quantos são e onde estão localizados os CRAS e quais as suas áreas de abrangência? P2: Quais os setores do município com indicadores ruins de vulnerabilidade social, pouca oferta de serviços de assistência social e elevado número de idosos ou crianças?	P1: MOPS, IDV ou Diagnóstico Socioterritorial, do SUAS Visor P1: MOPS, IDV ou Diagnóstico Socioterritorial, do SUAS Visor
Centros POP	Acompanhamento da população em situação de rua.	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou de sobrevivência.	P1: Quantos são os Centros POP?	P1: Boletim RI Proteção Social Básica

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil (2013b).

No caso dos CRAS e CREAS, cabe lembrar que a expansão da rede prioriza as áreas de maior concentração de extrema pobreza. Portanto, é importante considerar as quantidades de equipamentos adequadas para garantir o bom atendimento ao público do município, de acordo com seu porte populacional:

Para os CRAS, tem-se como referência:

NÚMERO DE HABITANTES	PARÂMETROS
Até 20 mil	1 CRAS para até 2,5 mil famílias referenciadas
De 20 a 50 mil	1 CRAS para até 3,5 mil famílias referenciadas
De 50 a 100 mil	2 CRAS, cada um para até 5 mil famílias referenciadas
De 100 mil a 900 mil	4 CRAS, cada um para até 5 mil famílias referenciadas
Mais de 900 mil	8 CRAS, cada um para até 5 mil famílias referenciadas

Já no caso dos CREAS, tem-se:

NÚMERO DE HABITANTES	PARÂMETROS
Até 20 mil	Atendimento em CREAS Regional ou implantação de 1 CREAS, quando a demanda justificar
De 20 a 50 mil	Implantação de pelo menos 1 CREAS
De 50 a 100 mil	Implantação de pelo menos 1 CREAS
De 100 mil a 900 mil	Implantação de 1 CREAS a cada 200 mil habitantes

Eixo Inclusão Produtiva

O Eixo Inclusão Produtiva é voltado para a oferta de oportunidades de qualificação, ocupação e renda.

Quadro 3 – Diagnosticando o público-alvo do Eixo Inclusão Produtiva (Urbano)

Programa/ Ação	Objetivo	Público-alvo	Pergunta de diagnóstico	Ferramenta digital de apoio
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pro-natec BSM)	Proporcionar qualificação profissional a fim de aumentar suas possibilidades de inserção nas oportunidades de trabalho disponíveis.	Pessoas a partir de 16 anos de idade inscritas ou em processo de inclusão no Cadastro Único, com prioridade para os beneficiários do PBF e do BPC.	P1: Quais os setores municipais com piores indicadores de emprego e renda?	P1: IDV.
Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessua Trabalho)	Ajudar a assistência social a promover estratégias de promoção de cursos de qualificação profissional, encaminhando o público-alvo, acompanhando-o e ajudando-o em sua inserção no mundo do trabalho.	O programa não oferta qualificação diretamente aos usuários. Ele apoia os municípios em suas estratégias de inclusão produtiva.	P1: Quais os setores municipais com piores indicadores de emprego e renda?	P1: IDV.

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil (2013b).

Quadro 4 – Diagnosticando o público-alvo do Eixo Inclusão Produtiva (Rural)

Pro- grama/ Ação	Objetivo	Público-alvo	Pergunta de diagnóstico	Ferramen- ta digital de apoio
Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)	Promover o aperfeiçoamento do sistema de produção das unidades produtivas familiares, aumentando a quantidade, a qualidade e o valor de seus produtos.	Agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais com renda familiar de até R\$ 70 mensais por pessoa, que estejam registrados no CadÚnico e portem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)*.	P1: Quais zonas rurais do município possuem famílias com renda mensal inferior a R\$ 70 per capita?	P1: IDV.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Fortalecer a agricultura familiar e promover acesso à alimentação de qualidade, por meio da articulação entre a produção familiar e as demandas locais.	O PAA beneficia dois públicos: os fornecedores e os consumidores de alimentos. Fornecedores: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais.	P1: Qual o número de famílias de baixa renda residentes em zonas rurais e onde elas estão?	P1: IDV.

Quadro 4 – Diagnosticando o público-alvo do Eixo Inclusão Produtiva (Rural) (Continuação)

Pro-grama/Ação	Objetivo	Público-alvo	Pergunta de diagnóstico	Ferramenta digital de apoio
Programa Água para Todos	Garantir amplo acesso à água potável para as populações rurais, com vistas à segurança alimentar e nutricional e à ampliação da produção de alimentos e da criação de animais.	Famílias de comunidades rurais dispersas que não têm acesso ou têm acesso precário à água de qualidade, inscritas no Cadastro Único e com renda per capita de até R\$140.	P1: Quantas famílias residentes de setores rurais possuem outra forma de abastecimento de água e onde elas estão?	P1: IDV.
Programa Bolsa Verde	Aumentar a renda e melhorar as condições de vida da população que vive em áreas de grande relevância ambiental, visando à melhoria na qualidade de vida, à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais.	Famílias extremamente pobres (renda mensal de até R\$ 70 por pessoa), inscritas no CadÚnico, com prioridade às famílias do PBF, que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em áreas consideradas prioritárias para a conservação do meio ambiente**.	P1: Quantas famílias extremamente pobres vivem em setores de grande relevância ambiental e onde elas estão?	P1: IDV.

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil (2013b).

* A DAP é uma espécie de identidade do agricultor familiar que habilita a família para políticas públicas, como o crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além do uso descrito nesta ficha. Essa declaração tem dupla titularidade na família, isto é, nela devem constar tanto as informações do homem quanto da mulher.

** O Bolsa Verde é destinado a famílias que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em:
- florestas nacionais, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável federais, gerenciados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados, gerenciados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);
- áreas onde vivem ribeirinhos, gerenciadas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU);
- outras áreas rurais a serem definidas pelo Comitê Gestor do programa e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Territórios ocupados por populações indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais também podem vir a ser incluídos no programa, além de outras áreas rurais a serem definidas pelo Governo Federal

COMO IDENTIFICAR A OFERTA DE AÇÕES E PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA JÁ EXISTENTES NO MUNICÍPIO?

É possível usar as ferramentas da SAGI para verificar quais ações de assistência social são oferecidas no município, qual a verba destinada para cada programa, onde estão localizados os equipamentos e serviços públicos e quantas pessoas já são atendidas.

Para localizar o endereço do local onde há atendimento público, não só de assistência social, mas também de capacitação, saúde e ensino, as ferramentas mais indicadas são o Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS) e a Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade (IDV). Para obter informações sobre o *status* dos programas sociais nos municípios, acesse os boletins e relatórios sociais do SUAS Visor e do RI Social.



O **Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS)** fornece o endereço, o telefone e o posicionamento geográfico dos CRAS, dos CREAS, dos estabelecimentos de saúde, da coordenação do Bolsa Família, das instituições de prevenção ao uso de drogas, das escolas e outros estabelecimentos de educação, das distribuidoras de energia elétrica e dos órgãos de trabalho e emprego do município. É uma ferramenta útil não só para mapear a oferta de diversos serviços, mas também para uso dos gestores de CRAS e CREAS na hora de encaminhar o público a algum serviço externo.

O MOPS pode ser acessado pelo SUAS Visor, clicando-se em “Oportunidades e Serviços”, ou pelo link http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/bsm_mapas/01.php na página da Sagi.



Os relatórios e boletins elaborados pela SAGI trazem informações sobre diversos aspectos do município, incluindo a oferta de serviços de assistência social. Alguns são bem específicos, como o boletim *Benefício de Prestação Continuada*, que traz números apenas do BPC; outros estendem a informação a diversos programas. Veja os principais:

Brasil sem Miséria no seu Município

Compila dados sobre a cobertura do atendimento, transferências e condicionalidades dos programas ligados aos três eixos do Plano Brasil sem Miséria.

Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/suasag/index.php> ou em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69.

SUAS em seu Município

Faz uma síntese de informações dos serviços de proteção social básica e especial do município. Traz, entre outras coisas, número de CRAS e CREAS, verba e repasse mensal das ações de proteção, crescimento da cobertura do BPC e desempenho do município nos Índices de Gestão Descentralizada do PBF e do SUAS. Não possui informações sobre o Bolsa Família. Uma versão mais completa do boletim, chamada *RI Síntese dos Programas Sociais*, pode ser acessada pelo SUAS Visor ou pelo RI Social.

Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/suasag/index.php>.

RI Proteção Social Básica e RI Proteção Social Especial

Exibem, em forma de tabela, a previsão de repasse para os serviços de proteção social.

Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>.

QUAIS AS FORMAS DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS A BENEFÍCIOS, PROGRAMAS E AÇÕES DO BRASIL SEM MISÉRIA?

Assim como cada benefício do PBSM possui formas de acesso próprias dos beneficiários, cada ação e programa tem uma forma específica de adesão do município. Os Quadros 5, 6, 7 e 8 relacionam essas informações e os órgãos federais responsáveis por apoiar os municípios na implementação e gestão da política em seus territórios.

Quadro 5 – Formas de acesso e de adesão aos programas do Eixo Garantia de Renda do BSM

Programa/Ação	Forma de acesso ou adesão do município	Órgão responsável
Programa Bolsa Família	Por adesão. Atualmente, todos os municípios brasileiros participam. O volume dos repasses federais à gestão municipal do Cadastro e do Bolsa Família é determinado pelo Índice de Gestão Descentralizada (IGD): quanto melhor a gestão, maior será o IGD e mais recursos o município recebe.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Ação Brasil Cariñoso	Por adesão ao Programa Bolsa Família. A concessão do benefício é automática para as famílias beneficiárias do Bolsa Família, ou seja, elas não precisam solicitá-lo. Basta que as informações sobre crianças e adolescentes de até 15 anos estejam atualizadas no Cadastro Único.	MDS
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	A assistência social do município deve garantir que todas as pessoas com perfil para receber o BPC sejam inseridas no Cadastro Único e encaminhadas para a solicitação do benefício. Caso o município não conte com uma agência do INSS, a prefeitura pode ajudar os potenciais beneficiários a chegarem até a agência mais próxima. Também é importante garantir que as crianças e jovens beneficiários do BPC frequentem a escola.	MDS e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil (2013b).

ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA (IGD)

O IGD é um indicador que varia de 0 a 1 e mostra a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no município. O MDS o utiliza para definir o montante de recursos a ser transferido para a gestão municipal do programa. Premiando as melhores gestões com repasses maiores, o MDS espera incentivar o aprimoramento da qualidade da gestão local do Programa Bolsa Família e contribuir para que os municípios executem as ações que estão sob sua responsabilidade.

Mais informações em: http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/estados_e_municípios/índice-de-gestao-descentralizada-igd.

Quadro 6 – Formas de acesso e de adesão aos programas do Eixo Acesso a Serviços

Programa/ Ação	Forma de adesão do município	Órgão responsável
Unidades Básicas de Saúde (UBS)	O Ministério da Saúde publica anualmente o quantitativo de UBS a serem financiadas pelo governo federal e os critérios para seleção. A lista de cidades contempladas é elaborada a partir de diversos indicadores, com prioridade aos municípios com maior incidência de extrema pobreza e que ainda não contam com UBS.	Ministério da Saúde (MS)
Creches do Brasil Carinhoso	Para receber recursos para as creches, as prefeituras devem informar, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do Ministério da Educação (MEC), a quantidade de crianças do Bolsa Família que já são atendidas em creches públicas ou conveniadas. Para a antecipação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb), os municípios devem inserir no Simec informações sobre a creche onde funcionará a nova turma de educação infantil.	Ministério da Educação (MEC)
Mais Educação: escola em tempo integral	A cada ano, o MEC define critérios para seleção das escolas a serem beneficiadas. O objetivo é atingir a universalização, atendendo, em caráter prioritário, escolas que: apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb); estão nos territórios com maior incidência de extrema pobreza, mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria; ficam no campo; têm mais de 50% de estudantes beneficiados pelo Bolsa Família. Cabe ao município, ao estado ou ao Distrito Federal solicitar ao MEC a inclusão de escolas públicas de sua rede no Mais Educação.	Ministério da Educação (MEC)
CRAS, CREAS e Centros POP	Uma comissão formada por gestores da área de assistência social do governo federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (conhecida como CIT – Comissão Intergestores Tripartite) define, periodicamente, critérios para ampliar a rede de instalações e serviços da assistência social, priorizando as áreas de maior concentração de extrema pobreza. A partir daí são geradas listas de municípios a serem contemplados, que fazem então sua adesão na página do MDS na internet.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil (2013b).

Quadro 7 – Formas de acesso e de adesão aos programas do Eixo Inclusão Produtiva (Urbano)

Programa/Ação	Forma de adesão do município	Órgão responsável
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec BSM)	Municípios de qualquer porte populacional podem aderir, sem a necessidade de celebração de convênio com a União ou de pagamento de contrapartida por parte do poder público municipal. Basta acessar a página do BSM na internet, selecionar o ícone “Pronatec” e, em seguida, o tópico “Formulário Eletrônico de Adesão ao Pronatec/BSM”. Os recursos para custear os cursos (inclusive assistência estudantil) são transferidos diretamente do Governo Federal para a instituição ofertante.	MEC e MDS
Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessua Trabalho)	Anualmente, uma comissão formada por representantes dos gestores da assistência social nos níveis federal, estadual e municipal define os critérios e o prazo para a adesão dos municípios ao programa. Em 2012, os critérios foram: estar habilitado em gestão básica ou plena do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), possuir CRAS em funcionamento e ter aderido ao Pronatec Brasil sem Miséria.	MDS

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil (2013b).

Quadro 8 – Formas de acesso e de adesão aos programas do Eixo Inclusão Produtiva (Rural)

Programa/Ação	Forma de adesão do município	Órgão responsável
Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)	Os municípios a serem atendidos são definidos conjuntamente pelo MDA e pelo MDS levando em conta especialmente a incidência de pobreza extrema e as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a quantidade de estabelecimentos familiares. Para saber se o seu município está contemplado, consulte http://www.mda.gov.br/portal/institucional/Chamamento_de_Projetos .	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e MDS
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	O PAA é executado por estados e municípios conveniados com o MDS e também por meio de acordo de cooperação com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Recentemente, o MDS começou a substituir os convênios pela assinatura de termos de adesão via sistema informatizado, modificando a forma de pagar os agricultores familiares.	MDS e MDA
Programa Água para Todos	Os municípios que recebem as cisternas são definidos em diagnóstico feito a partir do Cadastro Único, levando em conta informações sobre a existência de domicílios rurais sem acesso à água em seu território. Municípios do semiárido com moradores extremamente pobres e sem acesso à água registrados no Cadastro Único têm inserção automática no programa. Pedidos de expansão para outras cidades devem ser apresentados ao Comitê Gestor Nacional do programa.	Ministério da Integração Nacional (MI) e MDS
Programa Bolsa Verde	A definição dos locais de atuação do programa é feita com base em áreas prioritárias para conservação ambiental, independente do município onde elas se encontram.	Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil (2013b).

**CARTILHA BRASIL SEM MISÉRIA**

Para conhecer melhor as características, público-alvo, formas de acesso e critérios de seleção do município para adesão a programas e ações do Plano Brasil sem Miséria, acesse a *Cartilha Brasil sem Miséria* em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69!



Gestor e gestora!

Agora que vocês já aprenderam a fazer o diagnóstico socio-territorial do público-alvo do Plano Brasil sem Miséria e já conhecem as formas para acessar os recursos do Plano, é hora de conhecerem as características e a estrutura de um Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), segundo a NOB/SUAS. O formato do PMAS serve ainda como guia à elaboração das estratégias municipais de superação da extrema pobreza.

Bom trabalho!

PARTE II

O QUE É UM PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL?

O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) é um instrumento de gestão da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que materializa as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em nível local. A partir das conclusões do diagnóstico socioterritorial, ele constrói soluções para as vulnerabilidades e riscos sociais presentes no município.

O PMAS organiza, regula e norteia a execução da política de assistência social no município; informa as características da pobreza no município; calcula o tamanho da rede socioassistencial; aponta as soluções encontradas pela prefeitura no combate à vulnerabilidade social e os programas e ações compatíveis; estipula prazos, valores e objetivos. É o roteiro que dirá o que deve ser feito, como será feito e com que recursos.

O PMAS é uma ferramenta de gestão fundamental para a consecução da assistência social em nível local, articulada às outras esferas governamentais. Sua elaboração compete ao órgão gestor da política de assistência social no município, que o submete à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme o art. 18 da NOB/Suas 2012. De posse de um plano organizado, com relações claras entre as ações e o orçamento, o município tem um item poderoso para utilizar na negociação do financiamento da assistência social. Sem o PMAS, não há repasses federais para os programas de Assistência Social.